

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA

CENTRO SÓCIO-ECONÔMICO

CURSO DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS

REGIONALISMO VS. MULTILATERALISMO:

EVIDÊNCIAS DE REGIONALISMO ABERTO NO MERCOSUL

DAVID DOS SANTOS LEIPNITZ

FLORIANÓPOLIS, 2010

DAVID DOS SANTOS LEIPNITZ

REGIONALISMO VS. MULTILATERALISMO:
EVIDÊNCIAS DE REGIONALISMO ABERTO NO MERCOSUL

Monografia submetida ao Departamento de Ciências
Econômicas da Universidade Federal de Santa
Catarina, como requisito obrigatório para a obtenção
do grau de Bacharelado.

Orientador: Prof. Dr. Fernando Seabra

Área de Pesquisa: Economia Internacional

Palavras-chave:

1. Regionalismo
2. Multilateralismo
3. Regionalismo Aberto
4. MERCOSUL

FLORIANÓPOLIS
2010

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
CENTRO SÓCIO-ECONÔMICO
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS
CURSO DE GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS ECONÔMICAS**

Esta monografia foi apresentada como trabalho de conclusão de curso de Ciências Econômicas da Universidade Federal de Santa Catarina, obtendo a nota média de 9.5, atribuída pela banca de constituída pelos professores abaixo mencionados.

Banca Examinadora:

Professor Dr. Fernando Seabra

Orientador

Professora Graciela de Conti Pagliari

Professora Karine de Souza Silva

Dedico esta monografia a minhas sobrinhas Manuela e Olivia.

AGRADECIMENTOS

Aos meus pais, pelo carinho e compreensão durante a caminhada acadêmica e por toda a minha vida;

A toda a minha família e amigos, que sempre me apoiaram e incentivaram;

Aos meus amigos Andressa Larios, Filipe Matheus, Júlia Conterno, Marcelo Grigolo e Mariana Mávila pelo apoio na execução deste trabalho;

Ao Prof. Fernando Seabra pela orientação;

Aos mestres do Departamento de Economia da UFSC, pela mediação no conhecimento.

“Aprender é a única coisa de que a mente nunca se cansa, nunca tem medo e nunca se arrepende” (Leonardo da Vinci).

RESUMO

O presente trabalho de conclusão de curso discorre sobre a relação entre o regionalismo e o multilateralismo, com ênfase na busca de evidências de regionalismo aberto no MERCOSUL, podendo indicar complementaridade ao multilateralismo. A relação entre os acordos regionais de comércio e a Organização Mundial do Comércio (OMC), desde a criação do Acordo Geral sobre Tarifas e Comércio (GATT) aos dias atuais, são discutidos neste trabalho. As evidências de regionalismo aberto encontradas no MERCOSUL foram obtidas através da análise de dados comerciais e tarifários do bloco e de seus membros, as quais demonstram que as tarifas internas e externas diminuíram significativamente, houve aumento dos tratados comerciais com terceiros, e o comércio intra-bloco seguiu a tendência mundial. Por outro lado as exportações por fator agregado intra-bloco difere da extra-bloco evidenciando uma tendência de os países-membros terem desvio de comércio. Outros estudos sobre o assunto foram citados, e ambos apontam que o MERCOSUL é um regionalismo aberto, porém com exceções.

Palavras-chave: Regionalismo; Multilateralismo; Regionalismo Aberto; MERCOSUL.

ABSTRACT

This paper discusses the relationship between regionalism and multilateralism, with emphasis on the search for evidences of open regionalism in MERCOSUR, which may indicate complementarity to the multilateralism. The relationship between regional trade agreements and the World Trade Organization (WTO) since the creation of the General Agreement on Tariffs and Trade (GATT) to the present day, are discussed in this paper. Evidences found of open regionalism in MERCOSUR were obtained through analysis of trade and tariff data of the block and its members, which shows that the internal and external rates decreased significantly, an increase of trade agreements with third parties, and the intra-block commerce followed the global trend. On the other hand exports by aggregate factor differs the intra-block from the extra-block showing a tendency for member countries to have trade diversion. Other studies on the subject were cited, and both indicate that MERCOSUR is an open regionalism, but with exceptions.

Key-words: Regionalism; Multilateralism; Open Regionalism; MERCOSUR.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1. Participação dos países em tratados regionais.	24
Figura 2. Principais blocos econômicos	27
Figura 3. Mapa do MERCOSUL (Membros, associados e país observador).....	34
Figura 4. Membros do GATT/OMC 2010 (153 países).	44
Figura 5. Exemplo da Cláusula da Nação mais Favorecida.	47
Figura 6. Ilustração da Obrigação de Tratamento Nacional.	48
Figura 7. Novos membros no GATT/OMC e novos acordos comerciais regionais - por década (1940-2000).	55
Figura 8. NMF e tratamento preferencial de exportações, por países exportadores (países selecionados).	56
Figura 9. Exportação mundial por regiões comerciais (2007).....	57
Figura 10. Importações da União Europeia – por tipo de tarifa (2007).....	58
Figura 11. “Prato de espaguete” (<i>spaguetti bowl</i>) de Bhagwati	60
Figura 12. Tratados Comerciais de bens em vigor com notificação no GATT/OMC (1958-2007).....	62
Figura 13. Número total de acordos notificados ao GATT/OMC (1949-2009).....	63
Figura 14. Exportação Mundial (1950-2009).	64
Figura 15. MERCOSUL antes da integração.	74
Figura 16. Área de livre comércio tradicional.	75
Figura 17. Integração do tipo do MERCOSUL acompanhada por redução da tarifa NFM (regionalismo aberto).....	76
Figura 18. Evolução das Exportações Mundiais (1990-2009) (em bilhões de US\$).	77
Figura 19. Evolução das exportações do MERCOSUL (em milhões de US\$).	78
Figura 20. Participação do MERCOSUL nas exportações mundial (em %).	79
Figura 21. Evolução das Exportações intra-MERCOSUL (1990-2009).	80
Figura 22. Evolução das Exportações Intra e Extra-MERCOSUL (1990-2009).	80
Figura 23. Evolução das exportações argentinas intra e extra-bloco (Em milhões de US\$)....	81
Figura 24. Evolução das importações argentinas intra e extra-bloco (Em milhões de US\$). ..	82
Figura 25. Evolução das exportações brasileiras intra e extra-bloco (em milhões de US\$). ...	83
Figura 26. Evolução das importações brasileiras intra e extra-bloco (em milhões de US\$)....	83

Figura 27. Exportação argentina intra-bloco por fator agregado (participação % sobre o total geral).....	84
Figura 28. Exportação argentina extra-bloco por fator agregado (participação % sobre o total geral).....	85
Figura 29. Exportação brasileira intra-bloco por fator agregado (participação % sobre o total geral).....	86
Figura 30. Exportação brasileira extra-bloco por fator agregado (participação % sobre o total geral).....	86
Figura 31. Média anual da tarifa NMF nos países do MERCOSUL (1991-2009).....	87

LISTA DE TABELAS

Tabela 1. Criação de Comércio.	22
Tabela 2. Desvio de Comércio.	23
Tabela 3. Mercado comum, união econômica e monetária	28
Tabela 4. União monetária e aduaneira.	28
Tabela 5. União aduaneira.	29
Tabela 6. Área de livre comércio e preferências tarifárias.	30
Tabela 7. Síntese dos principais marcos históricos do MERCOSUL.	34
Tabela 8. Tarifa NMF dos países do MERCOSUL (1998 e 2009).	36
Tabela 9. Tarifa NMF da UE (1996 e 2009).	37
Tabela 10. Tarifa NMF dos países do NAFTA (1996 e 2009).	38
Tabela 11. Tarifa NMF dos países da CAN.	40
Tabela 12. Rodadas do GATT/OMC.....	42
Tabela 13. Número de acordos regionais (de bens) notificados no GATT/OMC em vigor (1958 a 2007).	61
Tabela 14. Número de acordos (de bens) regionais em vigor - por tipo de acordo (2010).	63
Tabela 15. Evolução dos tratados comerciais do MERCOSUL (por ano, parceiro e tipo).	69

LISTA DE ABREVIACÕES E SIGLAS

ALADI – Associação Latino-Americana de Integração

ALALC – Associação Latino-Americana de Livre Comércio

ALCA - Área de Livre-Comércio das Américas

APEC – *Asia-Pacific Economic Cooperation*

APTF – Acordo de Preferências Tarifárias Fixas

ASEAN- Associação de Nações do Sudeste Asiático

BIRD – Banco Internacional de Reconstrução e Desenvolvimento

CACM - Mercado Comum Centro-Americano

CAN – Comunidade Andina de Nações

CARICOM – Comunidade do Caribe

CEE- Comunidade Econômica Europeia

CEI - Comunidade dos Estados Interdependentes

CEDEAO - Comunidade Econômica dos Estados da África Ocidental

EAC - Comunidade da África Oriental

ECCAS - Comunidade Econômica e Monetária da África Central

EFTA - Associação Europeia de Livre Comércio

EUA – Estados Unidos da América

FMI – Fundo Monetário Internacional

FOCEM – Fundo de Convergência Estrutural do MERCOSUR

GATT- Acordo Geral sobre Tarifas e Comércio

GCC - Conselho de Cooperação do Golfo

INDEC – Instituto Nacional de Estatística e Censos

MDIC – Ministério de Desenvolvimento da Indústria e do Comércio

MERCOSUL- Mercado Comum do Sul

MRE – Ministério de Relações Exteriores

NAFTA – *North American Free Trade Agreement*

NMF - Nação Mais Favorecida

OCDE – *Organization for Economic Cooperation and Development*

OIC – Organização Internacional de Comércio

OMC – Organização Mundial do Comércio

PIB – Produto Interno Bruto

SACU - Southern African Customs Union

SADC - Comunidade para o desenvolvimento da África austral

TEC – Tarifa Externa Comum

UE – União Europeia

UMA - União do Magrebe Árabe

UNCTAD – *United Nations Conference on Trade and Development*

ZLC – Zona de Livre Comércio

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO.....	15
1.1 TEMA E PROBLEMA.....	15
1.2 OBJETIVOS.....	17
1.2.1 Objetivos Gerais	17
1.2.2 Objetivos Específicos	17
1.3 METODOLOGIA.....	17
2. TEORIA DA INTEGRAÇÃO.....	19
2.1 PRINCÍPIOS DE INTEGRAÇÃO REGIONAL.....	19
2.2 ETAPAS DO PROCESSO DE INTEGRAÇÃO.....	24
2.2.1 Área de Preferências Tarifárias	24
2.2.2 Zona de Livre Comércio.....	25
2.2.3 União Aduaneira.....	25
2.2.4 Mercado Comum	26
2.2.5 União Econômica e Monetária	26
2.3 BLOCOS REGIONAIS	27
2.4.3 Mercado Comum do Sul – MERCOSUL.....	31
2.4.2 União Europeia	36
2.4.1 Acordo de Livre Comércio da América do Norte – NAFTA.....	37
2.4.4 Comunidade Andina de Nações - CAN.....	38
3.REGIONALISMO VERSUS MULTILATERALISMO.....	41
3.1 MULTILATERALISMO	41
3.1.1 Organização Mundial do Comércio.....	43
3.1.1.1 Cláusula da Nação Mais Favorecida (NMF)	46
3.1.1.2 Obrigação de Tratamento Nacional.....	48
3.1.1.3 Cláusula de Habilitação	49

3.1.1.4 Exceções no GATT ao Regionalismo e a NMF	50
3.2 ORIGEM E AVANÇO DO REGIONALISMO.....	51
4. O MERCOSUL E O REGIONALISMO ABERTO.....	66
4.1 O PROCESSO DE LIBERALIZAÇÃO COMERCIAL DO MERCOSUL.....	66
4.2 TRATADOS COMERCIAIS PREFERENCIAIS DO MERCOSUL	69
4.3 FLUXOS E ORIENTAÇÃO DO COMÉRCIO EXTERIOR DO MERCOSUL.....	72
4.3.1 Fluxos de Comércio do MERCOSUL	76
5. REFERÊNCIAS FINAIS	89
6.REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	92
ANEXO	97

1. INTRODUÇÃO

1.1 TEMA E PROBLEMA

Uma das questões recorrentes em economia e direito internacional diz respeito à relação entre o regionalismo e o multilateralismo, que são fenômenos atuais que coexistem no cenário internacional.

Quando o mundo ressentia-se dos efeitos da Segunda Guerra Mundial e buscava formas de regular a economia, a política e as finanças da nova ordem que se moldava nas relações internacionais, foi vislumbrada a criação de instituições internacionais que deveriam coordenar a cooperação entre os Estados nestas áreas, evitando as guerras comerciais caracterizadas pelo aumento das barreiras ao comércio (LUPI, 2001).

O Acordo Geral sobre Tarifas e Comércio (GATT) foi assinado em 1947, com caráter provisório, pois seria logo substituído pela Organização Internacional do Comércio (OIC). Porém, essa tentativa de substituição malogrou, sendo criada uma organização internacional para o comércio somente em 1994, agora com um novo nome, Organização Mundial do Comércio (OMC).

O princípio fundamental para o sistema multilateral do comércio é o da não-discriminação, visando alcançar condições de concorrência o mais igualitárias possível. No preâmbulo do GATT 1947, introduz-se como maneira de atingir os benefícios almejados a:

“... conclusão de acordos recíprocos e mutuamente vantajosos, visando à redução substancial das tarifas aduaneiras e de outras barreiras às permutas comerciais e à eliminação do tratamento discriminatório, em matéria de comércio internacional”.
(GATT, 1947)

A não discriminação está ancorada na Cláusula da Nação Mais Favorecida (NMF), em que um país-membro do GATT/OMC não pode discriminar seus parceiros comerciais quando esses possuem produtos similares. A tarifa concedida a um país deverá automaticamente ser repassada aos demais.

A OMC foi criada a partir das negociações da Rodada Uruguai do GATT, estabelecida em 1995, com o intuito de ser um local em que os membros pudessem resolver seus problemas em matéria de comércio internacional (BROGINI, 2005). Essa nova regulação do comércio internacional constituiu um avanço em direção à liberalização do comércio multilateral, recíproco e não discriminatório.

Desde a criação do GATT, muitos países começaram processos de integração econômica. Os tratados comerciais regionais têm se mostrado atrativos aos países não só pela possibilidade de aumentarem seus mercados no comércio regional, mas também de aumentarem seu poder de barganha no comércio internacional. Além disso, há incertezas em relação à liberalização do sistema comercial global devido à lentidão no alcance de consensos nas negociações multilaterais no âmbito da OMC.

O regionalismo, através de concessões e/ou eliminações tarifárias entre seus membros privilegia o acesso ao mercado entre eles. Contudo, discrimina aqueles países que não fazem parte do acordo. A formação de blocos regionais fere o princípio de não-discriminação entre os países e a Cláusula da Nação Mais Favorecida (NMF). Todavia, alguns dispositivos permitem a proliferação de acordos regionais, constituindo exceções à regra de não-discriminação entre partes membros da OMC.

Já o multilateralismo, está baseado em um tratamento igualitário a todos os Estados envolvidos: sem discriminação e com atenção aqueles desfavorecidos no cenário global, através de exceções aos acordos estabelecidos no GATT/OMC.

Nesse contexto, entre as exceções à regra de não discriminação, está o artigo XXIV do GATT 1947 permitindo a formação de união aduaneira e áreas de livre comércio, desde que não se aumentem tarifas e barreiras a terceiros. Há também a Cláusula de Habilitação em que permite que países em desenvolvimento estabeleçam preferências tarifárias entre si.

Acredita-se atualmente que o regionalismo é não somente um complemento como também um meio de acelerar o processo comercial multilateral (ETHIER,1998). Um relevante ponto a ser questionado é se há a possibilidade de o regionalismo superar os resultados, em termos de liberalização comercial, conquistados pela OMC.

O aumento significativo do número de tratados comerciais regionais é algo recente, e ainda pouco se sabe se contribuem ou não para o bem-estar global. Dentro da problemática da proliferação do regionalismo e a erosão da Cláusula da Nação Mais Favorecida, a presente pesquisa torna-se relevante para o desenvolvimento dos estudos no âmbito da economia internacional para se analisar a relação entre sistemas de comércio aparentemente antagônicos. Além disso, o estudo pretende analisar, em termos teóricos, o caso do MERCOSUL buscando evidências de que ele contribui para o multilateralismo.

1.2 OBJETIVOS

Esta pesquisa tem como finalidade levantar evidências teóricas para se poder fazer uma análise do conflito formulado na seção anterior, considerando os seguintes objetivos:

1.2.1 Objetivos Gerais

Discutir teoricamente a natureza da relação entre regionalismo e multilateralismo e avaliar empiricamente o caso do MERCOSUL buscando evidências de regionalismo aberto.

1.2.2 Objetivos Específicos

- i. Apresentar a teoria de integração econômica, as principais etapas deste processo, e discutir os efeitos do avanço do regionalismo sobre a liberalização comercial;
- ii. Discutir o papel da OMC no avanço do regionalismo;
- iii. Avaliar o processo de formação do bloco regional MERCOSUL e analisar seus efeitos sobre o comércio intra-bloco e extra-bloco.

1.3 METODOLOGIA

A partir do objetivo proposto, este trabalho de pesquisa tem caráter descritivo e explicativo. Através da análise da revisão dos motivos gerais que determinaram o surgimento do regionalismo face ao multilateralismo já estabelecido, investiga-se particularmente o caso do MERCOSUL e sua relação com outros grupos e países. “A pesquisa descritiva caracteriza-se pelo estudo, análise, registro e interpretação dos fatos do mundo físico sem a interferência do pesquisador” (MEDEIROS, 2007). Ademais, em termos explicativos a pesquisa pretende identificar, analisar e interpretar os fatores que determinam a formação de blocos regionais. Para Karkotli (2008), uma pesquisa explicativa centra-se em identificar fatores que

determinam ou que concorrem para que determinados fenômenos ocorram. Mais especificamente, o trabalho pretende investigar evidências de que o bloco MERCOSUL seja um complemento ao multilateralismo.

Em termos metodológicos a abordagem dedutiva tem a função básica de demonstrar aquilo que já se encontra no antecedente. “O raciocínio dedutivo parte de enunciados gerais dispostos em ordem, com premissas de um raciocínio para chegar a uma conclusão particular” (MEDEIROS, 2007). Diante disso, parte-se das teorias de integração regional e economia internacional até se chegar a evidências particulares de regionalismo aberto no MERCOSUL.

Ademais, quanto à abordagem, o estudo é caracterizado de maneira qualitativa. Segundo Minayo (2007) a abordagem qualitativa responde a questões muito particulares, com um nível de realidade que não pode ou não deveria ser quantificado.

Quanto aos procedimentos, este trabalho de pesquisa utiliza primeiramente uma revisão bibliográfica acerca da teoria de integração e suas etapas, bem como o modelo de desvio e criação de comércio de Viner (1950), todos encontrados em literatura de comércio e economia internacional. Após essa revisão, pretende-se caracterizar o multilateralismo dentro dos conceitos expostos pela Organização Mundial do Comércio, seguido por uma discussão comparativa entre o regionalismo e o multilateralismo. Após essa revisão pretende-se analisar o caso do MERCOSUL buscando evidências de regionalismo aberto, particularmente no seu comércio internacional. Diante disso, coletam-se informações e selecionam-se as mais relevantes para análise, registro e interpretação.

2. TEORIA DA INTEGRAÇÃO

Neste capítulo será abordado o tema da integração regional, como base do referencial teórico. O capítulo está dividido em três partes. A primeira é uma introdução à teoria da integração regional dando ênfase à teoria de Viner (1950) sobre criação e desvio de comércio. A segunda parte explicita as etapas de integração econômica e suas diferenças. A última parte aborda características de quatro blocos econômicos: MERCOSUL, União Europeia, Nafta e Comunidade Andina de Nações, dando-se maior ênfase ao primeiro por ser parte do tema de pesquisa.

2.1 PRINCÍPIOS DE INTEGRAÇÃO REGIONAL

Para se entender o regionalismo, há que se contextualizar o momento histórico e os motivos pelos quais os Estados começaram esse processo. Ainda que haja evidências de regionalismo no período anterior a II Guerra Mundial, o período posterior é aquele em que esses acordos se legitimaram perante a comunidade internacional. Com o final da II Guerra Mundial, o mundo dividiu-se em duas grandes áreas políticas, econômicas e ideológicas, liderados por Estados Unidos da América e União das Repúblicas Socialistas Soviéticas, iniciando-se o período da Guerra Fria.

Diversas mudanças políticas e econômicas no cenário mundial ocorreram entre as quais se destaca o multilateralismo e seus princípios de facilitação e não discriminação do comércio. O multilateralismo foi consolidado como prática internacional através da criação do Acordo Geral de Tarifas e Comércio (GATT em inglês) em 1947, sendo criada a Organização Mundial do Comércio (OMC) em 1994 após oito rodadas de negociações.

Concomitantemente ao início das negociações do GATT, a primeira onda de regionalismo começou a partir do início das tratativas para a formação da Comunidade Econômica Europeia (CEE). Contudo, a grande maioria dos acordos iniciados nesse período não teve efetividade, deixando para a década de 1980 a retomada desse processo, conhecido como a segunda onda de regionalismo (BHAGWATI, 1993). As ondas de regionalismo serão melhor

vistas no capítulo três, em que haverá a discussão teórica do regionalismo com o multilateralismo.

Os acordos de integração econômica surgiram como tentativa, por parte de alguns países, de reduzir as barreiras comerciais entre si. Krugman e Obstfeld (2001), afirmam que a integração econômica constitui uma estratégia defensiva por parte de algumas economias frente à debilidade do multilateralismo para resolver os dinâmicos temas do comércio internacional.

De forma mais geral, Balassa (1964) definiu integração econômica como um “processo de adoção de medidas para abolir a discriminação entre unidades econômicas pertencentes a diversos Estados nacionais”. Somado a isso, Baumann (2001) diz que a integração econômica é o:

Processo de criação de um mercado integrado, a partir da progressiva eliminação de barreiras ao comércio, ao movimento de fatores de produção e da criação de instituições que permitam a coordenação ou unificação, de políticas econômicas em uma região geográfica. (BAUMANN, 2001)

Simplificando, Winter (1996) se refere ao regionalismo como qualquer política designada a reduzir as barreiras tarifárias entre um grupo de países independente de serem próximos geograficamente ou economicamente. No multilateralismo, isso deveria ocorrer com todos os membros, porém é algo que se mostra muito difícil, pois esbarra em muitos interesses divergentes dos países.

Os aspectos positivos da integração caracterizam-se pelo: aumento da capacidade produtiva e do poder de concorrência; o adiantamento do processo de industrialização; a possibilidade de viabilidade econômica dos países menores; a contraposição à desunião provocada pelo descompasso ideológico, cultural e econômico frente a um mercado unificado e diante de grandes concepções; a defesa dos preços de seus produtos no mercado mundial; e, se diminuiria a vulnerabilidade externa (BUENO, 2008).

É importante mencionar neste trabalho a existência de acordos bi-regionais ou transregionais. Esses acordos constituem um fenômeno recente nas relações internacionais. Inicialmente, foi resultado das relações comerciais entre as maiores regiões econômicas, depois se espalhando para o resto do mundo. Os acordos bi-regionais caracterizam-se por relações formais de associação que envolvem parceiros mais heterogêneos e difusos do que no

diálogo grupo-a-grupo, incluem Estados membros de mais de duas regiões e há maior nível de coordenação regional entre eles (HÄNGGI, 2000).

2.1.1 Criação e Desvio de Comércio

A primeira vertente da teoria da integração comercial possui seu maior expoente em Jacob Viner que, em 1950, questionou o consenso favorável ao estabelecimento das uniões aduaneiras em sua obra “A questão da união aduaneira” (*The customs union issue*). O autor analisa os efeitos da integração sobre a eficiência das economias que se associam.

Segundo Viner (1950), a integração tem benefícios e custos. Em outras palavras, a viabilidade de integração entre países poderia ser ditada pelos efeitos que a criação do comércio e o desvio do comércio causariam sobre o bem estar social.

O desvio de comércio ocorre quando, através da eliminação das tarifas intra-bloco, os produtos de um dos sócios, que são menos eficientes que o resto do mundo, ficam mais baratos, fazendo assim com que um país passe a comprar do seu sócio e não daquele mais eficiente. Isso ocorre devido ao tratamento discriminatório que o acordo implica aos produtores dos países não membros.

Assim sendo, há perda de bem-estar, pois a troca foi de um produtor mais eficiente por um menos eficiente. Ou seja, o feito de que a união aduaneira faça reduzir o preço de mercado não quer dizer que faça reduzir o custo social. Pelo contrário, o custo social aumenta devido a que o sócio é menos eficiente que os produtores externos. O que antes era recolhido como taxa, agora é pago ao país-sócio como subsídio à sua produção.

A criação de comércio tem duas possíveis fontes. Uma seria a substituição da produção nacional por importações mais baratas do sócio. Outra seria a expansão do mercado, resultando no aumento da demanda interna devido à redução do preço.

As duas fontes seriam positivas para o bem-estar tanto dos produtores como dos consumidores. Pelo lado da produção, se reduz a oferta doméstica de bens que se produzem de forma ineficiente o que faz deslocar os recursos para a produção de outros bens mais eficientes. Pelo lado do consumidor, aumenta o seu excedente, pois esse pode adquirir mais bens a menores preços. Se o um dos países-sócios tem custos unitários de um produto

(somado a tarifa) abaixo do preço mundial, isso baixará os preços do mercado nacional, melhorando o bem-estar.

Viner (1950) assinala que nos casos em que o processo de integração se dê entre economias que possuem desenvolvimento setorial semelhante, a produção tenderá a se concentrar nas firmas que produzam a custos menores.

Vaillant (2002) ilustrar melhor a idéia de Viner (1950), em que tomam-se três países imaginários (A, B e C) cada um produzindo certo bem a custos constantes. Os países A e B decidem se integrar, assim o país C representa o resto do mundo. Nos quadros abaixo se analisam as opções para o país A com e sem a união aduaneira. No primeiro caso as tarifas às importações são altas (100%) e no segundo são moderadas (50%). Lembrando o pressuposto de não discriminação entre nações, as tarifas são aplicadas igualmente entre B e C (sem união aduaneira). O país C é o mais eficiente e o país A é o mais ineficiente dos três. Os números representados são meramente ilustrativos representando apenas o grau de eficiência.

No primeiro caso, com tarifas altas (100%), os países B e C chegariam a um custo de 160 e de 120, respectivamente. Caso fosse livre comércio, A importaria do país C, pois é o mais eficiente de todos os três. Ao se formar a união aduaneira, são eliminadas todas as tarifas entre os sócios. Assim, ao país A, menos eficiente do que o país B, lhe convém deixar de produzir o bem e passar a importá-lo de B. O quadro abaixo mostra o efeito de criação de comércio. Nessas condições, o país A substituirá a produção ineficiente pela importação e assim, deslocará seus recursos para uma produção mais vantajosa, aumentando a eficiência produtiva e o bem-estar de ambos os países.

Tabela 1. Criação de Comércio.

Países	Custo	Custo + tarifa (100%)	
		Situação inicial	União Aduaneira (A e B)
A	100	100	100
B	80	160	80
C	60	120	120

Fonte: Elaborado pelo autor

No segundo caso, com tarifas moderadas (50%), o país A vai importar o bem do país C (resto do mundo), que é o produtor mais eficiente a nível mundial e, mesmo com as tarifas, chega a um custo menor do que se produzido em A. Ao se formar a união aduaneira, ao país A lhe convém passar a importar do país sócio (B), pois esse pode entrar no mercado de A com menor preço do que C, por não pagar tarifas (vide quadro abaixo). Esse é o efeito de desvio de comércio, em que o que ocorre é uma simples troca de países fornecedores a favor do país sócio ineficiente.

Tabela 2. Desvio de Comércio.

Países	Custo	Custo + tarifa (50%)	
		Situação inicial	União Aduaneira (A e B)
A	100	100	100
B	80	120	80
C	60	90	90

Fonte: Elaborado pelo autor

Desta forma, os consumidores do país A obtêm um preço menor (“ganham 10”), porém o país perde em termos de arrecadação tarifária (“perde 30”), resultando assim em uma perda (de 20) que é “transferida” ao sócio devido a seu maior preço.

Com essa ilustração pode-se responder se o efeito de uma formação aduaneira é bom ou mal para o bem-estar social. Se o comércio extra entre os países sócios representa um acréscimo ao comércio mundial (criação de comércio), a formação da união melhora a eficiência mundial. Contudo, se é só uma substituição de fornecedores eficientes do resto do mundo por menos eficientes do país sócio (desvio de comércio), piora a atribuição internacional de recursos.

Viner (1950) argumenta que, como um acordo pode criar comércio para alguns produtos e desviar comércio para outros, não se pode assegurar de forma geral qual será o impacto global de uma integração.

Como introdução às próximas subseções que falam sobre os acordos regionais, mostra-se abaixo um mapa extraído do sítio eletrônico da OMC explicitando a participação dos países em acordos regionais de bens e serviços. O mapa está separado por cores, em que quanto mais vermelho, maior a participação do país em tratados regionais. Constata-se que aqueles que mais possuem tratados são: União Europeia, Estados Unidos, México e Chile.

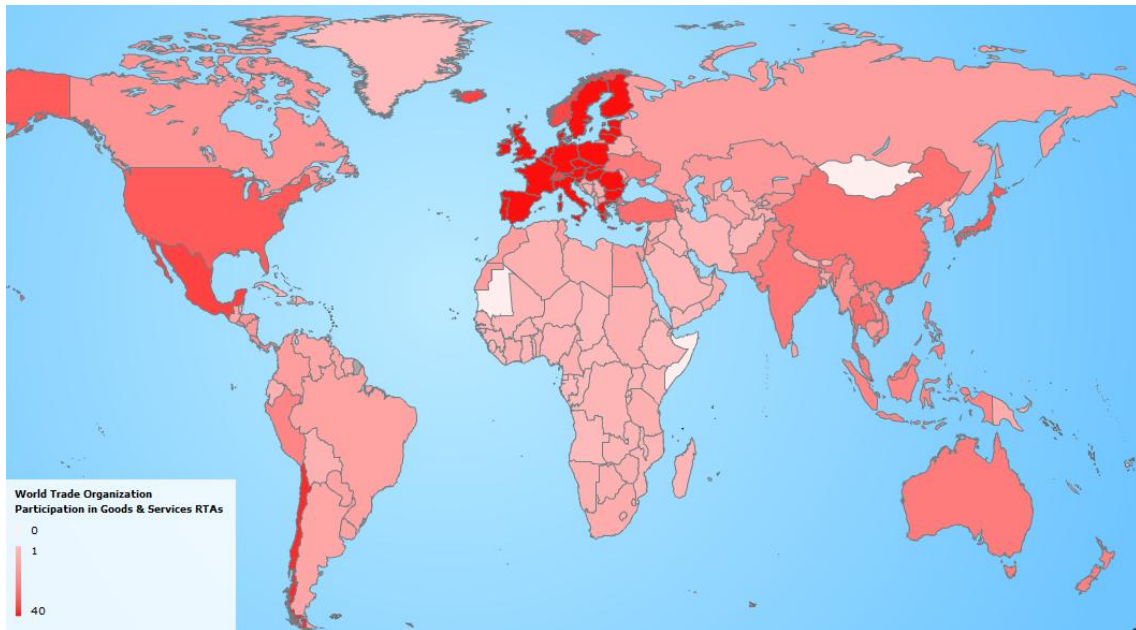


Figura 1. Participação dos países em tratados regionais.

Fonte: OMC.

2.2 ETAPAS DO PROCESSO DE INTEGRAÇÃO

Os acordos de integração podem adotar formas muito variadas que implicam diferentes graus de harmonização e coordenação de políticas. Bela Balassa (1961), classifica a integração como um processo de cinco etapas: área de preferência tarifária, zona de livre comércio, união aduaneira, mercado comum, união econômica e monetária. Em sentido mais amplo, o mesmo autor divide a integração em quatro características principais: a) eliminação de barreiras comerciais (integração comercial), b) liberalização da circulação dos fatores produtivos (integração dos fatores), c) harmonização das políticas econômicas nacionais (integração política), d) e unificação completa das políticas econômicas (integração total).

2.2.1 Área de Preferências Tarifárias

Área de Preferências Tarifárias consiste na adoção recíproca, entre dois ou mais países, de níveis tarifários preferenciais ou seja, as tarifas incidentes sobre o comércio entre os países membros do acordo são inferiores às tarifas cobradas de países não-membros.

A diferença entre as tarifas acordadas e aquelas aplicadas ao comércio com terceiros mercados dá-se o nome de margem de preferência (MRE, 2010). A margem de preferência reduz o imposto de importação no comércio entre as partes do acordo.

Os países que integram uma área de preferência tarifária podem convencionar somente a não-incidência dos impostos de importação sobre suas mercadorias, em suas relações recíprocas, podendo, porém, ser estabelecidas barreiras não-tarifárias.

O GATT proíbe esse tipo de acordo por violar a Cláusula da Nação mais Favorecida (NMF), porém o permite no caso de que os países tenham tarifas iguais a zero sobre os produtos que trocam entre si.

2.2.2 Zona de Livre Comércio

A zona de livre comércio decorre da integração entre países que criam entre si uma área dentro da qual os bens podem circular livremente, não havendo barreiras tarifárias ou não-tarifárias. No entanto, cada país mantém a proteção frente ao resto do mundo e conserva sua independência na política comercial externa.

A diferença entre a zona de livre comércio e a área de preferências tarifárias é quantitativa, ou seja, enquanto a última abrange somente a redução ou eliminação de determinados tributos incidentes sobre o comércio exterior (impostos de importação), a primeira tem por objetivo a diminuição ou a eliminação de barreiras comerciais, que incluem obstáculos tarifários e não tarifários.

2.2.3 União Aduaneira

Assim como na Zona de Livre Comércio, a União Aduaneira elimina todas as barreiras ao comércio entre os sócios. Porém, os membros se comprometem a manter uma política comercial externa comum com terceiros países, estabelece-se uma Tarifa Externa Comum (TEC).

Em outras palavras, significa dizer que, no comércio entre os membros do acordo (comércio intra-bloco), há isenção do imposto de importação, e para produtos originários de países não membros (comércio extra-bloco), incide a mesma alíquota de importação para entrada em qualquer membro do bloco. Este é o atual estágio de integração do Mercado Comum do Sul (MERCOSUL) e da União Aduaneira da África Austral (SACU em inglês).

Segundo Viner (1950), há três pressupostos para a formação de uma união aduaneira: a completa eliminação de tarifas entre os países integrados, a instituição de uma tarifa uniforme de importação aplicável aos terceiros países e a distribuição dos benefícios advindos com a integração entre os Estados-parte, conforme regras previamente ajustadas.

2.2.4 Mercado Comum

Enquanto nas três primeiras fases de integração é estabelecida a livre circulação de bens, no mercado comum há a livre mobilidade dos fatores de produção entre o território dos países do bloco econômico, abrangendo pessoas, bens, capitais e serviços.

2.2.5 União Econômica e Monetária

A União Econômica e Monetária é a etapa mais avançada e complexa de um processo de integração econômica. É um mercado comum que possui uma moeda única e uma política comum em matéria monetária conduzida por um Banco Central Comum. A União Europeia é o único exemplo deste estágio de integração. Na UE, há fatores de convergência que os Estados-membros devem cumprir para participarem da Europa Monetária. Esses fatores estipulam metas de taxa de juros, inflação, déficit público e dívida pública que os Estados devem atingir para participar da Zona do Euro.

2.3 BLOCOS REGIONAIS

Há diversos blocos regionais no mundo. O mapa abaixo ilustra os principais blocos da atualidade. Estas organizações apresentam diferentes características em seus propósitos, composição e estrutura. Algumas são essencialmente políticas, outras de integração econômica.

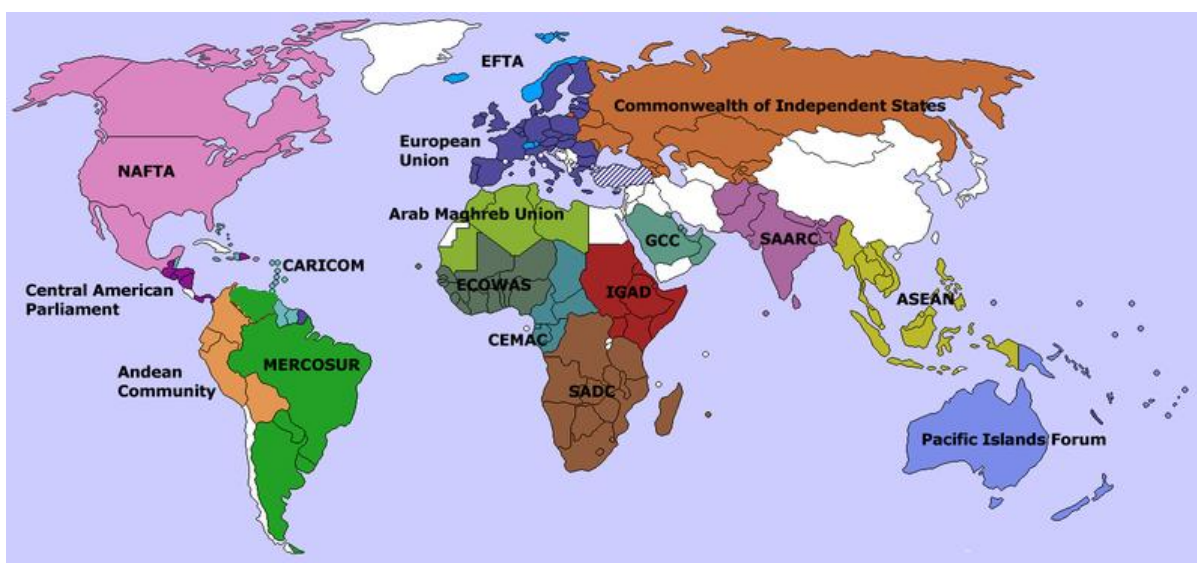


Figura 2. Principais blocos econômicos

Fonte: OMC.

Em anexo a este trabalho há uma lista com todos os acordos regionais em vigor notificados a OMC. No quadro abaixo, são expostos os principais blocos econômicos do mundo, referindo-se seu ano de criação e seus membros. Para facilitar, foi separado por tipo de integração em que se encontram no momento.

Tabela 3. Mercado comum, união econômica e monetária

Acordo	Países	Data de Criação
União Europeia (UE)	Áustria, Bélgica, Bulgária, Chipre, República Tcheca, Dinamarca, Estônia, Finlândia, França, Alemanha, Grécia, Hungria, Irlanda, Itália, Letônia, Lituânia, Luxemburgo, Malta, Holanda, Polônia, Portugal, România, Eslováquia, Eslovênia, Espanha, Suécia e Reino Unido.	1958
Comunidade do Caribe (CARICOM em inglês)	Antígua e Barbuda, Bahamas, Barbados, Belize, Dominica, Granada, Guiana, Haiti, Jamaica, Montserrat, Trinidad e Tobago, São Kitts e Nevis, Santa Lucia, São Vicente e as Granadinas e Suriname.	1973

Fonte: OMC (2010). Elaborado pelo autor.

Tabela 4. União monetária e aduaneira.

Acordo	Países	Data de Criação
Comunidade Econômica e Monetária da África Central (ECCAS em inglês)	Camarões, Gabão, Guiné Equatorial, Congo, República Centro-Africana e o Chade	1994
Comunidade Econômica dos Estados da África Ocidental (CEDEAO)	Benin, Burkina Fasso, Cabo Verde, Costa do Marfim, Gâmbia, Gana, Guiné, Guiné-Bissau, Libéria, Mali, Níger, Nigéria, Senegal, Serra Leoa e Togo.	1975

Fonte: OMC (2010). Elaborado pelo autor.

Tabela 5. União aduaneira.

Acordo	Países	Data de Criação
Comunidade Andina (CAN)	Bolívia, Colômbia, Equador e Peru.	1969
Comunidade da África Oriental (EAC em inglês)	Quênia, Tanzânia, Uganda, Burundi e Ruanda.	1999
Conselho de Cooperação do Golfo (GCC em inglês)	Emirados Árabes Unidos, Qatar, Arábia Saudita, Omã, Kuwait e Bahrain.	2003
Mercado Comum do Sul (MERCOSUL)	Argentina, Brasil, Paraguai, Uruguai e Venezuela.	1991
União Aduaneira do Sul da África (SACU em inglês)	Botsuana, Lesoto, Namíbia, África do Sul e Suazilândia.	1969

Fonte: OMC (2010). Elaborado pelo autor.

Tabela 6. Área de livre comércio e preferências tarifárias.

Acordo	Países	Data de criação
Associação de Nações do Sudeste Asiático (ASEAN em inglês)	Brunei, Camboja, Indonésia, Laos, Malásia, Mianmar, Filipinas, Cingapura, Tailândia e Vietnã.	1967
Associação Latino-Americana de Integração (ALADI)	Argentina, Bolívia, Brasil, Chile, Colômbia, Cuba, Equador, México, Paraguai, Peru, Uruguai e Venezuela.	1980
Cooperação Econômica da Ásia e do Pacífico (APEC em inglês)	Austrália, Brunei, Canadá, Indonésia, Japão, Malásia, Nova Zelândia, Filipinas, Cingapura, Coreia do Sul, Tailândia, Estados Unidos, China, Hong Kong, Taiwan, México, Papua, Nova Guiné e Chile.	1975
Mercado Comum Centro-Americano (CACM em inglês)	Costa Rica, El Salvador, Guatemala, Honduras e Nicarágua.	1961
Comunidade dos Estados Independentes (CEI)	Armênia, Azerbaijão, Bielorrússia, Cazaquistão, Quirguistão, Moldávia, Rússia, Tajiquistão, Turcomenistão, Ucrânia e Uzbequistão.	1991
Associação Europeia de Livre Comércio (EFTA)	Liechtenstein, Islândia, Noruega e Suíça.	1960
Área de Livre Comércio da América do Norte (NAFTA em inglês)	Canadá, México e Estados Unidos.	1994
União do Magrebe Árabe (UMA)	Argélia, Tunísia, Líbia, Marrocos e Mauritânia.	1989
Comunidade para o desenvolvimento da África austral (SADC em inglês)	África do Sul, Angola, Botsuana, República Democrática do Congo, Lesoto, Madagascar, Malawi, Maurícia, Moçambique, Namíbia, Suazilândia, Tanzânia, Zâmbia, Zimbábue, Seicheles e Tanzânia.	2000

Fonte: WTO (2010). Elaborado pelo autor.

Os acordos regionais que serão aprofundados aqui são aqueles mais relevantes para o Brasil: o MERCOSUL (o qual o Brasil faz parte), a União Europeia (em fase de negociação de um acordo de livre comércio MERCOSUL-UE), o NAFTA (participação na Área de Livre Comércio das Américas - ALCA) e a Comunidade Andina (todos seus membros são associados do MERCOSUL).

2.4.3 Mercado Comum do Sul – MERCOSUL

Em 1985, Argentina e Brasil assinaram a Declaração Conjunta de Iguaçu em que se lançou a idéia da integração econômica e política do Cone Sul. Ambos os países haviam acabado de sair de um período ditatorial e enfrentavam a necessidade de reorientar suas economias. Logo, em 1986, é assinada a Ata de Integração Argentina-Brasil, o qual é criado o Programa de Integração e Cooperação Econômica (PICE) almejando-se propiciar a modernização tecnológica dos dois países gerando uma maior eficiência na aplicação de recursos. O próximo passo foi dado em 1990, com a Ata de Buenos Aires, a qual os países decidem estabelecer um mercado comum previsto para 1994. Em 1991, Paraguai e Uruguai mostram interesse em participar do acordo, e assim, foi firmado o Tratado de Assunção criando o bloco regional Mercado Comum do Sul (MERCOSUL).

No Tratado de Assunção, que deu ao bloco a estrutura institucional básica e estabeleceu uma área de livre comércio, foram definidos metas e prazos. Os principais traços que marcaram o acordado foram:

- Liberalização do comércio de bens e serviços;
- Livre circulação de mão-de-obra e de capitais;
- Adoção de uma tarifa externa comum;
- Estabelecimento de acordos setoriais;
- Adoção de um regime geral de origem, de um sistema provisório de solução de controvérsias e de cláusulas de salvaguardas; e,
- Coordenação gradual de políticas macroeconômicas.

Para isso, foi estipulado um prazo de até o dia 31/12/1994 para o Brasil e Argentina, e doze meses mais tarde para Paraguai e Uruguai. A liberalização do comércio recíproco não respondeu aos prazos inicialmente previstos. Assim, em 1994 foi estabelecido um novo programa, o “Regime de Adequação”, que outorgou um prazo adicional de quatro anos para a liberalização de determinados produtos.

Cada Estado definiu a composição do seu regime. Ao início de cada ano, as preferências destes produtos eram aumentadas, de forma linear e automática, para que gradualmente as tarifas de importação chegassem a zero. No Brasil e na Argentina, este regime vigorou até 1998, e no Paraguai e Uruguai até 1999 (MDIC, 2010).

A Tarifa Externa Comum (TEC) estabelece alíquotas comuns para a importação de bens de países fora do bloco, em que todos os países membros têm direito a uma lista de exceção. Ela passou a entrar em vigor no ano de 1995, com uma estrutura de 11 níveis tarifários, que vão desde 0% a 20%. Quando foram criadas, as listas de exceção deveriam ser extintas no final do ano de 2006, quando todos os países membros do bloco deveriam se adequar à concorrência internacional e usar apenas a TEC. Porém, os países membros do decidiram prorrogar a vigência da lista de exceção à Tarifa Externa Comum até dezembro de 2011 (MDIC, 2010).

Em 1991, é feito o Protocolo de Brasília, como complemento ao Tratado de Assunção, em que foram definidas as competências do órgão de solução de controvérsias para as eventuais dúvidas do Tratado de Assunção. Em 1994, o Protocolo de Ouro Preto, que também foi assinado como um complemento do Tratado de Assunção, estabeleceu que o bloco fosse reconhecido juridicamente e internacionalmente como uma organização. Assim, o MERCOSUL passou a ter personalidade jurídica. Sua estrutura compreende órgãos com capacidade decisória e órgãos coadjuvantes, com papel consultivo ou administrativo. De acordo com o Artigo 1º do Tratado de Ouro Preto, A estrutura do MERCOSUL se consolidou em: Conselho do Mercado Comum (CMC); Grupo Mercado Comum (GMC); Comissão de Comércio do Mercosul (CCM); Comissão Parlamentar Conjunta (CPC); Foro Consultivo Econômico-Social (FCES); e, Secretaria Administrativa do Mercosul (SAM) (SEITENFUS, 2008).

Oficialmente, o bloco foi implantado em 1995, com a institucionalização e a entrada em vigor da TEC. Até 1997, o MERCOSUL parecia estar em trajetória ascendente de integração. Entretanto, a partir do ano seguinte, problemas nas balanças de pagamentos,

associados à conjuntura do mercado internacional e a inconsistência e incompatibilidade entre as políticas macroeconômicas - sobretudo cambiais - dos dois maiores parceiros, levaram a uma queda acentuada do comércio intra-Bloco (CERVO, 2008).

Em 2002 é firmado o Protocolo de Olivos, também em complementação ao Tratado de Assunção. Esse protocolo teve como objetivo solucionar controvérsias. Criou-se, através dele, o Tribunal Permanente de Revisão (TPR), com o fim de controlar a legalidade das decisões arbitrais.

Em 2006, a Venezuela passa a fazer parte do bloco, porém ainda está em processo de adesão e se tornará membro pleno uma vez que esteja em vigor o Protocolo de Adesão da República Bolivariana da Venezuela ao MERCOSUL, esperado para 2014. A Venezuela já foi aprovada pelos congressos argentino, brasileiro e uruguaio, faltando somente a ratificação pelo Paraguai.

No mesmo ano, foi criado o Fundo de Convergência Estrutural do MERCOSUL (FOCEM) com o intuito de se aprofundar o processo de integração regional, por meio da redução das assimetrias e do incentivo à competitividade. O fundo disponibiliza US\$ 100 milhões por ano para projetos de infra-estrutura nos países do MERCOSUL. O montante é disponibilizado pelos países-membros em proporção ao Produto Interno Bruto de cada um, respectivamente, Argentina com 27%, Brasil com 70%, Paraguai com 01% e Uruguai com 02% (MRE, 2010).

Também em 2006, foi criado o Parlamento do MERCOSUL (PARLASUL), em que é o órgão democrático de representação civil dos países do bloco. O Parlamento pode propor projetos de norma e elaborar estudos para a harmonização das leis dos Estados partes. Em 2010 foi definida a representação proporcional dos Estados-membros no PARLASUL. Em primeiro momento o corpo legislativo do bloco será formado por 37 parlamentares brasileiros, 26 argentinos, 18 paraguaios e 18 uruguaios. No segundo período esse número aumenta para 75 brasileiros, 43 argentinos, e mantêm-se os 18 paraguaios e os 18 uruguaios.



Figura 3. Mapa do MERCOSUL (Membros, associados e país observador).

Fonte: Elaborado pelo autor.

Os atuais membros associados do MERCOSUL são: Bolívia, Chile, Peru, Colômbia e Equador. O México atua como Estado observador, ainda que não conserve um *status* oficial. Abaixo, um quadro-resumo dos principais marcos históricos do bloco, que foram citados acima.

Tabela 7. Síntese dos principais marcos históricos do MERCOSUL.

Ano	Marco	Comentário
1985	Declaração Conjunta de Iguazú (Argentina e Brasil)	Tratado com o qual se lançou a idéia da integração econômica e política do Cone Sul.
1986	Ata de Integração Argentina-Brasil	Criação do Programa de Integração e Cooperação Econômica (PICE).

1990	Ata de Buenos Aires (Brasil e Argentina)	Decisão de se formar um mercado comum entre Brasil e Argentina.
1991	Tratado de Assunção (Argentina, Brasil, Paraguai e Uruguai)	Criação do mercado comum entre os países acordados formando o MERCOSUL.
1991	Protocolo de Brasília	Dispõe sobre o mecanismo de Solução de Controvérsias.
1994	Protocolo de Ouro Preto	Define a estrutura institucional do bloco.
1995	Início da Zona de Livre Comércio	Entra em vigor a TEC.
2002	Protocolo de Olivos	Altera o mecanismo de solução de controvérsias.
2006	Venezuela passa a fazer parte do MERCOSUL	Com previsão de ser membro pleno em 2014.
2006	Criação do Fundo de Convergência Estrutural do MERCOSUL (FOCEM)	US\$ 100 milhões anuais para projetos de infra-estrutura nos países do bloco.
2007	Início das atividades do Parlamento do MERCOSUL (PARLASUL)	Órgão de representação civil dos países-membros.

Fonte: Elaborado pelo autor.

As tarifas NMF dos países do MERCOSUL no período de 1998-2009 tiveram significativa diminuição. Elas serão melhor analisadas no capítulo quatro, estando aqui somente como comparação entre os demais blocos selecionados.

Tabela 8. Tarifa NMF dos países do MERCOSUL (1998 e 2009).

	Argentina	Brasil	Paraguai	Uruguai
1998	14,2	15,9	12,9	13,7
2009	12,6	13,6	10,3	10,5

Fonte: OMC. Elaborado pelo autor.

2.4.2 União Europeia

A União Europeia é uma união supranacional econômica e política de 27 Estados-membros, estabelecida após a assinatura do Tratado de Maastricht em 1992. Enquanto instituição passou a dispor de personalidade jurídica após o início da vigência do Tratado de Lisboa. Trata-se de uma organização que combina o nível supranacional e o nível institucional num campo geográfico restrito com o papel político próprio sobre os seus Estados-membros, com um mercado interno integrado e um sistema financeiro e bancário comum. Todos os países devem concordar em cobrar a mesma alíquota de tarifa sobre cada bem importado.

A moeda comum, o Euro, entrou em vigor no ano de 1999. Os que não quiseram aderir à moeda são: Dinamarca, Reino Unido e Suécia. Aqueles que optaram aderir à nova moeda tinham que manter o déficit público inferior a 03 % do Produto Interno Bruto – PIB; a inflação e os juros, respectivamente, de no máximo 1,5% e 02% acima da média dos três países com menor índice; e, não deixar que a dívida pública exceda 60% do PIB.

A União Europeia, em termos constitucionais, compreende os seguintes órgãos: o Parlamento Europeu, O Conselho Europeu, o Conselho de Ministros, a Comissão Europeia e o Tribunal de Justiça da União Europeia. (SEITENFUS, 2008). O Banco Central Europeu é responsável pela política econômica e monetária da união.

Quanto às tarifas NMF do bloco, ainda que sua redução tenha sido maior no período anterior a 1996, pode-se perceber que de 1996 a 2009 sua tarifa foi reduzida significativamente conforme tabela abaixo (OMC, 2010).

Tabela 9. Tarifa NMF da UE (1996 e 2009).

União Europeia	
1996	6,9
2009	4,2

Fonte: OMC. Elaborado pelo autor.

Almeida (2008) organiza as relações bilaterais da UE como:

- Mercado único: União Europeia;
- União aduaneira: Turquia, Andorra e São Marino;
- Livre comércio: Chile, Israel, México, etc.;
- Cooperação: Rússia e CEI;
- Não-reciprocidade: Argélia, Egito, Síria, etc.;
- Preferências unilaterais: países em desenvolvimento; e,
- NMF: OCDE, EUA, Japão, China, etc.

Assim, a União Europeia mostra-se mais coerente com o multilateralismo à medida que reduz suas tarifas NMF e mantém uma vasta gama de relações comerciais com terceiros.

2.4.1 Acordo de Livre Comércio da América do Norte – NAFTA

O bloco teve seu prelúdio com um tratado de livre comércio entre os Estados Unidos e o Canadá no final da década de 1980. A partir de 1990, começou uma negociação dos Estados Unidos com o México para também se criar um tratado de livre comércio. Em 1991, o Canadá mostra interesse em criar um Acordo de Livre Comércio da América do Norte – NAFTA –, o qual passou a vigorar em janeiro de 1994.

Do ponto de vista das organizações internacionais, o NAFTA deve ser definido como um acordo de cooperação objetivando a integração comercial entre os três parceiros. O objetivo essencial do acordo constitutivo do NAFTA era construir, em um prazo de quinze

anos, uma zona de livre comércio com ampla abrangência, regulando os investimentos, a propriedade intelectual e o comércio de bens e serviços.

Segundo Seitenfus (2008), a liberalização comercial e de investimentos prevista pelo NAFTA abrangia os seguintes pontos: a) num prazo de quinze anos, os produtos agrícolas deverão circular livremente entre Estados Unidos e México; b) tratamento nacional para os investimentos, inclusive em setores considerados essenciais, como finanças, petroquímica, transporte terrestre e telecomunicações.

De acordo com o sítio eletrônico da OMC, as tarifas NMF dos países do NAFTA tiveram significativa redução no período analisado, mostrando assim uma evidência de inclinação ao multilateralismo.

Tabela 10. Tarifa NMF dos países do NAFTA (1996 e 2009).

	Canadá	Estados-Unidos	México
1996	6,7	5,1	14,72
2009	3,4	3,5	11,3

Fonte: OMC. Elaborado pelo autor.

2.4.4 Comunidade Andina de Nações - CAN

Atualmente o bloco é composto por Bolívia, Colômbia, Equador e Peru. Todos são países-sócios do MERCOSUL. Segundo a página web do grupo, ele se define como:

Somos una comunidad de cuatro países que decidimos unirnos voluntariamente con el objetivo de alcanzar un desarrollo más acelerado, más equilibrado y autónomo, mediante la integración andina, suramericana y latinoamericana. Nos hemos propuesto avanzar en la profundización de una integración integral que contribuya de manera efectiva al desarrollo humano sustentable y equitativo para vivir bien, con respeto por la diversidad y las asimetrías que aglutine las diferentes visiones, modelos y enfoques y que sea convergente hacia la formación de la Unión de Naciones Suramericanas (Unasur). (CAN, 2010)

Antes de ser Comunidade Andina de nações, existia o Pacto Andino, que se formou em 1969, a partir da assinatura do Acordo de Cartagena. O Acordo propunha a integração regional entre os países membros. Inicialmente o bloco era composto pela Bolívia, Colômbia, Chile, Equador e Peru, porém sofreu mudanças com a incorporação da Venezuela em 1974 e a saída do Chile em 1976.

O início do bloco foi pautado pelas políticas de substituição de importações desses países. Naquele período, os acordos regionais eram entendidos como veículos de promoção do desenvolvimento dos países, mediante políticas comuns de incentivos setoriais.

Existiam cinco critérios que caracterizaram a formação do Pacto Andino (BRAGA; PINTO, 2006):

- O primeiro critério estaria ligado à necessidade de integração para desenvolver o setor industrial dos países membros;
- O segundo critério referia-se à distribuição dos benefícios e os custos da integração;
- O terceiro critério estaria ligado ao processo de planejamento estruturado;
- O quarto critério visava atrair as empresas multinacionais, que na década de 1960 já manifestavam interesses de inserção maciça na América Latina; e,
- O quinto critério estava atrelado à necessidade do cumprimento e à irradiação eqüitativa dos efeitos positivos da integração.

A partir de 1989, sob a idéia de regionalismo aberto da Cepal e o intensivo processo de internacionalização do capital, inicia-se a retomada do processo integrador, facilitado, principalmente, pelo incremento do comércio mundial e a tendência de abertura dos mercados dos países membros. Assim, em 1991, foi assinada a Ata de Barahona, a qual implementou uma Área de Livre Comércio na região. Em 1992, foi definida uma nova TEC, com a isenção do Peru do Acordo. Em 1996 foi criando a Comunidade Andina das Nações e estabelecendo o compromisso de criar um mercado comum até 2005 (fato não consumado).

Quanto as tarifas NMF dos atuais membros, a diminuição da Bolívia e do Peru foi muito significativa, a do Equador manteve-se constante e a da Colômbia aumentou.

Tabela 11. Tarifa NMF dos países da CAN.

	Bolívia	Colômbia	Equador	Peru
1996	39,9	12,1	11,8	13,3
2009	10,3	12,4	11,8	5,4

Fonte: OMC. Elaborado pelo autor.

Atualmente, a CAN vive o dilema entre incentivo à integração regional e a adoção de acordos bilaterais, hoje existentes entre a maioria dos países (Peru, Colômbia e Equador) e os grandes mercados (Estados Unidos e a União Europeia).

3. REGIONALISMO VERSUS MULTILATERALISMO

Neste capítulo busca-se analisar a relação entre o regionalismo e o multilateralismo desde a criação do GATT até os dias atuais. No primeiro momento é explicitado como surgiu o sistema multilateral de comércio e como se refletiu na criação do GATT e da OMC, assim como seus princípios e exceções ao regionalismo. No segundo momento, é feita uma contextualização histórica acerca das ondas de regionalismo. Por fim, discutem-se teorias pró e contra o regionalismo. Espera-se ao final deste capítulo saber qual a relação entre os dois sistemas aparentemente antagônicos, se são complementares ou não.

3.1 MULTILATERALISMO

Ao final da segunda guerra mundial, os países vencedores buscaram instituir órgãos reguladores da economia internacional. No encontro chamado de *Bretton Woods*, os países estipularam a criação de três instituições: o Fundo Monetário Internacional (FMI), que pudesse resguardar as economias nacionais contra as crises cambiais; O Banco Mundial, que financiasse a necessária reconstrução da Europa; e a Organização Internacional do Comércio (OIC), que pudesse possibilitar a troca de concessões tarifárias entre os Estados com o objetivo de aumentar os fluxos comerciais. As duas primeiras foram criadas em 1944, na própria conferência de *Bretton Woods* e a última foi somente instituída em 1948 na Conferência de Havana. Contudo, os Estados Unidos não ratificaram a Carta de Havana devido a questões políticas internas do país, prejudicando a efetivação da criação da OIC.

Sendo frustrada a tentativa de criação de uma organização internacional naquela época, foi apresentado um documento intitulado Acordo Geral sobre Tarifas e Comércio (GATT). Sob a tutela da Organização das Nações Unidas, foi assinado na Rodada de Genebra em 1947, por 23 países, inclusive o Brasil, no qual o principal objetivo seria a diminuição das barreiras comerciais e a garantia de acesso mais igualitário por parte dos seus signatários, e não a promoção do livre-comércio. O acordo seria provisório, e a sua vigência seria até a criação da Organização Internacional do Comércio (OIT), a qual não saiu do papel, o que diminuiu a força do acordo.

No GATT era previsto a realização de negociações periódicas (chamadas rodadas) visando constantes liberalizações tarifárias. A primeira foi a de Genebra em 1947, seguida por mais oito sob a coordenação do GATT: Rodada Annecy (1949), Rodada Torquay (1950/51), segunda Rodada Genebra (1955/56), Rodada Dillon (1960/61), Rodada Kennedy (1963/67), Rodada Tóquio (1973/79), Rodada Uruguai (1986/94) e a Rodada do Milênio (2001/em aberto), mais conhecida como Rodada Doha. As primeiras rodadas abordavam a questão da promoção das reduções tarifárias, mas a partir da Rodada Kennedy foram discutidos temas como barreiras comerciais não-tarifárias e os problemas quanto ao comércio de produtos agrícolas.

No quadro abaixo, pode-se ver as Rodadas ocorridas juntamente com o número de membros participantes e o montante de comércio afetado, segundo Lupi (2001).

Tabela 12. Rodadas do GATT/OMC.

Data	Rodada/Local	Número de Participantes	Comércio Afetado (US\$ bilhões)	Temas Cobertos
1947	Genebra – Suíça	23	10	Tarifas
1949	Annecy – França	13	n.d.	Tarifas
1951	Torquay – Reino Unido	38	n.d.	Tarifas
1956	Genebra	26	2,5	Tarifas
1960-61	Rodada Dillon – Genebra	26	4,9	Tarifas
1964-67	Rodada Kennedy - Genebra	62	40	Tarifas e medidas antidumping.
1973-79	Rodada Tóquio – Genebra	102	155	Tarifas, medidas não-tarifárias e criação da cláusula de habilitação.
1986-94	Rodada Uruguai	123	3.700	Tarifas, agricultura, serviços,

– Genebra				propriedade intelectual, medidas de investimento, novo marco jurídico e criação da OMC.
2001- em aberto	Rodada do Milênio - Doha	149	-	Tarifas, agricultura, serviços, facilitação de comércio e solução de controvérsias.

Fonte: Lupi, 2001 e OMC. Elaborado pelo autor.

No início, o GATT tratava somente de tarifas para produtos industriais. Com o tempo, outros temas foram sendo incorporados às negociações. Na Rodada Uruguai, as negociações abrangeram não somente mercadorias, como também serviços, investimentos e direitos de propriedade intelectual.

A rodada do Uruguai terminou somente em abril de 1994 com a assinatura em Marrakesh, porque os países desenvolvidos deixaram em aberto questões controversas, como a abertura do sistema financeiro. A rodada do Uruguai permitiu a criação da Organização Mundial do Comércio (OMC), que entrou em funcionamento em primeiro de janeiro de 1995, em substituição ao GATT. As conclusões dessa rodada mostram a intenção dos participantes de que a OMC e o regionalismo podem coexistir sem que haja conflitos entre eles. Isso era de se esperar devido a que a maioria dos países, que faziam parte da negociação, pertencia a algum mecanismo de integração regional.

3.1.1 Organização Mundial do Comércio

As décadas de 1970 e 1980 foram marcadas pela recessão econômica tanto em países desenvolvidos, quanto em desenvolvimento. Com isso, o temor de que uma nova onda protecionista se alastrasse pelo mundo levou os países-membros do GATT à rodada de negociações comerciais mais ambiciosas do período pós-guerra, a Rodada Uruguai.

A Rodada Uruguai demorou quatro anos para ser preparada e mais sete anos para ser concluída, três anos a mais do que o previsto. As negociações envolveram países em diversos tipos de desenvolvimento, o que acarretou discussões de interesses divergentes entre os países

desenvolvidos e os em desenvolvimento, como a questão do direito de propriedade intelectual de interesse dos países desenvolvidos, bem como a questão do protecionismo agrícola, que tanto infringe os países pobres.

Atualmente a OMC conta com 153 membros (vide mapa abaixo) e sua sede localiza-se em Genebra, na Suíça. Suas principais funções são: administrar os acordos comerciais, agir como um fórum para negociações comerciais, resolver disputas comerciais, rever políticas comerciais nacionais, ajudar os países em desenvolvimento a resolver questões de política comercial através de assistência técnica e programas de formação, e cooperar com outras organizações internacionais.

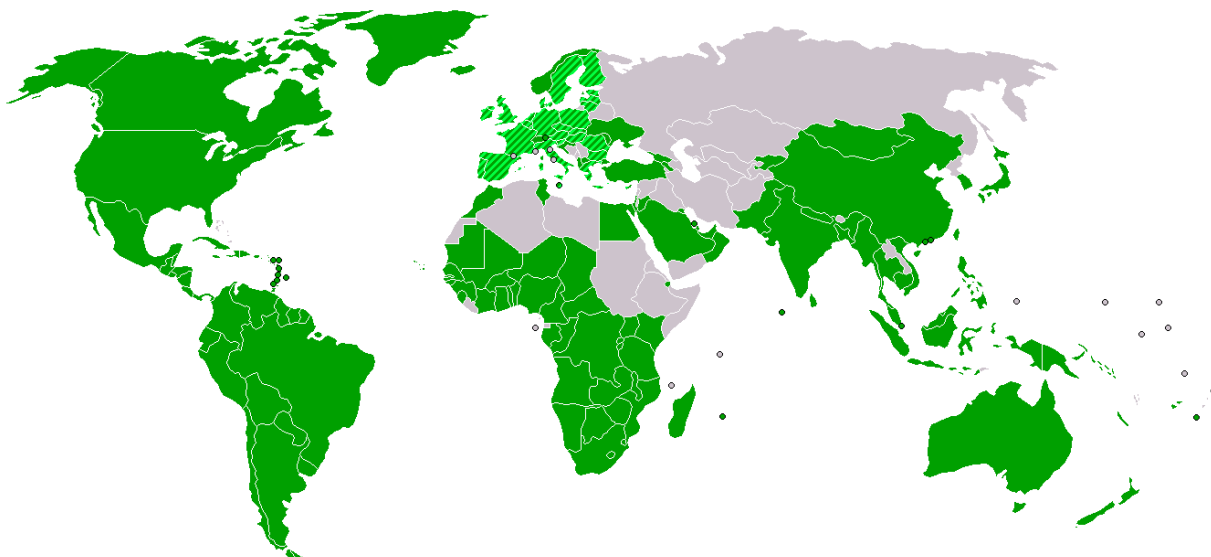


Figura 4. Membros do GATT/OMC 2010 (153 países).

Fonte: OMC.

Deve-se deixar evidente a diferença entre o GATT e a OMC. O GATT nunca chegou a ter personalidade jurídica, ou seja, nunca teve aspecto de organização internacional, ainda que conte com uma estrutura complexa para acompanhamento das negociações comerciais, contando com sede e secretariado (Brochini, 2005).

Já a OMC é uma organização permanente, com personalidade jurídica própria, tendo o mesmo *status* que as outras organizações criadas pela conferência de *Bretton Woods*. O papel da OMC de solucionador de controvérsias comerciais entre os países-membros é mais forte do que quando só havia o GATT, no qual muitos países abusavam de medidas protecionistas, dado a suscetibilidade dos mecanismos de solução de controvérsias entre os signatários. As

regras da OMC abrangem não só o comércio entre os países membros, mas também o de serviços e de propriedade intelectual.

Atualmente, o GATT existe apenas enquanto conjunto de acordos, decisões e práticas anteriores à existência da OMC que servem para direcionar a sua atividade. O texto do Acordo de 1947 com suas posteriores alterações e interpretações foi incorporado pelos acordos da OMC, constituindo o GATT 1994 (LUPI, 2001)

Como já se comentou, a OMC é uma organização criada para facilitar a resolução dos problemas em matéria de comércio internacional. Além disso, ela é um foro permanente de negociações, tanto para elaboração de regras quanto para a solução de conflitos. Na OMC todas as principais decisões são tomadas pelo consenso e caso necessário, por votação, em que cada membro tem direito a um voto.

Todos os acordos multilaterais da OMC são negociados através do princípio do *single undertaking* (ou compromisso único), que consiste na negociação de um único pacote de objetivos, ou na negociação de vários objetivos de forma única. Na prática, isso implica que enquanto não houver definição para algum dos pontos negociados, nada estará acordado de forma definitiva. Em outras palavras, não podem aderir apenas aos acordos que lhes interessem. A principal idéia é conformar a certo limite as políticas de comércio exterior dos membros e, ao mesmo tempo, garantir transparência e previsibilidade no comércio internacional. Complementando ao que já foi dito, de acordo com o GATT de 1994, a organização tem quatro principais objetivos:

- Facilitar a implantação, a administração, a operação e os objetivos dos acordos da Rodada Uruguai, que incluem setores diversos como: agricultura, produtos industriais e serviços; regras de comércio como valoração, licenças, regras de origem, *antidumping*, subsídios e salvaguardas, barreiras técnicas, e empresas estatais; supervisão dos acordos regionais e sua compatibilidade com as regras do GATT; propriedade intelectual; e novos temas como meio ambiente, investimento e concorrência;
- Constituir um foro para as negociações das relações comerciais entre os Estados membros, com o objetivo de criar ou modificar os acordos multilaterais de comércio;
- Responsabilidade pelos procedimentos relativos às soluções de controvérsias, isto é, administrar o "tribunal" da OMC; e,

- Administrar o *Trade Policy Review Mechanism* (Mecanismo de Revisão de Políticas Comerciais) que realiza revisões periódicas das políticas de comércio externo de todos os membros da OMC, acompanhando a evolução das políticas e apontando os temas que estão em desacordo com as regras negociadas.

Por trás dessas funções, há certos princípios que regem o funcionamento da organização. Segundo Brogini (2005), esses princípios podem ser agrupados da seguinte maneira:

- Não-discriminação, o que significa que um membro não pode dar tratamento mais favorável a outro em detrimento dos demais (cláusula da nação mais favorecida) e, ainda, que esse mesmo membro deve tratar da mesma forma seus produtos e os produtos importados (cláusula do tratamento nacional);
- Redução constante de barreiras comerciais, o que inclui tarifas e medidas não-tarifárias, por meio de rodadas de negociações;
- Previsibilidade, o que quer dizer que os compromissos assumidos são obrigatórios e, ainda, que os membros devem agir de forma transparente;
- Promoção de concorrência leal; e,
- Tratamento especial aos países menos desenvolvidos, por meio do abrandamento das regras do sistema.

A seguir serão tratadas brevemente as três principais cláusulas e obrigações - Cláusula da Nação mais Favorecida, Obrigação de Tratamento Nacional e Cláusula de Habilitação - que se afiguram como instrumentos para tornar efetivo o princípio da não-discriminação no comércio entre Estados. Após, serão vistas as exceções concedidas pelo GATT a acordos regionais, para aí então adentrar no assunto regionalismo versus multilateralismo.

3.1.1.1 Cláusula da Nação Mais Favorecida (NMF)

Segundo Viner (1950), o principal objetivo previsto na Carta de Havana era a instituição de um sistema multilateral de negociações, a fim de se obter a redução de barreiras

tarifárias e não-tarifárias e a eliminação das preferências comerciais, além do estabelecimento da cláusula da nação mais favorecida. Essa cláusula, consagrada na Carta de Havana, estende aos demais países signatários os benefícios tarifários concedidos por um Estado a outro.

Em outras palavras, tem como requisito não tratar de maneira menos favorável quaisquer produtos em relação a todos os produtos similares, independentemente de sua origem. É a base do sistema multilateral de comércio da OMC. A obrigação de não-discriminação contribui para assegurar que as relações comerciais internacionais sejam justas e previsíveis.

O objetivo da obrigação de tratamento da nação mais favorecida é assegurar igualdade de oportunidades para importar ou de exportar para todos os membros da OMC. Mais especificamente, no artigo I:1 do GATT de 1994 o princípio da NMF estabelece que:

Qualquer vantagem, benefício, privilégio ou imunidade concedida por qualquer [Membro] a qualquer produto originado em ou destinado a qualquer outro país será conferido imediatamente e automaticamente aos produtos equivalentes originados em ou destinados aos territórios de todos os outros [Membros]. (GATT, 1994)

Seu objetivo abrange somente o comércio de mercadorias, ficando excluídos, por exemplo, o comércio de serviços. Ilustrando de forma simples, o País A deve tratar da mesma forma (ou não discriminar) o produto proveniente do País B e o produto similar proveniente do País C.

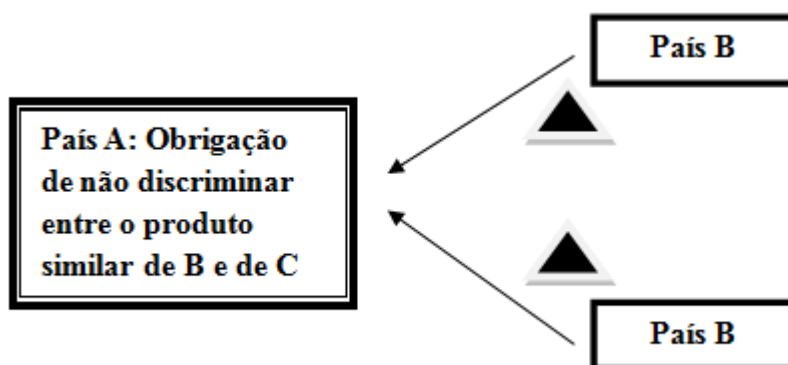


Figura 5. Exemplo da Cláusula da Nação mais Favorecida.

Fonte: elaborado pelo autor.

Em verdade, o tratamento de nação mais favorecida, ao garantir somente a igualdade formal dos Estados, não satisfaz por completo as necessidades dos países menos desenvolvidos, que têm buscado desde o advento do GATT a inclusão de normas que compensem as suas desvantagens, promovendo a igualdade real.

3.1.1.2 Obrigação de Tratamento Nacional

A obrigação de tratamento nacional determina que os Membros da OMC não discriminem produtos importados após esses produtos terem entrado no mercado doméstico. Em outras palavras, o País A não deve tratar os produtos importados dos Países B e C menos favoravelmente do que seus próprios produtos domésticos similares.

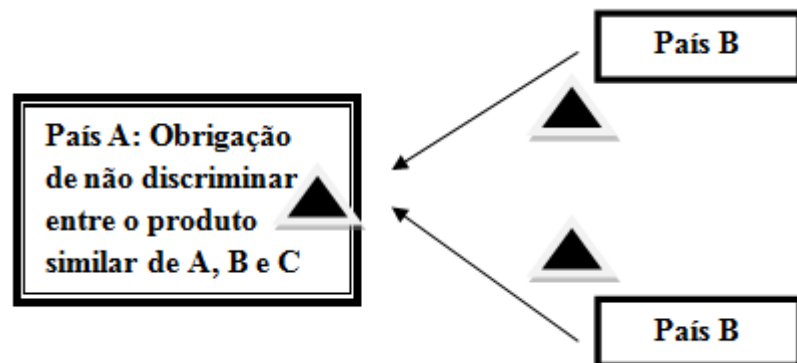


Figura 6. Ilustração da Obrigação de Tratamento Nacional.

Fonte: elaborado pelo autor.

De acordo com o artigo III:1 do GATT é proibida a discriminação entre produtos domésticos e produtos importados similares através de diversas medidas internas enumeradas:

Os [Membros] reconhecem que tributos internos e outros encargos internos, e leis, regulamentos e requisitos que afetem a venda interna, oferta para venda, compra, transporte, distribuição ou uso de produtos, e regulamentações quantitativas internas que requeiram a mistura, processamento ou uso de produtos em quantidades ou proporções especificadas, não devem ser aplicados a produtos importados ou domésticos de modo a conferir proteção à produção doméstica. (GATT,1994)

3.1.1.3 Cláusula de Habilitação

A Cláusula de Habilitação foi adotada na Rodada Tóquio em 1979. Através dela, são permitidos acordos entre países em desenvolvimento com a finalidade de reduzir ou eliminar mutuamente as travas a seu comércio recíproco, excetuando-se da aplicação do princípio da NMF. Isso significa que tais países, em suas zonas de integração, podem conservar tarifas maiores a países desenvolvidos - a fim de proteger suas indústrias nascentes -, o que lhes dá certa característica protecionista, porém não podem criar barreiras e elevar tarifas a terceiros.

Em 1979, na decisão sobre “tratamento diferenciado e mais favorável, reciprocidade e maior participação dos países em desenvolvimento” criou-se a Cláusula de Habilitação (*Enabling Clause*). O primeiro artigo confirma:

Não obstante as provisões do artigo I do Acordo Geral, as partes contratantes podem acordar tratamento diferenciado e mais favorável aos países em desenvolvimento, sem estender referido tratamento outras partes contratantes. (GATT, 1994)

As provisões do parágrafo 01 aplicam-se de acordo com o seguinte:

Tratamento preferencial tarifário acordado por países contratantes desenvolvidos aos produtos originários de países em desenvolvimento conforme o Sistema Generalizado de Preferências; Tratamento diferenciado e mais favorável com respeito às provisões do Acordo geral concernentes a medidas não tarifárias regidas por provisões de instrumentos negociados multilateralmente sob os auspícios do GATT; Arranjos regionais ou globais celebrados entre partes contratantes menos desenvolvidas para a redução ou eliminação mútua de tarifas e, de acordo com critérios ou condições que possam ser prescritas pelas partes contratantes, para mútua redução ou eliminação de medidas não tarifárias, sobre produtos importados de outrem; Tratamento especial para países menos desenvolvidos entre países em desenvolvimento no contexto de quaisquer medidas gerais ou específicas que favoreçam países em desenvolvimento. (GATT 1994)

Assim, abrigaram-se dentro do sistema OMC, mecanismos de preferências tarifárias – sem exigência de reciprocidade – concedidas entre os próprios países em desenvolvimento, bem como as concedidas por países desenvolvidos aos países em desenvolvimento. A cláusula de Habilitação abrange não só a eliminação, mas também a redução de barreiras tarifárias e não-tarifárias entre países em desenvolvimento.

3.1.1.4 Exceções no GATT ao Regionalismo e a NMF

Conforme os dispositivos analisados, ao longo de toda história de existência do sistema multilateral de comércio a regra da NMF tem sido flexibilizada para permitirem-se arranjos que facilitem a adesão ao livre comércio.

Uma exceção permitida desde o início do GATT, incorporada no artigo XXIV, que foi introduzida por pressão daqueles que agora fazem parte da União Europeia, permitiu a formação de alguns tipos de acordos regionais – união aduaneira ou zona de livre comércio. O GATT 1947 entende que o regionalismo é uma maneira de se avançar a liberalização multilateral. Assim, para possibilitar aos Estados manterem seus arranjos preferenciais de comércio, foi formulado o artigo XXIV em exceção à cláusula NMF, disciplinando o regionalismo:

“As disposições do presente acordo se aplicarão aos territórios aduaneiros metropolitanos das partes contratantes, assim como a qualquer outro território aduaneiro com respeito ao qual se tenha aceitado o presente acordo de conformidade com o artigo XXVI ou se aplique em virtude do artigo XXXIII ou de conformidade com o Protocolo de aplicação provisória. Cada Um desses territórios aduaneiros será considerado como se fosse parte contratante, exclusivamente aos efeitos da aplicação territorial do presente acordo, a ressalva de que as disposições deste parágrafo não se interpretem no sentido de que criem direitos nem obrigações entre dois ou mais territórios aduaneiros em respeito aos quais tenham sido aceito o presente acordo...”
(GATT, 1994)

A partir de 1979, com a aprovação da cláusula de habilitação, se admitiu a realização de acordos preferenciais entre países em desenvolvimento, sem a necessidade de cumprir com as condições exigidas pelo artigo XXIV. A Associação Latino-Americana de Integração (ALADI) é um exemplo de acordo que foi permitido pela OMC através da cláusula de habilitação.

A parte IV do GATT 1994, intitulada comércio e desenvolvimento, estabelece regras especiais e diferenciais para países-membros em desenvolvimento. Assim, admite concessões não recíprocas de países desenvolvidos a não desenvolvidos, outorgando a esses um maior acesso aos mercados de países industrializados sem necessidade de reciprocidade alguma.

3.2 ORIGEM E AVANÇO DO REGIONALISMO

Atualmente, segundo a OMC (2010) existem mais de 350 acordos regionais comerciais. Para entender tal fato, deve-se antes entender quais fatores levaram os países a fazerem acordos de comércio fora do sistema multilateral. A OMC (2010) se refere ao regionalismo como qualquer tratado de comércio que envolva dois ou mais países. O principal motivo porque os governos principiaram o regionalismo é o de reforçar o acesso a novos mercados.

Os acordos regionais possuem diversas naturezas e graus de aprofundamento. Alguns possuem muitos países signatários, como a União Europeia, outros apenas dois, como o acordo bilateral de comércio entre a Índia e o Sri Lanka. Há aqueles que são próximos geograficamente, como o MERCOSUL, e aqueles que não são, como o acordo entre os Estados Unidos e a Jordânia.

Para Baldwin (2009), as principais causas do começo do regionalismo foram:

- Os membros do GATT estavam frustrados com a lentidão das negociações multilaterais, principalmente depois que as barreiras deixaram de ser apenas tarifárias e com o número crescente de adesões de membros à organização;
- As negociações regionais eram mais fáceis e com políticas comerciais melhor definidas; e,
- O agressivo unilateralismo estadunidense assustou as nações ocidentais fazendo com que estas procurassem garantias de mercado diante de possíveis crises do sistema multilateral.

Como já dito antes, o artigo XXIV, baixo a cláusula da nação mais favorecida, permite a formação de uniões aduaneiras e áreas de livre comércio, desde que não sejam criadas barreiras aqueles que estão fora do acordo comercial. Questiona-se aqui por que surgiu o artigo XXIV se o objetivo do GATT era reduzir as barreiras tarifárias multilateralmente. Carpenter (2009) responde à pergunta dizendo que foi porque já havia, no momento de criação do GATT, processos de união aduaneira. Para a autora, há dois fatores que podem explicar: o primeiro é porque havia a necessidade de que a Europa, devastada no pós-guerra, fizesse uso do regionalismo para manter o clima de paz e de cooperação econômica no

continente; e, o segundo é que já estava em negociação um tratado de livre comércio entre os Estados Unidos e o Canadá.

Bhagwati (1993) identificou duas ondas de regionalismo no período posterior a II Guerra Mundial. A primeira onda de integração regional começa com os acordos europeus na década de 1950 e vai até 1986. Em 1958 surge a Comunidade Econômica Europeia (CEE) através do Tratado de Roma - não condizente com o artigo XXIV do GATT, principalmente no que diz respeito ao protecionismo de sua agricultura. A Comunidade Europeia só foi aceita pelo GATT devido ao apoio dos Estados Unidos, que tinham interesse que a Europa Ocidental estivesse em paz e economicamente forte depois da destruição causada pela guerra. Ainda assim, só apoiaram a Comunidade Europeia pensando ser um instrumento para se promover o multilateralismo (Carpenter, 2009).

O regionalismo entre os países em desenvolvimento, nas décadas de 1960 e 1970, se caracterizou por dois aspectos centrais: tentaram integrar-se apenas entre países em desenvolvimento; e, a integração foi pensada como uma extensão da estratégia de industrialização por substituição de importações desde o nível nacional ao regional. Assim, pensava-se em reduzir o custo da industrialização explorando economias de escala através da abertura preferencial de mercados. Entre as nações consideradas em desenvolvimento, destacam-se nesse período, a criação da Associação de Nações do Sudeste Asiático (ASEAN) em 1967, e a Associação Latino-Americana de Integração (ALADI) criada em 1980 – substituição da Associação Latino-Americana de Livre Comércio (ALALC) de 1960. Esse primeiro processo de regionalismo, que se espalhou rapidamente pelo mundo, foi considerado não exitoso para as economias em desenvolvimento, pois as expectativas desses países não foram realizadas e houve pouco avanço no comércio entre eles.

Importantes acontecimentos geopolíticos deste período incluem a descolonização, a criação do Movimento dos Países Não Alinhados, e o desenvolvimentismo através da idéia de substituição de importações de Raúl Prebisch na CEPAL.

A segunda onda de regionalismo, ou o novo regionalismo, vem a partir da idéia de se fazer a oitava rodada do GATT já em 1982. Essa rodada, a Rodada Uruguai, começou em 1986 e terminou em 1994. Para Carpenter (2009), dois eventos podem explicar a motivação dos membros em se fazer a Rodada Uruguai que deu início a segunda onda de regionalismo. Os dois eventos ocorreram simultaneamente, um na Europa e outro na América do Norte. Na Europa, a Comunidade Econômica Europeia (CEE) estava se expandindo e aprofundando sua

integração, o que levou o mundo a se preocupar quanto a qual seria sua posição nas negociações no GATT e, se ela se tornaria mais fechada comercialmente a todos. Já na América do Norte, os Estados Unidos firmam tratados de livre comércio com Israel em 1985 e com Canadá em 1989. Os Estados Unidos são referidos como os precursores da segunda onda de regionalismo por terem incorporado em suas relações regionais elementos de profunda integração econômica, como os tratados de livre comércio (BHAGWATI, 1993).

Comparando a primeira onda de regionalismo com a segunda, há dois elementos principais que as diferenciam. A primeira é a atuação dos Estados Unidos no cenário internacional. Ele sai de uma postura de opositor dos acordos regionais e se direciona a uma nova política comercial avançando nos dois sistemas. O segundo elemento foi o planejado aprofundamento da integração da Comunidade Europeia, a qual é reconhecida por ter influenciado a entrada do tema de serviços na Rodada Uruguai. Para Hettne (1999), a primeira onda era focada apenas nas relações comerciais, já a segunda era uma forma de “integração multidimensional em que inclui aspectos econômicos, políticos sociais e culturais, além de ampliar o livre comércio regional e as alianças de segurança”.

Assim como Carpenter (2009), para Bhagwati (1992) a principal causa da assunção do novo regionalismo foi a falta de progresso nas negociações do GATT. Assim, os Estados Unidos decidiram avançar em ambas as direções. Krugman (1992) concorda com isso associando a ineficiência do sistema multilateral ao aumento do número de participantes do GATT/OMC, o que deixou a condução das negociações mais lenta e difícil. Também contribuem para a ineficiência do sistema multilateral restrições voluntárias à exportação e os mecanismos *antidumping*.

Para Ethier (1998), o novo regionalismo possui algumas características como:

- As áreas de livre comércio são formadas por um ou mais países economicamente menores ligados a um país maior;
- Os países menores passaram por reformas unilaterais significativas, como políticas de liberalização e estabilidade econômica, reformas do Estado e incrementos de fluxos financeiros;
- O grau de liberalização é tipicamente modesto em países em que o livre comércio não é característico;
- A liberalização comercial acontece, principalmente, nos países menores, não nos maiores;

- Acordos regionais geralmente envolvem uma integração mais profunda do que a simples redução de barreiras tarifárias, incluindo uniões aduaneiras, a harmonização e o ajuste das políticas econômicas; e,
- Áreas de livre comércio são formadas geralmente entre países vizinhos.

Também para Ethier (2001), essas características diferem da primeira onda de regionalismo principalmente por três fatores fundamentais:

- A liberalização multilateral do comércio de manufaturados entre os países industrializados é mais completa hoje [2001] do que há anos anteriores;
- Boa parte dos países em desenvolvimento abandonou suas políticas autárquicas e abriram seus mercados para o comércio multilateral; e,
- O investimento direto das nações desenvolvidas em países em desenvolvimento é atualmente fundamental na dinâmica da economia mundial.

No primeiro regionalismo, o a América Latina tinha uma ideia de “desenvolvimento para dentro” em que, através da substituição de importações visava a integração regional como uma ampliação do mercado interno. Na América Latina, a segunda onda de regionalismo, teve a característica de regionalismo aberto. Nela, os tratados regionais foram mais ambiciosos em termos de liberalização comercial. O regionalismo aberto, caracterizado pela idéia do neoliberalismo, visava a inserção dos países latino americanos no mundo globalizado. No novo regionalismo, além da iniciativa governamental, há a participação de empresas privadas; e, passa a abordar, além do âmbito econômico, o âmbito social. É característica do regionalismo aberto a atração de investimento externo e a integração que vai além de bens e tarifas, abrangendo também serviços e investimentos (JIMÉNEZ, 2003).

Para Carpenter (2009), é possível adicionar uma terceira onda de regionalismo, a qual haveria começado após o término da Rodada Uruguai. A autora se refere à ampliação e ao aprofundamento dos tratados já existentes. O regionalismo se proliferou em números, expandiu seus membros e aprofundou seus processos de integração. Tanto os países em desenvolvimento como os desenvolvidos envolveram-se ativamente no processo de regionalismo restabelecendo e revigorando a relação Norte-Sul e Sul-Sul, geralmente em acordos entre regiões. Adiciona Baldwin (2009), que o regionalismo atual pode ser comparado aquele dos anos 1990 quando o regionalismo estava em alta e o multilateralismo não tão eficiente. Ele agrega que desta vez, “o regionalismo esta muito mais amplo e, na maioria das vezes, nem se quer é regional” [geograficamente falando].

O que vem acontecendo na última década é que, em alguns casos de união aduaneira, apenas a nação menos favorecida paga a tarifa NMF, e os demais pagam uma tarifa preferencial ou até mesmo tarifa zero. Isso levou à terceira onda de regionalismo porque os países começaram a disputar por tratados preferenciais com parceiros seletos, para não serem os menos favorecidos. Explicando, os tratados preferenciais são melhores do que a tarifa NMF.

O aumento extraordinário no número de acordos regionais não é somente acaso da ineficiência do sistema multilateral. Para Carpenter (2009) existem outros fatores que explicam essa tendência ascendente até os anos 2000. No gráfico abaixo aparecem o número de novos membros no GATT/OMC e de novos acordos regionais de comércio, por décadas desde 1940.

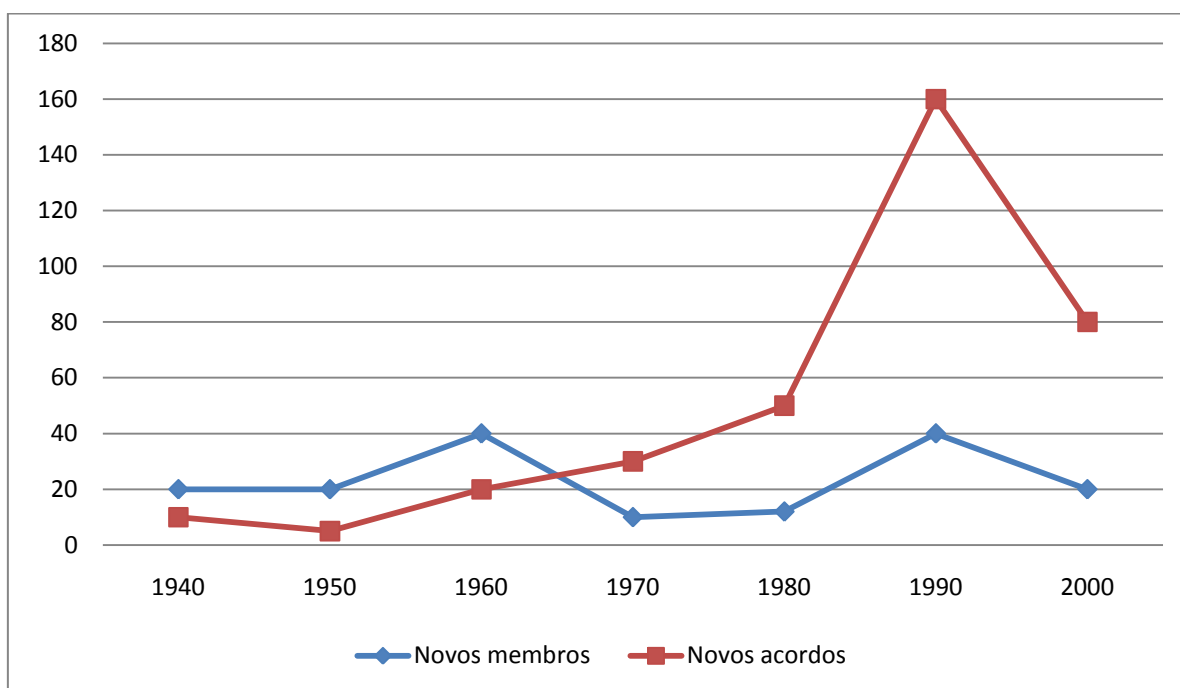


Figura 7. Novos membros no GATT/OMC e novos acordos comerciais regionais - por década (1940-2000).

Fonte: Carpenter, 2009. Elaborado pelo autor.

Através do gráfico, pode-se ver o aumento progressivo da entrada de países no GATT/OMC e de novos tratados regionais. O número de países-membros passou de 70 em 1949 para 153 em 2010.

Para a carpenter (2009), um fator para o aumento do número de membros é devido a independências e desmembramentos. Na década de 1960, um dos picos do regionalismo (vide gráfico acima), 32 nações africanas conquistaram sua independência. E, na década de 1990, 33 países foram criados, dos quais 15 faziam parte da União Soviética e 05 da Iugoslávia. Muitos desses países criaram acordos comerciais entre si e com a União Europeia, o que levou ao segundo pico do gráfico, nos anos 1990.

Outro fator que Carpenter (2009) atribui ao aumento do regionalismo é o simples fato de que o comércio mundial aumentou tanto em termos absolutos como em relação ao produto interno bruto (PIB). Se há mais comércio, mais tratados devem acontecer, tanto em quantidade como em dimensão.

O multilateralismo ainda é de suma importância para o comércio mundial. Como mostra no gráfico abaixo, a proporção das exportações da maioria dos países que estão sujeitas à tarifa NMF são maiores do que aquelas que são geradas a partir de um tratado de livre comércio. Dos mostrados abaixo, apenas o Canadá possui maiores exportações decorrentes de tratados de livre comércio em relação à tarifa NMF.

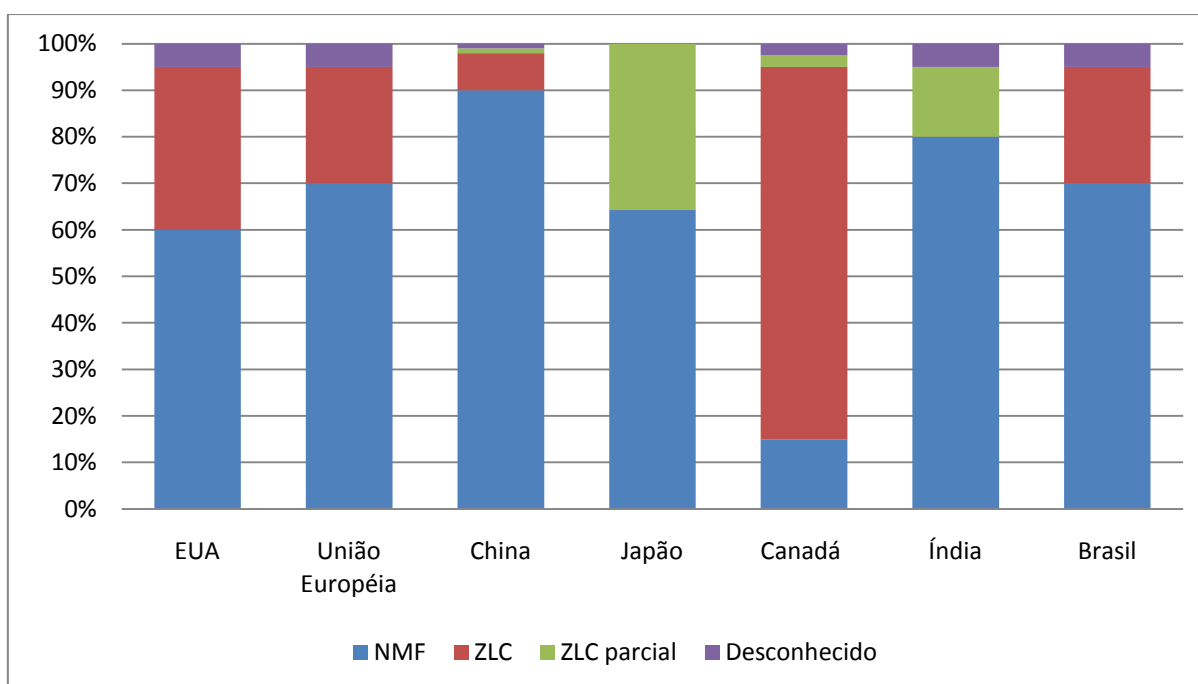


Figura 8. NMF e tratamento preferencial de exportações, por países exportadores (países selecionados).

Fonte: Baldwin e Carpenter , 2007. Elaborado pelo autor.

Analisando-se agora a proporção do total de exportações mundiais que são advindas da tarifa NMF e de acordos regionais, nota-se que 46% do comércio mundial é regido pela tarifa NMF. Isso mostra que o multilateralismo ainda é de considerável importância para o comércio mundial.

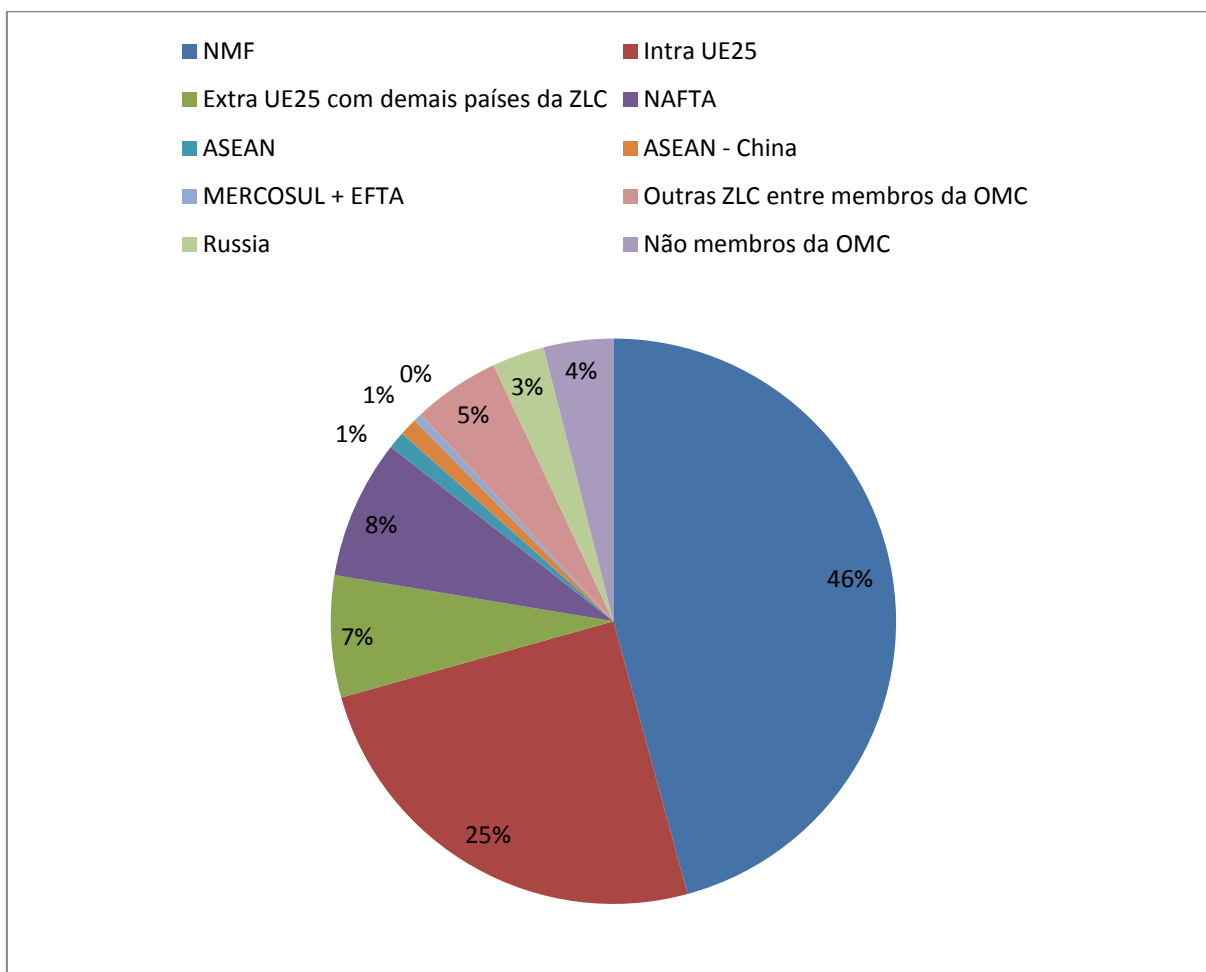


Figura 9. Exportação mundial por regiões comerciais (2007).

Fonte: Baldwin e Carpenter, 2007. Elaborado pelo autor.

O gráfico abaixo mostra as importações extra-bloco da União Europeia no ano de 2007. Com esse gráfico, pode-se ver que 60% das importações são feitas sem acordos de preferência e com MFN zero, ou seja, mais da metade de suas importações extra-bloco entram com tarifa zero. E 21% em que a tarifa NMF é maior que zero não é advinda de nenhum acordo preferencial. Isso mostra que as tarifas NMF estão diminuindo e, com isso, também as tarifas preferenciais.

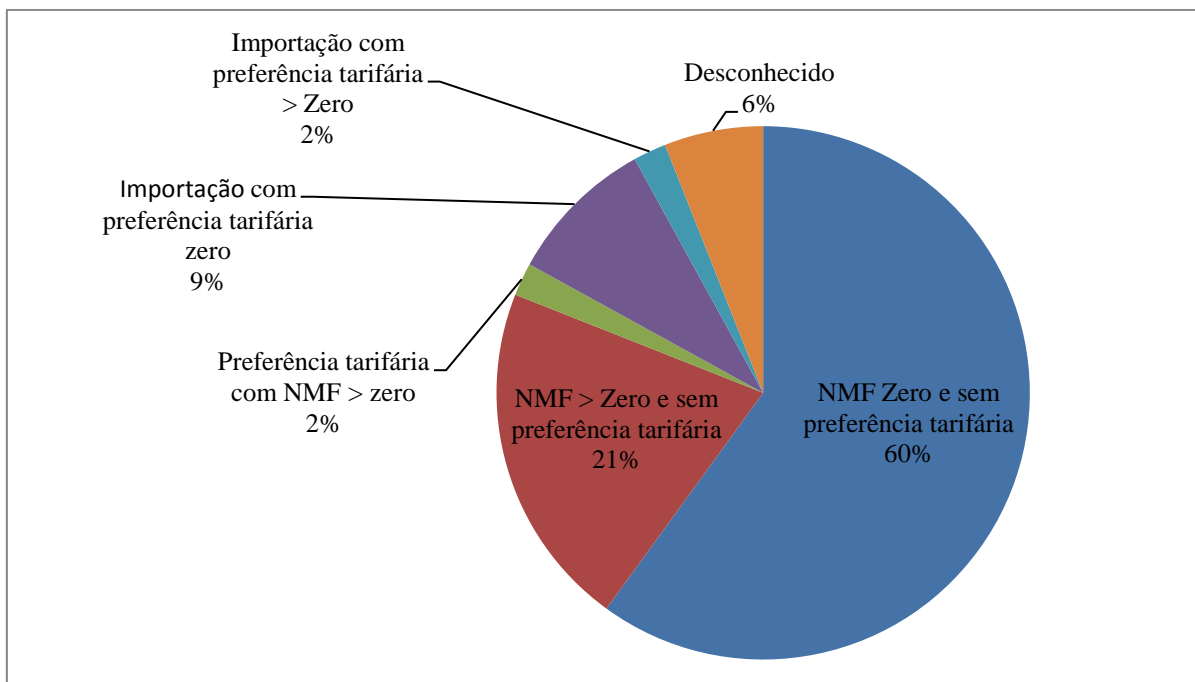


Figura 10. Importações da União Europeia – por tipo de tarifa (2007).

Fonte: Baldwin e Carpenter, 2007. Elaborado pelo autor.

A relação entre o regionalismo e o multilateralismo se manifesta tanto de maneiras positivas como negativas. No lado positivo, o regionalismo promove a rápida, livre e profunda integração com regras bem definidas no comércio. Também, os países em desenvolvimento adotam a tratados regionais pela possibilidade de sua progressiva e estratégica inserção na economia mundial. Krugman e Obstfeld (2001) adicionam que o regionalismo é uma oportunidade de acesso a maiores mercados, fortalecendo as relações multilaterais.

Para a UNCTAD (2008), o regionalismo faz com que os países se movam mais rápido para a liberalização do comércio e pode ser usado como “laboratório” de temas e aplicações que poderão ser usados futuramente no sistema multilateral. Nessas condições, o regionalismo pode operar como *bulding block* para um sistema multilateral mais aberto e livre. Ethier (1998) defende que o regionalismo seria uma consequência ou resposta ao progressivo processo de liberalização multilateral, coexistindo simultaneamente os dois processos. Ou seja, o regionalismo reflete o sucesso do multilateralismo.

Vera Thorstensen (1999) caracteriza bem esse processo:

O processo de regionalização que, no início da década dos anos 90, parecia caminhar para um cenário de blocos fechados e guerras comerciais, chegou a ser apontado como um elemento de ameaça ao sistema multilateral e ao ideal

de liberalização econômica. Mas tal processo acabou se consolidando em áreas abertas, cujo o crescimento do comércio intra-regional vem se fazendo com a manutenção dos laços comerciais com os demais parceiros internacionais, em que um processo denominado de construção de blocos (*building blocks*) com o objetivo de se atingir a liberalização global do comércio (THORSTENSEN, 1999).

Quanto ao regionalismo entre países Sul-Sul, o potencial de expansão do comércio é significativo por se tratar de economias com grande potencial de diversificação e expansão de suas exportações, levando assim a um aumento do bem-estar dos países envolvidos.

Do lado negativo, o regionalismo pode resultar em ações discriminatórias e protecionistas (UNCTAD, 2008). O efeito é ainda mais nocivo quando quem os faz são aqueles grupos que detêm a maior parte do comércio mundial, levando mais ao desvio de comércio que a criação de comércio.

O regionalismo é visto por alguns autores como um obstáculo ao Multilateralismo. Bhagwati e Panagariya (1998) criticam o regionalismo com a formação de blocos dizendo que pode gerar desvio de comércio, prejudicando o bem-estar dos países-parte do acordo.

Bhagwati (1991) estuda os impactos do regionalismo sobre o multilateralismo através de dois possíveis efeitos: o de “construção de blocos” (*building blocks*) e o de “blocos que tropeçam” (*stumbling blocks*). O primeiro tem a característica de criação de comércio e o segundo a de desvio de comércio, já vistos no capítulo anterior. Para o autor, o processo de regionalismo seria somente *stumbling blocks* e teria um efeito negativo, pois atrapalharia a liberalização comercial por impedir o funcionamento do sistema multilateral do comércio internacional.

A ampla disseminação e justaposição dos diversos tipos de acordos comerciais pelo mundo é chamada por Bhagwati (1991) de “prato de espaguete” (*spaguetti bowl*) devido ao possível efeito desastroso sobre o sistema comercial global causado pela discriminação dos acordos regionais da forma como está ocorrendo ultimamente. Abaixo, a figura mostra os mais importantes acordos regionais atuais e como se entrelaçam causando o desastroso “prato de espaguete” de Bhagwati, o que seria um obstáculo para o livre comércio e não um caminho até ele.

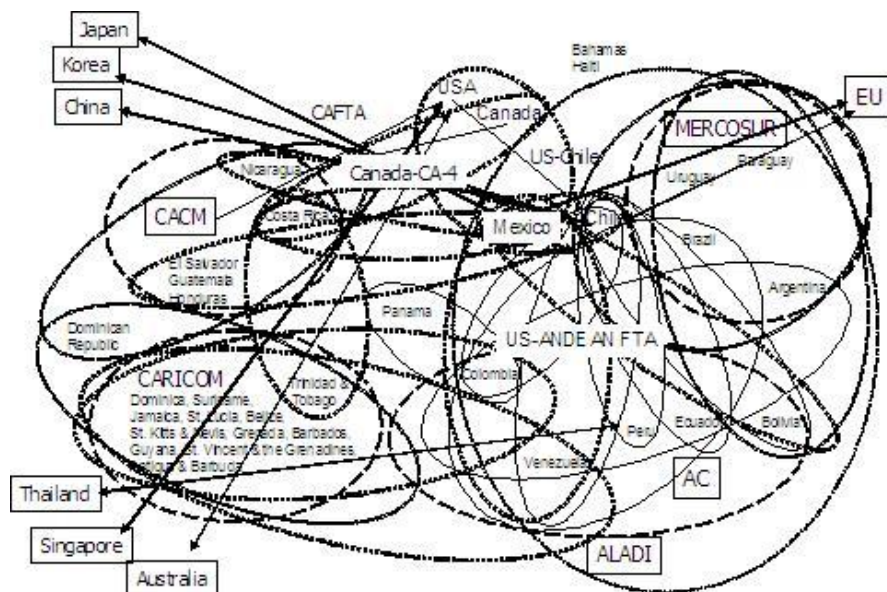


Figura 11. “Prato de espaguete” (*spaghetti bowl*) de Bhagwati

Fonte: Bhagwati, 1991.

A proliferação dos tratados de livre comércio faz com que haja cada vez mais países fazendo parte de diversos tratados ao mesmo tempo e isso pode criar competições entre blocos e blocos antagônicos que podem erodir a viabilidade do sistema multilateral de comércio.

De acordo com a OMC (2010), cerca 474 acordos regionais de comércio foram notificados à organização até hoje, isso somado bens e serviços. Desses, 351 foram notificados pelo artigo XXIV do GATT/OMC (criado no GATT 1947), 31 pela Cláusula de Habilitação (criada no GATT 1979), e 92 pelo artigo V do Acordo Geral em Comércio de Serviços (GATS), o qual entrou em vigor em 1995.

Também de acordo com o sítio eletrônico da OMC (2010), há 283 acordos ativos. Do total de acordos regionais registrados na OMC, 90% é de áreas de livre comércio e de acordos preferenciais de tarifas, enquanto os outros 10% é de união aduaneira.

Os membros da OMC devem notificar a organização sempre que aderirem a um novo tratado. Quase todos os membros estão envolvidos em ao menos uma negociação regional, alguns chegando a mais de vinte acordos. As notificações também são referentes à adesão de novos membros a um determinado acordo, como é o caso dos países do leste da Europa ao entrarem para a União Europeia.

No período de criação do GATT ao da criação da OMC, a instituição recebeu 123 notificações de acordos regionais. Após, somaram-se mais de 300 acordos tratando de bens e serviços. O Quadro abaixo mostra a evolução do número de acordos regionais tratando apenas de bens e apenas os tratados que entraram em vigor. Entende-se como norte-norte aqueles tratados firmados entre países desenvolvidos, norte-sul entre países desenvolvidos e em desenvolvimento, e sul-sul entre países em desenvolvimento.

Tabela 13. Número de acordos regionais (de bens) notificados no GATT/OMC em vigor (1958 a 2007).

Anos	Norte-Norte	Norte-Sul	Sul-Sul	Total
1958-1964	2	-	1	3
1965-1969	-	-	1	1
1970-1974	5	1	2	8
1975-1979	-	2	1	3
1980-1984	2	1	1	4
1985-1989	1	1	2	4
1990-1994	7	3	7	17
1995-1999	16	7	7	30
2000-2003	2	19	18	39
2004-2007	3	20	15	38
Total	38	54	55	147

Fonte: OMC, 2010. Elaborado pelo autor.

O comércio intra-regional entre países em desenvolvimento tem alto potencial de crescimento levando assim a uma maior integração desses países com o comércio internacional e a economia mundial. Atualmente, as exportações entre países em desenvolvimento totalizam 13% do total mundial e durante as últimas duas décadas a importância do comércio sul-sul no mundo duplicou (UNCTAD, 2004). O aumento dos tratados comerciais entre sul-sul está associado ao aumento da participação desses países no comércio mundial.

No gráfico abaixo, pode-se ver melhor o salto do número de acordos regionais (de bens) a partir do início das negociações da Rodada Uruguai.

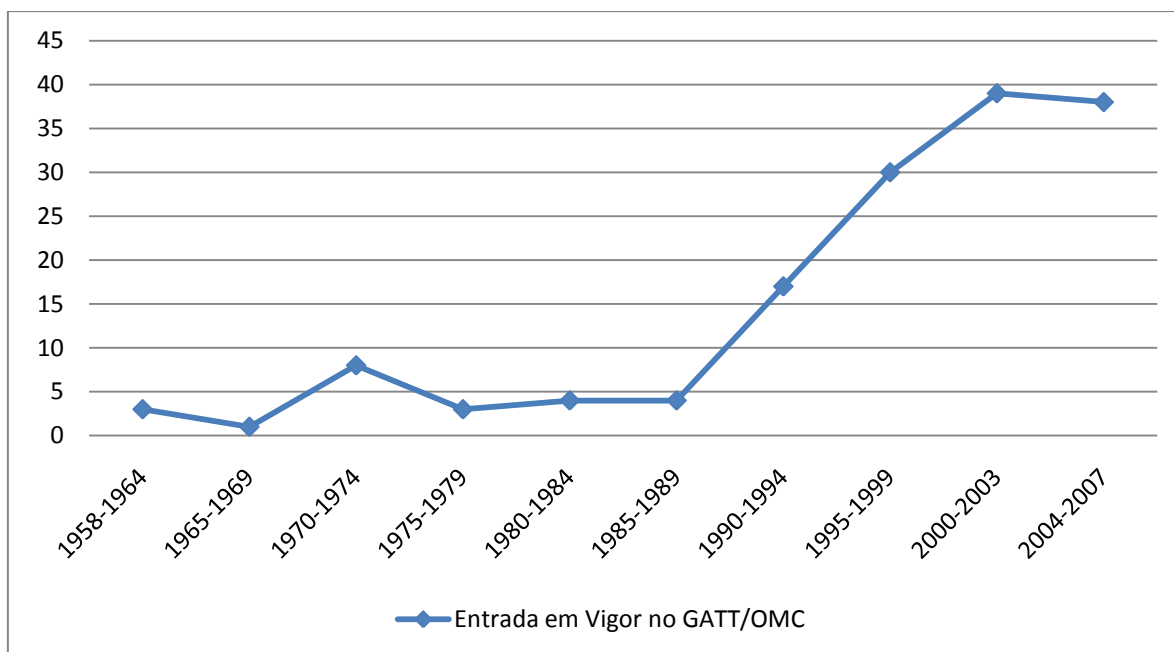


Figura 12. Tratados Comerciais de bens em vigor com notificação no GATT/OMC (1958-2007).

Fonte: FIORENTINO; CRAWFORD; TOQUEBOEUF, 2009. Elaborado pelo autor.

No gráfico abaixo, extraído do sítio eletrônico da OMC, mostra todos os acordos regionais notificados no GATT/OMC desde 1949 a 2009. O gráfico inclui os tratados que não estão em vigor demonstrados como *inactive RTAs*. A linha vermelha indica os números acumulados de notificações junto ao GATT/OMC, tanto ativos como inativos. A linha preta indica o acumulado somente dos que estão em vigor.

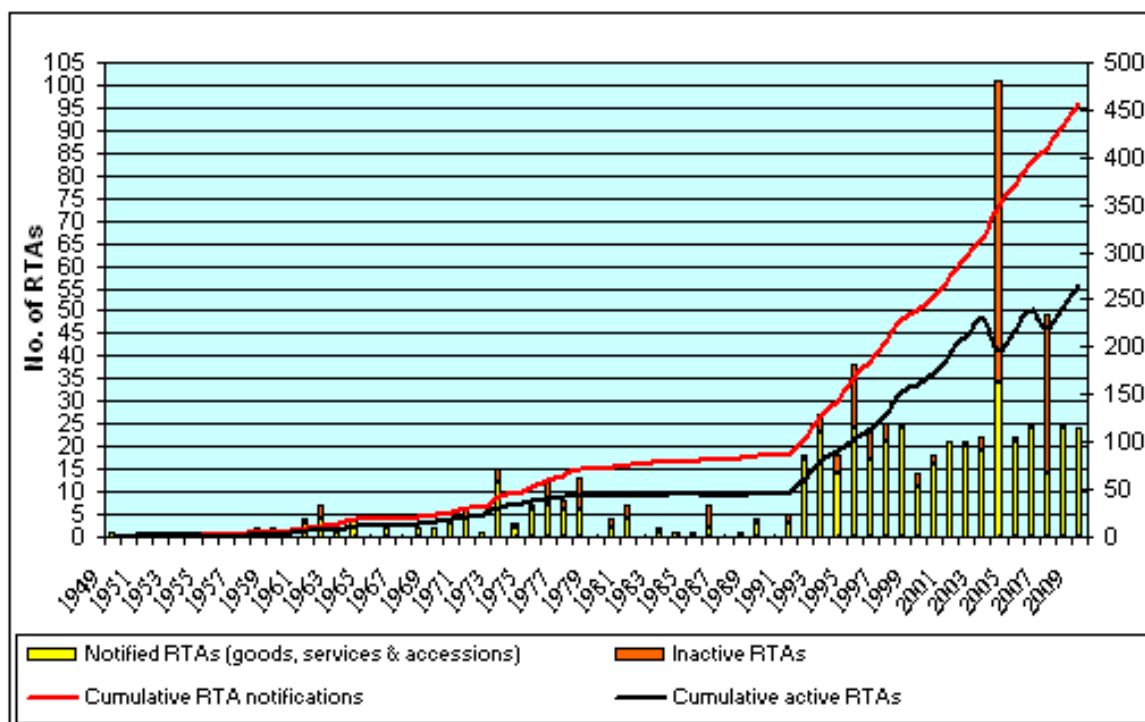


Figura 13. Número total de acordos notificados ao GATT/OMC (1949-2009).

Fonte: OMC, 2010.

O gráfico mostra em 2004 um pico alto de notificações (em amarelo). Isso é devido, principalmente, ao aumento da União Europeia de 15 para 25 membros. Deve-se ter em conta que uma redução no número de notificações não necessariamente implica uma queda de acordos preferenciais, mas pode ser lido como uma expansão dos acordos já existentes (FIORENTINO, CRAWFORD; TOQUEBOEUF, 2009).

Atualmente, há 288 tratados em vigor notificados a OMC, incluindo bens e serviços. Somente de bens, que é o que contempla este trabalho, corresponde a um total de 205 acordos. Sendo que o mais expressivo é o de livre comércio, através do artigo XXIV do GATT/OMC com 157 notificações.

Tabela 14. Número de acordos (de bens) regionais em vigor - por tipo de acordo (2010).

	Cláusula de Habilitação	Artigo XXIV	Total
União aduaneira	6	9	15
União aduaneira (em adesão)	0	6	6
Tratado de livre comércio	10	157	167
Tratado de livre comércio (em adesão)	0	2	2

Tratado de alcance parcial	14	0	14
Tratado de alcance parcial (em adesão)	1	0	1
Total	31	174	205

Fonte: OMC, 2010. Elaborado pelo autor.

O aumento das exportações mundial observado no gráfico abaixo, juntamente com a figura 13 (evolução do número de notificações de acordos regionais junto ao GATT/OMC), permite comentar que o aumento do número de tratados acompanhou a tendência expansionista do comércio mundial. Isso pode ser uma evidência de que o regionalismo não freou o ímpeto das transações comerciais mundiais.

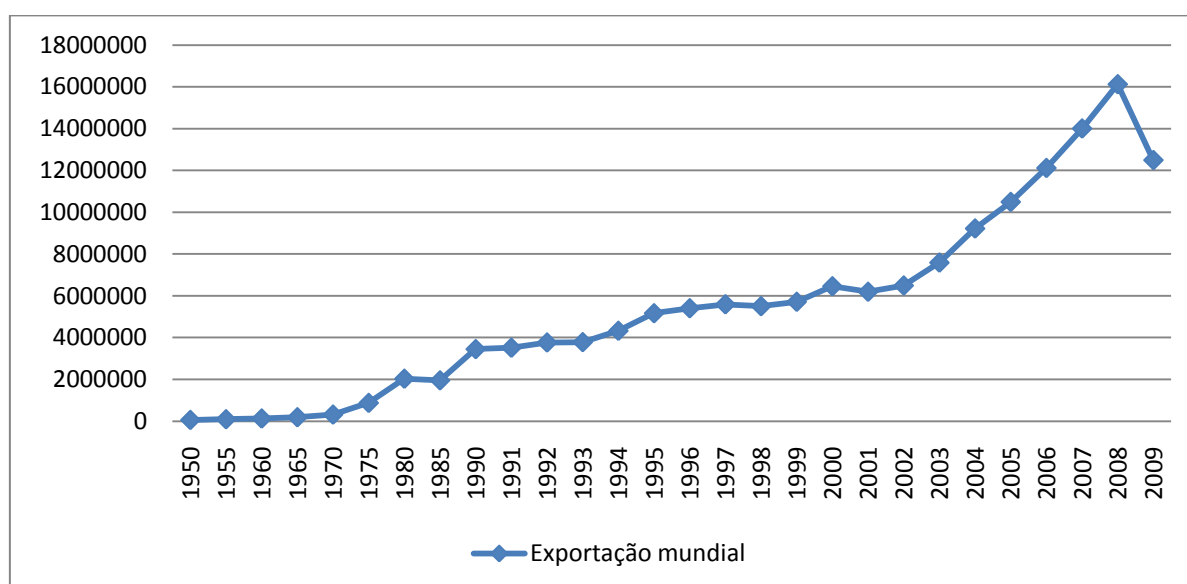


Figura 14. Exportação Mundial (1950-2009).

Fonte: OMC, 2010. Elaborado pelo autor.

Para a UNCTAD (2008), a discussão intelectual atual sobre o regionalismo e o multilateralismo se preocupa com dois temas. Um questiona a relação entre os acordos de preferência tarifária e os acordos sem preferência alguma (tarifa NMF), bem como seus efeitos no bem-estar de países-membros, de terceiros países e do resto do mundo. Como explicado anteriormente, as tarifas preferências vêm sendo aplicadas com valor menor do que a da NMF, fazendo com que aquelas nações que fazem uso da tarifa NMF sejam na verdade as menos favorecidas. Isso preocupa a comunidade internacional porque vem acontecendo uma “corrida” para se fazerem acordos preferenciais, atrasando o progresso do sistema multilateral.

O segundo questiona os efeitos de implicações políticas e econômicas voltadas ao regionalismo sobre o multilateralismo e vice-versa, em que se preocupa em responder se o regionalismo é *building block* ou *stumbling block*.

Se o regionalismo acarretará desvio ou criação de comércio, isso depende de uma variedade de pressupostos e condições, incluindo o nível de complementação produtiva dos países-membros e das barreiras comerciais iniciais, que, *a priori*, não podem ser definidos. Somado a isso, deve-se pensar que a integração regional gera efeitos de competitividade e de escala que também afetam os resultados.

Como demonstração de supremacia da OMC sobre o regionalismo, os novos tratados comerciais têm em sua constituinte consistência com as regras da organização. Isso indica que os futuros tratados deverão ser construídos sob as regras da OMC, procurando manter compatibilidade com as disciplinas da organização. Essa tendência aponta para uma interface positiva e dinâmica da liberalização do comércio regional por um lado, e da liberalização multilateral por outra.

O regionalismo é um fato que parece ser irreversível. Quer ele esteja apoiando o multilateralismo ou não, os tratados devem estar seguros de que barreiras a não participantes deverão diminuir concomitantemente com o aprofundamento da liberalização comercial intra-bloco. Além disso, os blocos de maior peso no comércio internacional devem ter em conta sua responsabilidade e os impactos de suas ações para com os parceiros comerciais mais fracos, especialmente aqueles não-participantes do acordo regional. Esses blocos devem evitar ao máximo ações que dificultem o acesso dos países em desenvolvimento ao mercado. Assim, acredita-se que os efeitos de desvio de comércio possam ser redimidos e o multilateralismo pode andar em paralelo com o regionalismo, desde que a supremacia do primeiro seja mantida.

Com essa discussão, pôde-se inicialmente verificar uma incompatibilidade entre o multilateralismo e o regionalismo. Porém, no decorrer do texto pôde-se perceber que esta foi desfeita quando o último se reestruturou para dar margem a um regionalismo que propunha a redução de tarifas aos membros de seus blocos concomitantemente ao de terceiros. Portanto, tanto o multilateralismo como o regionalismo visam reduzir as barreiras comerciais, porém cada um a seu modo. Assim, ambos os processos devem ser vistos como formas complementares para a execução.

Com esse capítulo em mente, o próximo abordará evidências empíricas de regionalismo aberto no MERCOSUL, procurando saber em que características o bloco é complementar ao multilateralismo.

4. O MERCOSUL E O REGIONALISMO ABERTO

Este capítulo se torna o mais importante deste trabalho por avaliar empiricamente o caso do MERCOSUL buscando evidências de regionalismo aberto. No primeiro momento faz-se uma síntese histórica da liberalização comercial do bloco. Após, são citados os acordos comerciais existentes do bloco e de seus respectivos membros com terceiros países, como uma evidência de ampliação do processo de liberalização comercial para além dos países membro do MERCOSUL. Após, são analisados dados de comércio coletados no sítio eletrônico do Ministério de Desenvolvimento da Indústria e do Comércio (MDIC) brasileiro e do Instituto Nacional de Estatística e Censos (INDEC) da Argentina a fim de comparar o comércio intra e extra-bloco dos dois países majoritários do MERCOSUL indicando qual a tendência do comércio regional para o MERCOSUL. Também é considerado o comércio por fator agregado buscando evidenciar a importância do comércio intra-bloco para a diversificação das exportações dos países-membros.

4.1 O PROCESSO DE LIBERALIZAÇÃO COMERCIAL DO MERCOSUL

Esta seção aborda a evolução comercial e tarifária do bloco MERCOSUL, bem como a sua relação com a OMC.

Os objetivos do tratado de Assunção ainda em vigor logo presente buscavam estabelecer a livre circulação de bens, serviços e fatores produtivos entre seus integrantes, impondo a TEC e adotando uma política comercial externa comum. Além disso, também foi acertado de se coordenar as políticas macroeconômicas e setoriais entre os Estados-membros.

O Preâmbulo do Tratado de Assunção afirma que a integração promovida pelo bloco deve ter:

“... em conta a evolução dos acontecimentos internacionais, em especial a consolidação de grandes espaços econômicos, e a importância de lograr uma adequada inserção internacional para seus países.” (TRATADO DE ASSUNÇÃO, 1991)

Assim, o fortalecimento comercial regional era vital para que esses países pudessem se inserir na economia global. A partir desse tratado, em 1991, estabeleceu-se uma área de livre comércio entre Argentina, Brasil, Paraguai e Uruguai.

Foi acordada entre os membros uma diminuição inicial de 40% nas tarifas entre os países do bloco começando em junho de 1991 e com diminuições progressivas e graduais semestrais até se estabelecer o mercado comum e a Tarifa Externa Comum (TEC), a serem consolidados em 1995.

A liberalização do comércio recíproco não respondeu aos prazos inicialmente previstos. Assim, em 1994 foi estabelecido um novo programa, o Regime de Adequação, que outorgou um prazo adicional de quatro anos para a liberalização de determinados produtos. A Tarifa Externa Comum (TEC) entrou em vigor no ano de 1995, com uma estrutura de 11 níveis tarifários, que vão desde 0% a 20%, dando ao bloco a característica de união aduaneira (ainda que incompleta).

Segundo krugman (2007), em apenas quatro anos após o Tratado de Assunção, o valor do comércio entre os quatro países triplicou. Segundo o sítio eletrônico do MDIC (2010), a corrente de comércio entre o Brasil e seus sócios do MERCOSUL chegou a quintuplicar, em apenas sete anos, passando de US\$ 3,6 bilhões em 1990, para US\$ 18,7 bilhões em 1997, correspondendo a um incremento de 516% no período. Neste mesmo período, o intercâmbio com o resto do mundo também cresceu, mas a taxas menores.

A crise cambial brasileira de 1999 simbolizada pela desvalorização do Real e a complexa crise argentina de 2001/2002 – cambial, econômica, social e institucional – introduziram um período de hibernação do MERCOSUL. Esse período resultou tanto das crises conjunturais quanto da inconsistência estrutural do projeto (CERVO, 2008).

Com a desvalorização do real, Argentina e Brasil passaram por um período de desgaste em suas relações comerciais. A Argentina se queixava de que a desvalorização do real tornou os produtos brasileiros competitivos para o comércio internacional, prejudicando suas exportações, bem como competia em posição privilegiada em seu mercado interno. Porém, não foi somente culpa do Brasil a grande crise argentina de 2002. A questão central foi a política argentina de taxa de câmbio fixa, em que um peso argentino era equivalente a um dólar norte-americano.

O MERCOSUL foi concebido sob uma perspectiva de regionalismo aberto, em contraposição à idéia protecionista de se inserir altas tarifas ao comércio extra-bloco. Segundo Nogués (2001) existiram dois tipos de abertura no MERCOSUL: a primeira foi a concessão de tarifas preferenciais entre os países-membros; e, a segunda foi a redução unilateral de tarifas dos países-membros em relação a terceiros países, e depois através da fixação de uma Tarifa Externa Comum (TEC) relativamente baixa.

O bloco se orienta por dois motivos (CORAZZA, 2005):

- A liberalização do comércio interno com o objetivo de expansão dos mercados nacionais e promover uma certa especialização através da complementação dos diferentes setores da economia, da redução dos custos de produção e dos ganhos de economia de escala; e,
- O estabelecimento de um grau de proteção externa e o aumento da competitividade internacional dos países integrantes do bloco econômico.

Ou seja, por um lado criam-se estímulos internos e, por outro, os necessários meios de proteção externa, especialmente através de uma tarifa externa comum e de posições externas também comuns, o que faz aumentar o poder de barganha dos países-membros face à concorrência internacional. A evidência de que o MERCOSUL implica em uma redução tarifária extra-bloco – ao contrario da União Europeia em suas fases iniciais de formação de uma união aduaneira – apóia a hipótese de regionalismo aberto.

Também para o MDIC, não houve desvio de comércio significativo decorrente das preferências tarifárias intra-bloco. Ao contrário, observa-se a predominância de um fenômeno de criação de comércio. As perspectivas indicam que o intercâmbio intra-zona continuará crescendo, demonstrando que ainda não se configurou o esgotamento do potencial de comércio. Mas, pode estar próximo dos seus limites, o que está a recomendar a ampliação das fronteiras, seja pela conquista de novos parceiros, seja pela diversificação das pautas de comércio. Com isso em mente, os países-membros do MERCOSUL, desde sua criação, foram buscar parceiros comerciais visando à expansão do mercado do bloco. Na subseção a seguir são abordados sinteticamente os tratados comerciais atuais do bloco e de seus membros, ainda como uma evidência ou não do regionalismo aberto.

4.2 TRATADOS COMERCIAIS PREFERENCIAIS DO MERCOSUL

Uma medida do grau de abertura do regionalismo promovida por um grupo de países pode ser dada pelas iniciativas de acordos comerciais com outros blocos regionais ou terceiros países. Esta expansão, mesmo que em níveis de integração e graus de liberalização menores, indica, no caso do MERCOSUL, a busca por ampliação de mercados com acesso privilegiado e aumento das perspectivas de ganhos de especialização decorrentes do comércio internacional.

Assim sendo, o MERCOSUL não focou apenas no desenvolvimento do comércio interno, e foi buscar em outros países e blocos novas oportunidades de comércio. Assim, os países do bloco demonstram sua característica de regionalismo aberto.

O MERCOSUL, como bloco, vem investindo em relações comerciais preferenciais com terceiros países. Abaixo, o quadro mostra uma síntese dos tratados, sendo explicados com mais detalhes posteriormente.

Tabela 15. Evolução dos tratados comerciais do MERCOSUL (por ano, parceiro e tipo).

Ano firmado	Parceiro	Tipo de acordo
1996	Chile	Tratado de livre comércio
1996	Bolívia	Tratado de livre comércio
1996	México	Tratado de livre comércio
2003	África do Sul/SACU	Tratado de livre comércio (ainda sem vigência)
2004	Colômbia, Equador e Venezuela	Tratado de livre comércio
2004	Índia	Acordo de preferência tarifária
2005	Peru	Tratado de Livre Comércio
2005	Comunidade Andina	Tratado de livre comércio
2007	Israel	Tratado de livre comércio
2007	Cuba	Tarifa comum e preferencial unilateral por parte do MERCOSUL

2010	Egito	Tratado de livre comércio (ainda sem vigência)
-------------	--------------	---

Fonte: MDIC. Elaborado pelo autor.

Em 1996, o MERCOSUL começa a firmar seus primeiros acordos bilaterais no âmbito regional. Fez tratado de livre comércio com a Bolívia, o Chile e o México através de um programa de liberalização comercial com redução progressiva das tarifas até o ano de 2004. Aos produtos mais sensíveis foi concedida uma exceção até o ano 2014.

No ano 2000 foi assinado um Acordo Marco entre o MERCOSUL e a África do Sul, com o objetivo de fortalecer as relações existentes, promover o incremento do intercâmbio comercial e estabelecer as condições de uma futura área de livre comércio. Posteriormente, em outubro de 2003 as negociações evoluíram para envolver a *South African Customs Union* (SACU), união aduaneira formada pela África do Sul, Namíbia, Botsuana, Lesoto e Suazilândia. A SACU pretendia ir diretamente para um acordo de livre comércio, mas aceitou iniciar as relações com o bloco com um acordo de preferências tarifárias fixas. Em 2008 as partes firmaram o Acordo de Comércio Preferencial MERCOSUL-SACU. Os setores contemplados pelo acordo foram: agrícola, pesqueiro, têxtil e vestuário, aparelhos de ótica, autopeças, plásticos e suas obras, químicos, siderúrgicos, eletro-eletrônicos, móveis, bens de informática e telecomunicações, bens de capital, e ferramentas, entre outros. Sua entrada em vigor ocorrerá após a finalização dos trâmites internos de ratificação por todas as partes signatárias.

Em 2004, Colômbia, Equador e Venezuela firmaram um tratado de livre comércio através de um programa de liberalização comercial com reduções tarifárias progressivas que começaram no ano de 2005. No caso do intercâmbio entre o Paraguai e os três países andinos, e entre o Uruguai e os três países andinos, a redução progressiva será mais gradual devendo ser completa até o ano de 2018.

Também em 2004, foi feito um Acordo de Preferências Tarifárias Fixas (APTF) com a Índia estando vigente desde 2009. O acordo é visto como uma primeira etapa de uma futura área de livre comércio.

Em 2005, o MERCOSUL firmou um acordo de livre comércio com o Peru através de um programa de liberalização comercial com reduções tarifárias progressivas. No caso do

intercambio bilateral entre o Peru e o Paraguai, e entre o Peru e o Uruguai, a redução progressiva será mais gradual devendo ser completa até o ano de 2017.

Em 2007, o MERCOSUL firma seu primeiro tratado de livre comércio com um país fora da América do Sul, Israel. No mesmo ano, os quatro países-membros do MERCOSUL, que tinham acordos bilaterais com Cuba, decidem unificá-los adotando uma tarifa comum do bloco ante Cuba, sendo essa a mais baixa das quatro antes estabelecidas.

Em 2010 o MERCOSUL firma um acordo de livre comércio com o Egito. Ainda não está em vigência devendo ser aprovado internamente por todas as partes signatárias do acordo. Esse tratado abrirá um mercado de aproximadamente 76 milhões de consumidores para os produtos do MERCOSUL.

O MERCOSUL possui quatro outros acordos que estão em negociação no momento: Marrocos, Turquia, Jordânia e União Europeia.

Para que a negociação de livre comércio com a União Europeia tenha êxito, será necessário que os dois blocos esforcem-se para abrir seus setores econômicos considerados sensíveis. No caso do MERCOSUL, o setor industrial e da UE, o setor agrícola. De acordo com o MDIC, é estimado que os benefícios econômicos para ambas as economias sejam de cerca de 4,5 bilhões de euros em suas exportações anuais.

Além desses tratados negociados como bloco, os países-membros do MERCOSUL, separadamente, fazem parte da Associação Latino Americana de Integração (ALADI) desde 1980, em que se acordam tarifas preferenciais aos países da associação (Argentina, Bolívia, Brasil, Chile, Colômbia, Cuba, Equador, México, Paraguai, Peru, Uruguai e Venezuela).

Como já visto, o bloco possui 05 Estados associados: a Bolívia e o Chile (desde 1996), o Peru (desde 2003), a Colômbia e o Equador (ambos desde 2004). Um Estado associado é beneficiado com a possibilidade de maior intercâmbio comercial com os países do bloco através de reduções de barreiras tarifárias e não tarifárias, ainda que não participem das decisões econômicas, políticas ou institucionais. A Venezuela foi Estado-associado desde 2004. Contudo, em 2006 deixou a Comunidade Andina e passou a fazer parte do MERCOSUL. Ela será membro-pleno uma vez que o Protocolo de Adesão da República Bolivariana da Venezuela ao MERCOSUL entre em vigor, previsto para 2014.

4.3 FLUXOS E ORIENTAÇÃO DO COMÉRCIO EXTERIOR DO MERCOSUL

Um processo de regionalismo aberto deve possuir duas características: uma crescente interdependência regional resultante dos acordos preferenciais e uma tendência de ampliar o comércio extra-bloco como efeito da liberalização multilateral. Também busca conciliar a política de integração regional com as políticas que visem promover a competitividade internacional.

Ibañez (1999) afirma que a integração regional na América Latina na década de 1990 foi constituída com base na compatibilidade com o multilateralismo, como mostra a definição de regionalismo aberto da CEPAL:

“(...) um processo de crescente interdependência no nível regional, promovida por acordos preferenciais de integração e por outras políticas, num contexto de liberalização e desregulação capaz de fortalecer a competitividade dos países da região e, na medida do possível, constituir a formação de blocos para uma economia internacional mais aberta e transparente”. (CEPAL, 1994)

Para a CEPAL (1994), a integração regional aberta não tem mais como objetivo proteger os interesses dos países-membros, mas sim operar como uma “etapa e um meio para sua própria superação em favor de uma economia internacional aberta e livre de qualquer restrição ou acordo regional”.

A CEPAL se contradiz no que diz respeito ao seu pensamento histórico de promover o crescimento “para dentro”. O pensamento agora parece ter se invertido ao propor que o regionalismo aberto deve se adequar integralmente às exigências “de fora” (do mercado), inspiradas nas teorias do novo regionalismo em que pregam a abertura das economias. O Estado agora não mais promove a industrialização nacional e o desenvolvimento, mas sim a abertura das economias e a competitividade internacional. Dessa forma, através desse novo conceito, a CEPAL apresenta uma nova proposta de inserção internacional para os países da América Latina, que difere em pontos essenciais, das concepções anteriores.

Ibañez (1999) também agrega que o regionalismo aberto deve fomentar a liberalização comercial intra-regional, a abertura comercial seletiva ao exterior, o fortalecimento da base institucional e a participação de atores públicos e privados nos processos decisórios, o que pode ser visto como virtude para o desenvolvimento do comércio igualitário mundial.

Segundo Bernal-Meza (2005), o regionalismo aberto buscou conciliar as políticas unilaterais de liberalização comercial e abertura com uma idéia liberal da “globalização”, sendo apenas uma teorização sobre o processo de abertura que estava acontecendo nas relações econômicas internacionais.

Para Bergsten (1997), o regionalismo aberto deveria contar com tais características:

- Abertura para novos membros: os efeitos de liberalização do comércio do grupo deve se expandir para um número crescente de países e, eventualmente o mundo inteiro.
- Tratamento NMF incondicional: a liberalização regional através da NMF deve se expandir incondicionalmente para todos os parceiros comerciais. Não sendo criada nenhuma nova preferência ou discriminação com eles.
- Barreiras não-tarifárias: o bloco deve reduzir suas barreiras não-tarifárias para todos os não-membros que concordem em fazer o mesmo.
- Liberalização do comércio mundial: o bloco deve reduzir suas barreiras para o resto do mundo enquanto continua com os objetivos regionais. Isso pode ser feito, concomitantemente, através de práticas unilaterais de liberalização e as negociações multilaterais na OMC.

Para Bergsten (1997), o regionalismo aberto quer assegurar que o comércio bilateral esteja no caminho de *building blocks* para mais liberalização comercial, e não do *stumbling blocks*, que detém tal progresso. O regionalismo aberto representa um esforço para se alcançar o melhor dos dois sistemas: os benefícios da liberalização regional sem por em risco a continuação do sistema multilateral. O Autor, assim como Ethier (1998), vê o regionalismo aberto como uma maneira de se acelerar o progresso da liberalização comercial multilateral.

Pode-se reconhecer que o MERCOSUL afirma sua opção pelo regionalismo aberto, quando se observa que a intenção do acordo não é apenas de melhorar a relação comercial intra-bloco, como também incrementar as trocas com terceiros países. No artigo 4º do Tratado de Assunção foi estabelecido que:

Nas relações com terceiros países, os Estados Partes assegurarão condições equitativas de comércio. Para tal fim, aplicarão suas legislações nacionais para inibir importações cujos preços estejam influenciados por subsídios, dumping ou qualquer outra prática desleal. Paralelamente, os Estados Partes coordenarão suas respectivas políticas nacionais com o objetivo de elaborar normas comuns sobre concorrência comercial. (TRATADO DE ASSUNÇÃO, 1994)

De acordo com esse artigo, é possível dizer que o MERCOSUL em seus acordos bilaterais incorpora as normas da OMC, ou seja, estimula a liberalização comercial igualitária entre os países, fortalecendo a liberalização da economia mundial. A integração no contexto MERCOSUL foi criada também com uma perspectiva de fortalecer uma posição conjunta de inserção e competitividade internacional. É bem claro para os Estados-membros que o multilateralismo deve coexistir com o regionalismo, como indica a página do Ministério de Relações Exteriores da Argentina (2010), no qual se afirma que “Em matéria de relacionamento externo do MERCOSUL, priorizar a celebração de acordos que incrementem os vínculos comerciais com outros países, e que contribuam à expansão do comércio recíproco”.

Com o intento de explicar o regionalismo aplicado pelo MERCOSUL, Corazza (2005) ilustra três situações hipotéticas com três países que comercializam entre si. No primeiro momento, os três países estão sob mesma tarifa (t), conforme figura abaixo.

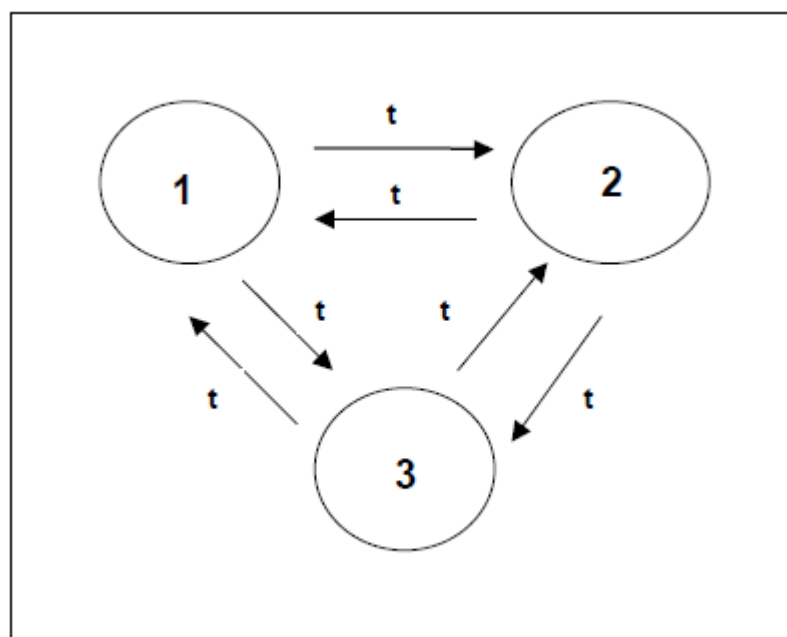


Figura 15. MERCOSUL antes da integração.

Fonte: Corazza, 2005.

Na segunda ilustração, através de uma área de livre comércio, o país 01 e o país 02 não possuem tarifas entre os dois. Entretanto, o país 03 está fora do acordo de livre comércio,

e seu comércio com o país 01 e o país 02 está sujeito à tarifa original (t), conforme mostra figura abaixo.

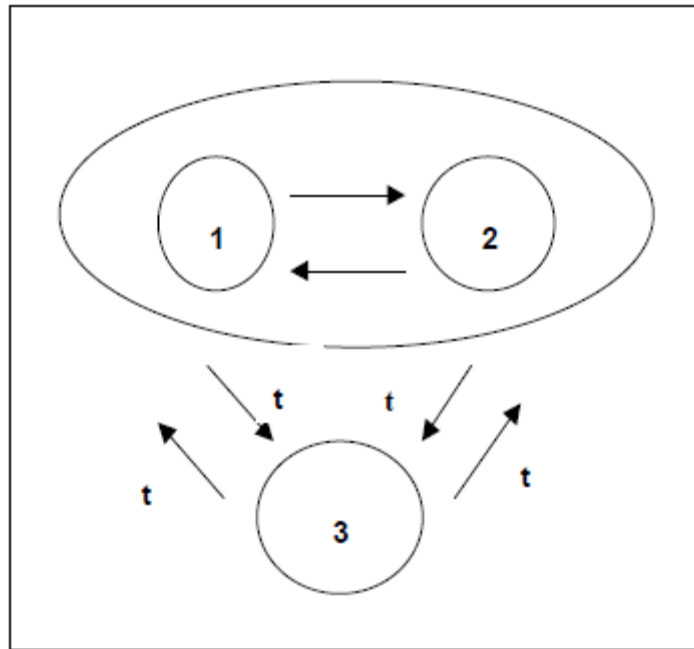


Figura 16. Área de livre comércio tradicional.

Fonte: Corazza, 2005.

Já a alternativa de regionalismo aberto, a área de livre comércio é acompanhada por uma redução da tarifa NMF. Os países do MERCOSUL alcançaram significativa redução da NMF além da redução de tarifas preferenciais. Assim, nesse regime, as tarifas dos países 01 e 02 impostas às importações do país 03 tornam-se zero. Assim, o autor acredita que haverá uma liberalização comercial recíproca de igual magnitude dos países 01 e 22 em relação ao país 03. Deste modo, a situação ilustrada abaixo é igual ao resultado da liberalização comercial multilateral.

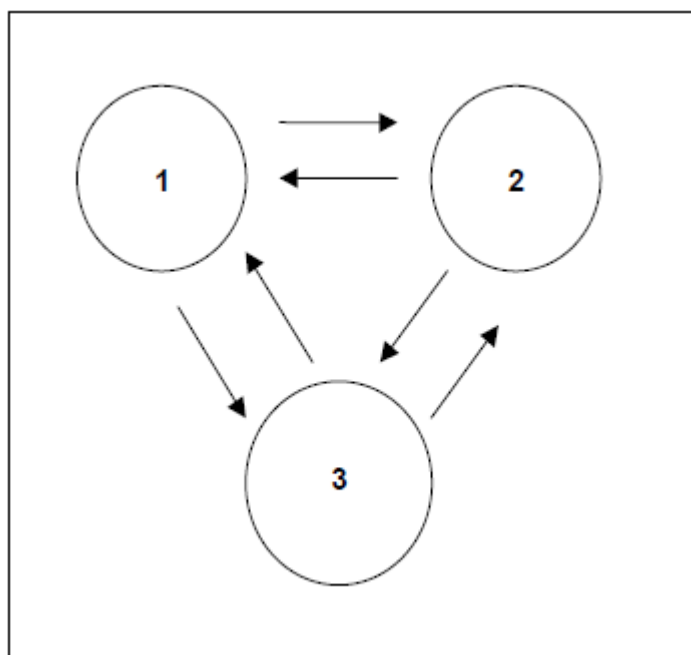


Figura 17. Integração do tipo do MERCOSUL acompanhada por redução da tarifa NFM (regionalismo aberto).

Fonte: Corazza, 2005.

Nesse contexto, para Corazza (2005), o regionalismo aberto, do ponto de vista sistêmico, é definido como uma estratégia de abertura econômica que envolve a cooperação regional com ênfase na redução dos custos de transação intra-regional. O regionalismo aberto visa facilitar as transações econômicas internacionais em uma região procurando não desviar comércio ou investimento do resto do mundo. Ainda que possa ocorrer desvio de comércio em direção a uma economia menos eficiente no curto prazo, a integração regional diminui os custos de transação e aumenta o mercado no médio prazo.

4.3.1 Fluxos de Comércio do MERCOSUL

Com a intenção de caracterizar a natureza do acordo comercial do MERCOSUL, avaliam-se a seguir os fluxos de comércio da região, com ênfase aos destinos intra-bloco e extra-bloco.

As fontes primárias de todos os dados são o Ministério de Desenvolvimento da Indústria e do Comércio (MDIC) do Brasil, e o Instituto Nacional de Estatística e Censos (INDEC) da Argentina. Os cálculos são do autor.

Um primeiro resultado empírico de interesse é a evolução das exportações do MERCOSUL, em relação às exportações mundiais e, por consequência, a participação do MERCOSUL nestas exportações mundiais.

Analisando a evolução das exportações mundial (figura 18) e a evolução das exportações do MERCOSUL (figura 20) no período 1990 a 2009, pode-se notar que as exportações do bloco acompanharam a tendência mundial. Assim, pode-se considerar esse fato uma evidência de regionalismo aberto, em que a criação do MERCOSUL não foi um entrave para o desenvolvimento do comércio dos países do bloco.



Figura 18. Evolução das Exportações Mundiais (1990-2009) (em bilhões de US\$).

Fonte: OMC, 2010. Elaborado pelo autor.

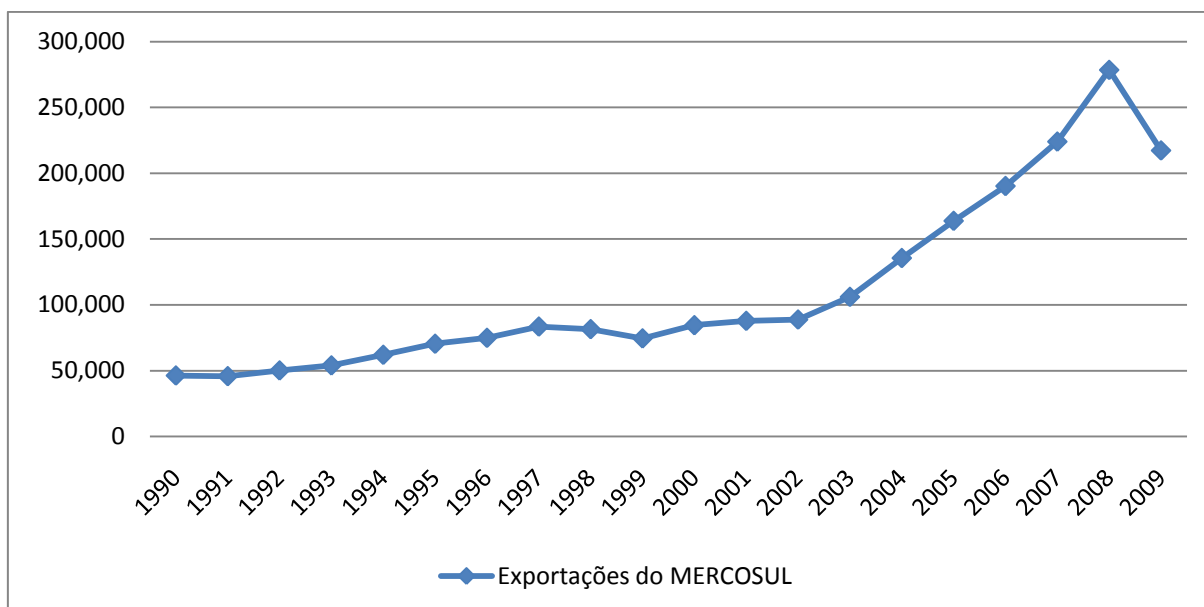


Figura 19. Evolução das exportações do MERCOSUL (em milhões de US\$).

Fonte: elaborado pelo autor.

De fato, a participação das exportações do MERCOSUL em relação ao total mundial cresceu mostrando uma evidência de que o bloco ganha competitividade e amplia seu *market share*. O gráfico abaixo mostra a evolução da participação do bloco nas exportações mundiais, em que em 1990 era de 1,33% e em 2009 passou para 1,73%.

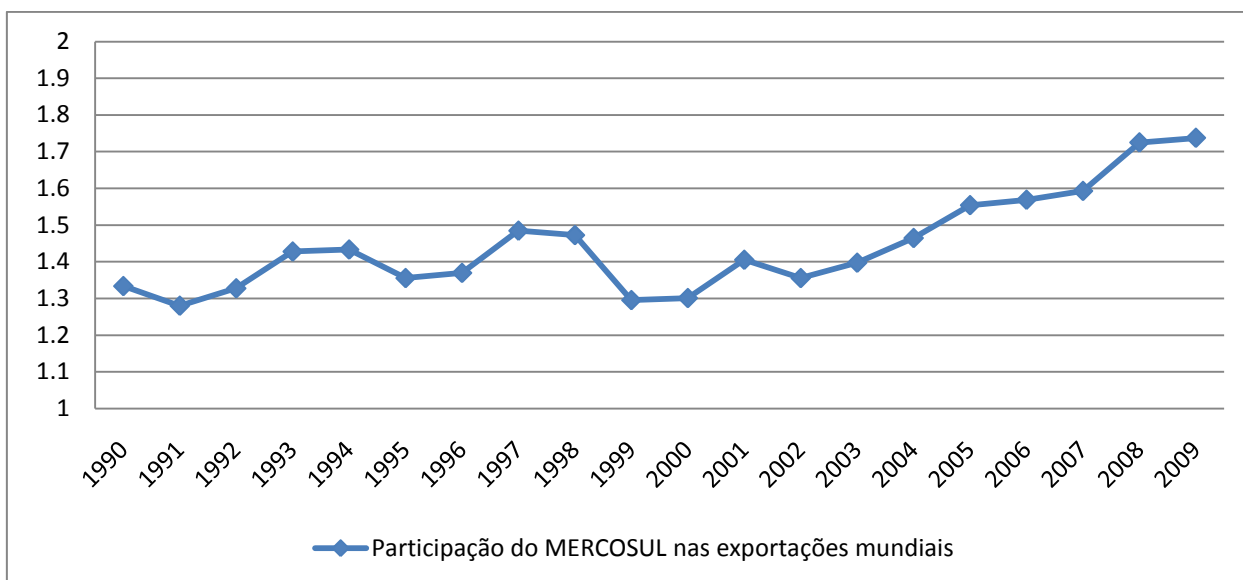


Figura 20. Participação do MERCOSUL nas exportações mundial (em %).

Fonte: elaborado pelo autor.

Um segundo resultado, que tem importância essencial para a avaliação do debate criação/desvio de comércio, diz respeito ao comércio intra e extra-bloco. A análise das exportações intra-bloco no gráfico abaixo, permite afirmar que a evolução do comércio, ainda que com três significantes quedas, manteve-se ascendente. Vale lembrar que em 1991 foi instituída a área de livre comércio e, em 1995 a união aduaneira. As duas primeiras quedas são devidas à desvalorização do Real em 1999 e à crise econômica argentina em 2002. Após a crise de 2002, o bloco se reergue e volta à mesma intensidade de comércio do início da década de 1990. A terceira queda é devido à recessão econômica mundial de 2008.

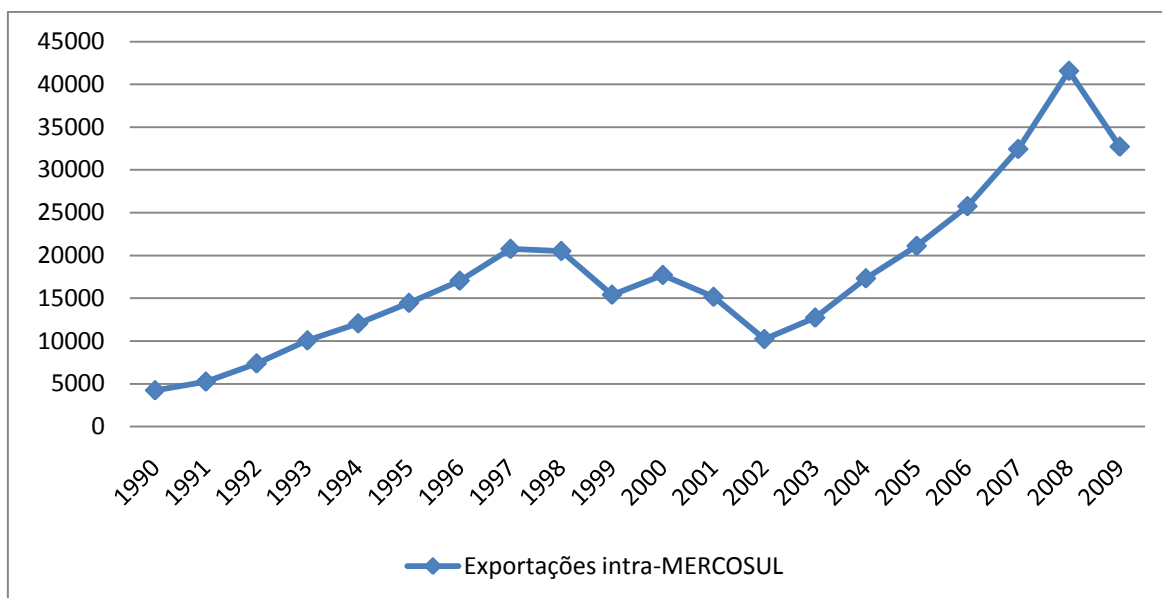


Figura 21. Evolução das Exportações intra-MERCOSUL (1990-2009).

Fonte: elaborado pelo autor.

Ao se verificar a relação da evolução das exportações intra e extra-bloco no MERCOSUL, nota-se que a participação das exportações extra-regionais é maior e mais significativa, mostrando assim uma evidência da maior importância do sistema multilateral sob o regional no MERCOSUL.

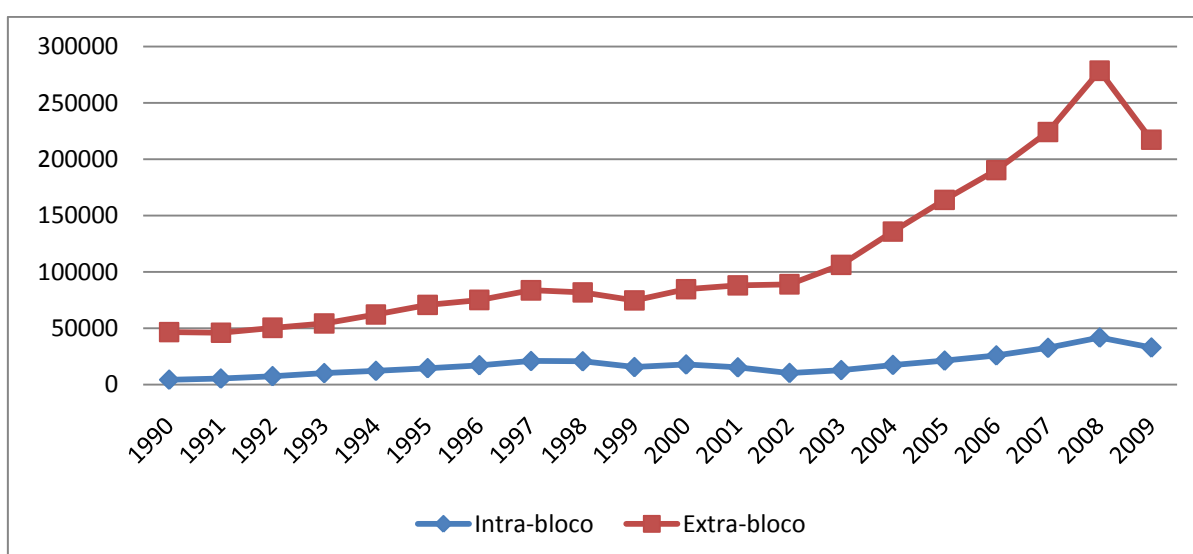


Figura 22. Evolução das Exportações Intra e Extra-MERCOSUL (1990-2009).

Fonte: elaborado pelo autor.

Através desses dois últimos gráficos, pode-se notar que a criação do bloco não influenciou de forma negativa no crescimento das exportações do bloco para o resto do mundo. Mesmo crescendo consideravelmente o comércio intra-bloco, o comércio extra-bloco se fez mais importante. Isso pode ser explicado pela maior inserção e competitividade – decorrente, por exemplo, de ganhos de escala devido à ampliação do mercado e de ganhos de especialização – dos países-membros, como um bloco, na economia internacional. Também o fato de que o bloco vem buscando maiores mercados através de acordos de preferências comerciais.

No mesmo contexto acima, apresenta-se a seguir a evolução das exportações e importações intra-bloco e extra-bloco dos dois principais países do MERCOSUL. A intenção é buscar diferenças e mudanças estruturais ocorridas nos dois países no período de vigência do acordo.

De acordo com o gráfico abaixo, verifica-se que a participação do bloco nas exportações argentinas, que era 18% do total em 1989, passou para 33% em 2009, mostrando assim um incremento na participação do MERCOSUL como destino de suas exportações.

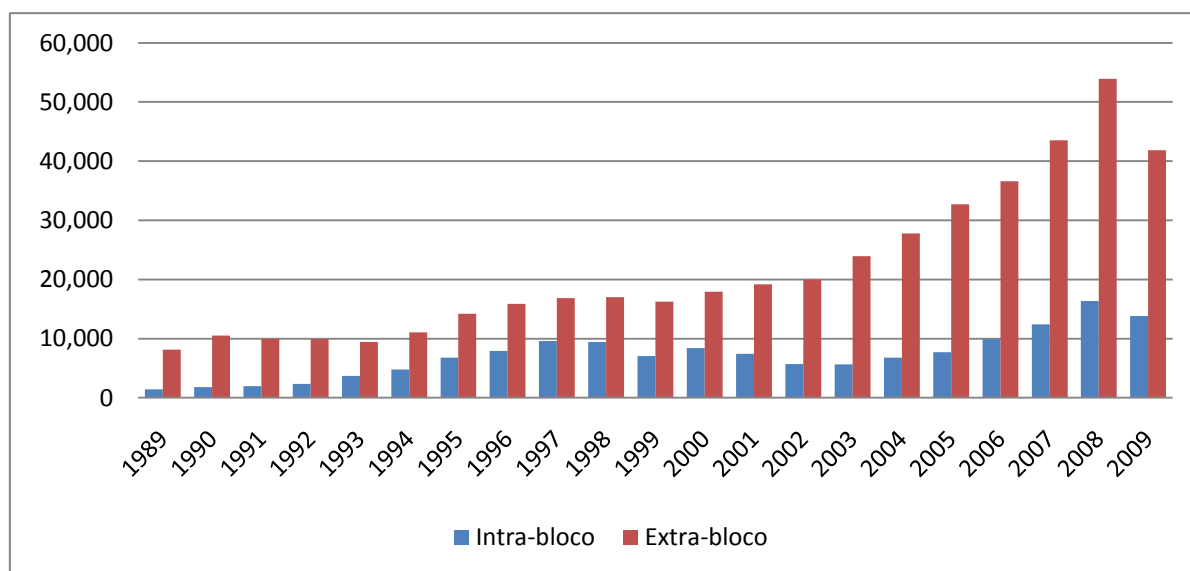


Figura 23. Evolução das exportações argentinas intra e extra-bloco (Em milhões de US\$).

Fonte: elaborado pelo autor.

Pelo lado das importações, a Argentina está mais dependente do MERCOSUL, como mostra o gráfico abaixo. Em 1989, tinha 25% da participação das exportações, em 2009 possui 50%.

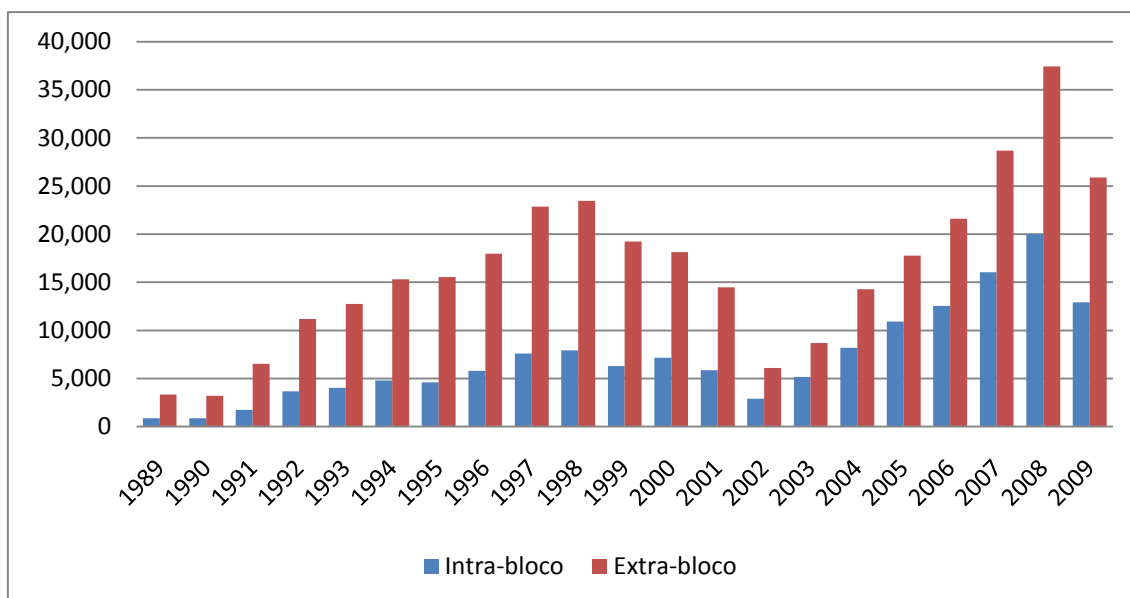


Figura 24. Evolução das importações argentinas intra e extra-bloco (Em milhões de US\$).

Fonte: Elaborado pelo autor.

Ao se verificar, agora, as exportações brasileiras intra e extra-bloco, nota-se que o MERCOSUL passou de 4% em 1989 para 11% em 2009 sua participação em termos de destino das exportações brasileiras. Ainda que essa parcela tenha mais do que dobrado de tamanho, 11% é ainda relativamente pequeno comparado ao resto mundo, refletindo uma menor dependência que o Brasil possui do mercado argentino em termos de suas vendas para o exterior.

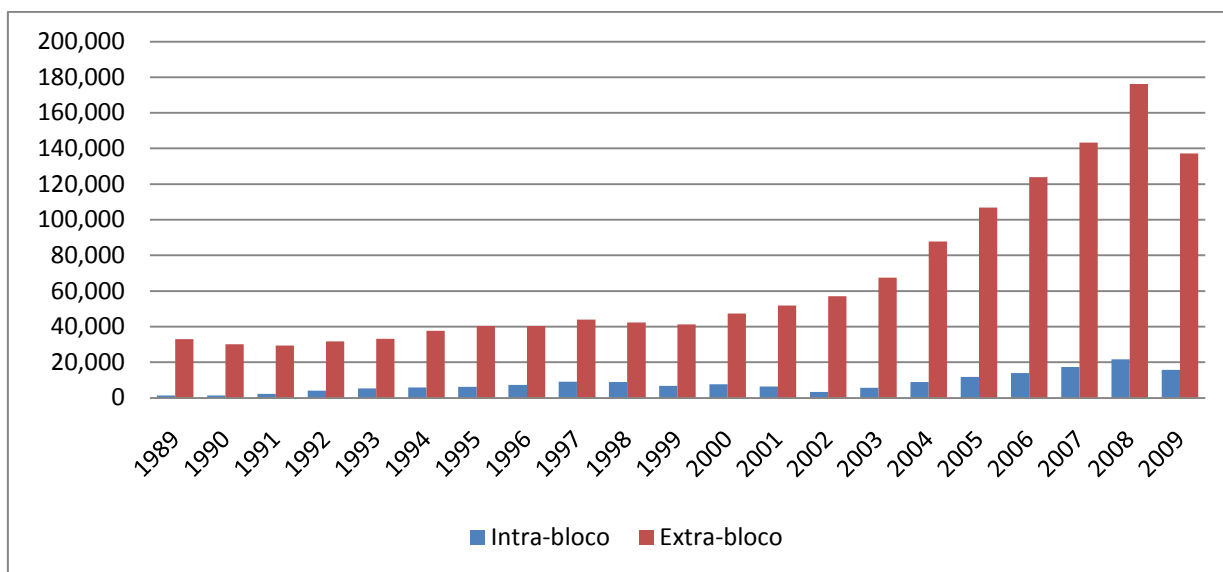


Figura 25. Evolução das exportações brasileiras intra e extra-bloco (em milhões de US\$).

Fonte: Elaborado pelo autor.

As importações do MERCOSUL pelo Brasil, ainda que aumentado em valor absoluto, diminuirão sua participação do total importado pelo Brasil, passando de 13% em 1989 para 11% em 2009.

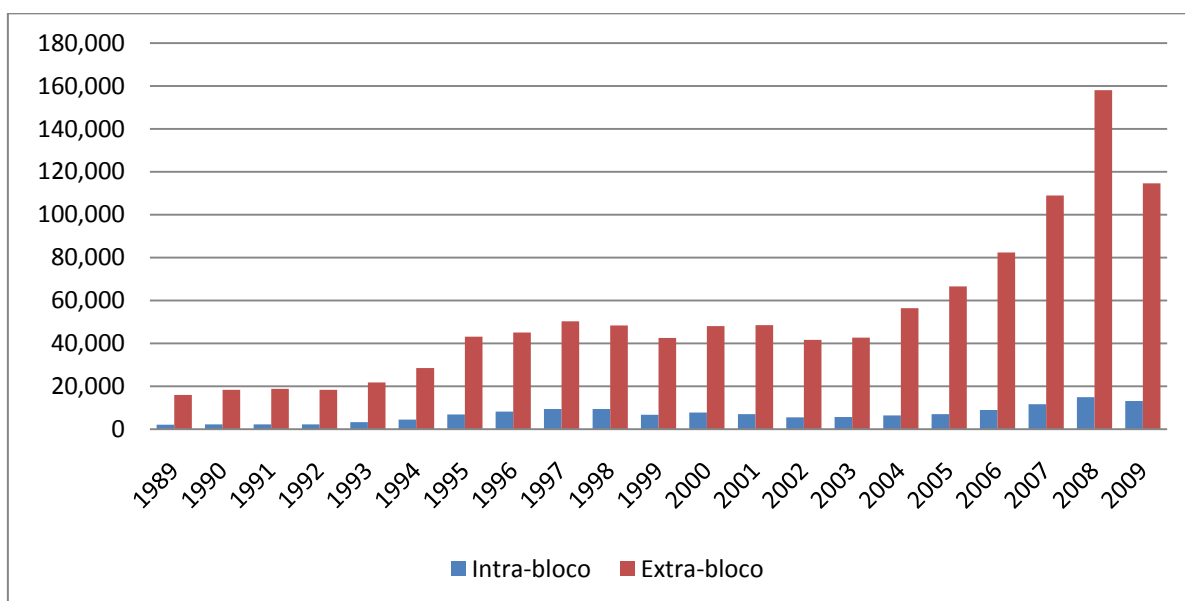


Figura 26. Evolução das importações brasileiras intra e extra-bloco (em milhões de US\$).

Fonte: Elaborado pelo autor.

Ainda com ênfase nas exportações e importações extra e intra-bloco, avalia-se agora tais fluxos de comércio por fator agregado, busca-se saber qual a importância do regionalismo para a diversificação das exportações do MERCOSUL. A pauta argentina está dividida em quatro fatores: básicos, manufaturados, semimanufaturados e combustíveis. E a brasileira em: básicos, semimanufaturados e manufaturados.

Na exportação argentina intra-bloco, nota-se a ascensão da participação de produtos manufaturados industrializados, passando de 39% em 1992 para 65% em 2009 do total exportado para o MERCOSUL (figura 27). Na exportação extra-bloco nota-se que há uma tendência de aumento da participação dos produtos semimanufaturados e uma queda dos demais (figura 28).

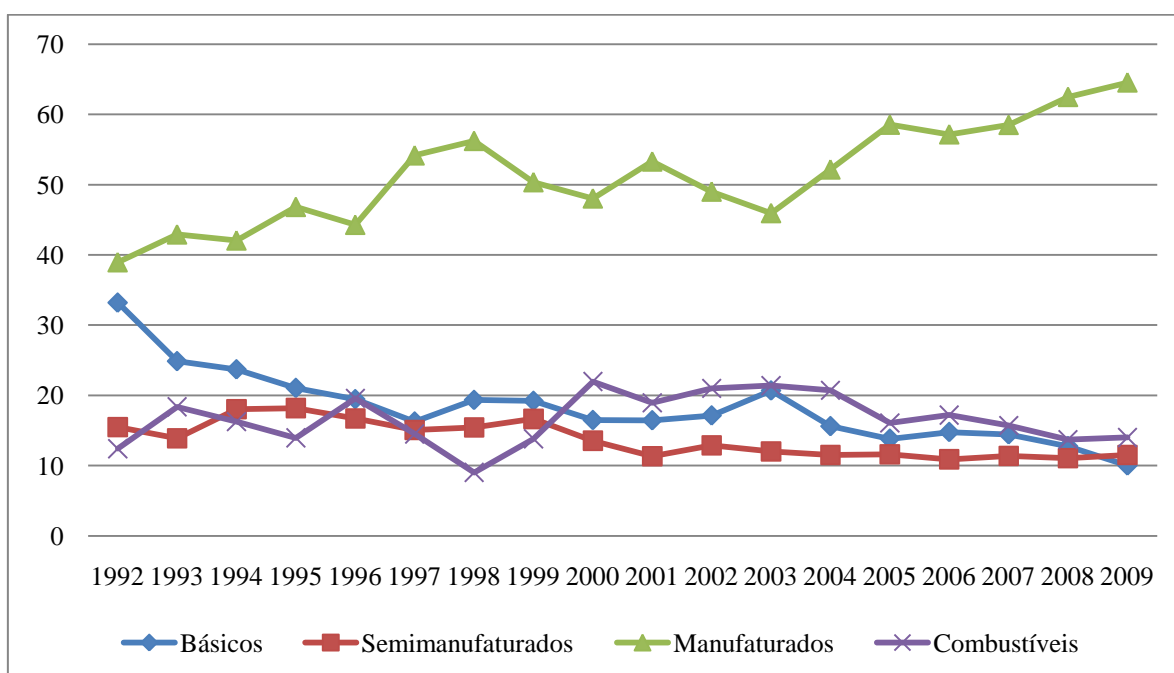


Figura 27. Exportação argentina intra-bloco por fator agregado (participação % sobre o total geral).

Fonte: Elaborado pelo autor.

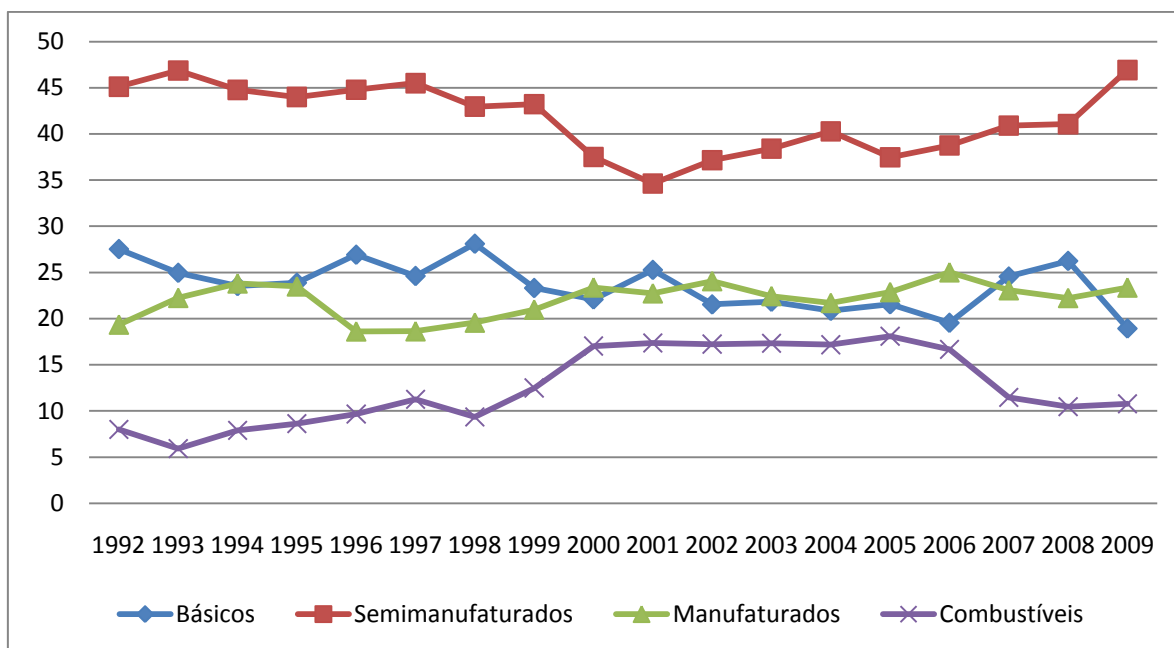


Figura 28. Exportação argentina extra-bloco por fator agregado (participação % sobre o total geral).

Fonte: Elaborado pelo autor.

No caso brasileiro, as exportações de manufaturados para o MERCOSUL é ainda mais significativa. Conforme o gráfico abaixo passou de 82% em 1989 para 94% em 2009. Nas exportações extra-bloco (gráfico XX), ocorreu uma queda na participação dos manufaturados e dos semimanufaturados, dando espaço para a ascensão dos produtos básicos.

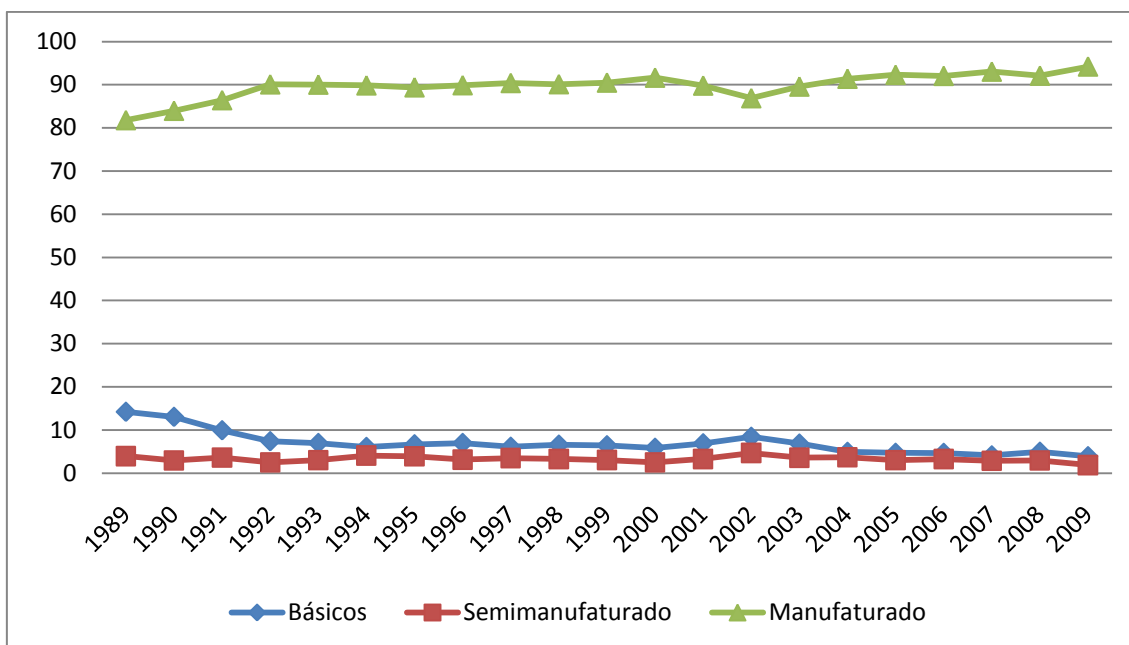


Figura 29. Exportação brasileira intra-bloco por fator agregado (participação % sobre o total geral).

Fonte: Elaborado pelo autor.

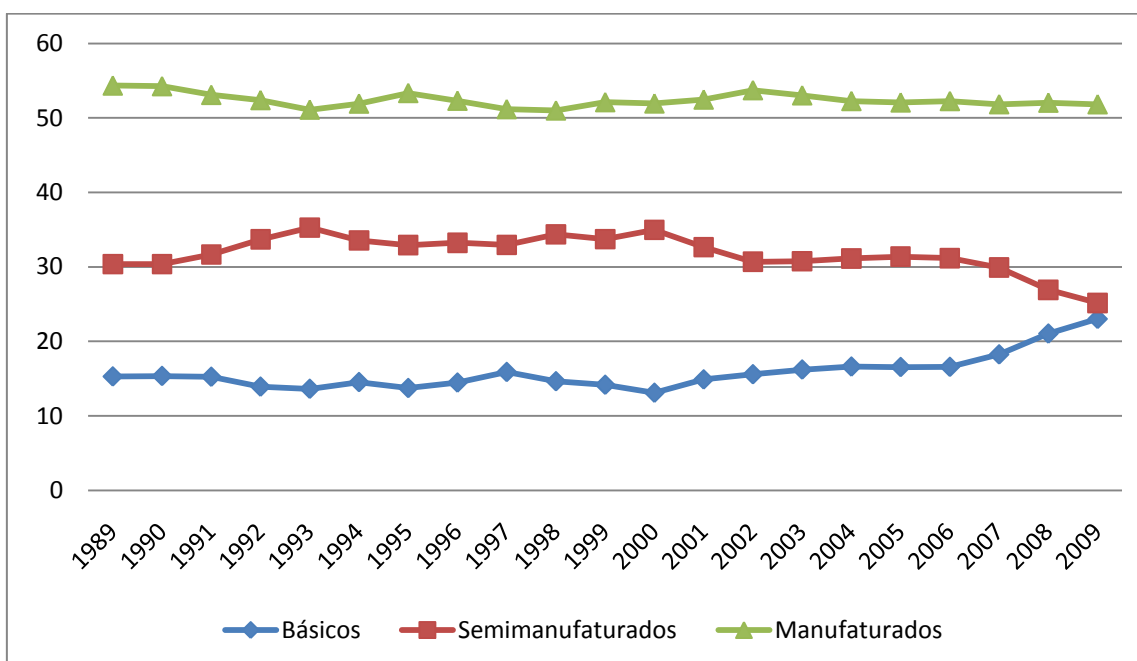


Figura 30. Exportação brasileira extra-bloco por fator agregado (participação % sobre o total geral).

Fonte: Elaborado pelo autor.

A partir dos gráficos acima, em que se diferencia a pauta de exportações intra e extra-bloco, percebe-se a importância do comércio intra-regional para os países do MERCOSUL, uma vez que através do regionalismo, esses países conseguem diversificar suas exportações,

dirigindo ao comércio intra-bloco produtos de maior valor agregado. Se os países do bloco estivessem comercializando por si só sem o processo de integração, muito provável que a tendência de suas exportações seguiria uma especialização de produtos primários e semimanufaturados, e a diminuição da importância de produtos manufaturados.

Esse resultado pode ser considerado um indicador de desvio de comércio no bloco, pois evidencia que alguns produtos manufaturados exportados para dentro do MERCOSUL podem não ser mais eficientes do que aqueles provenientes do resto do mundo.

Por fim, um último indicador diz respeito a questão tarifária. O MERCOSUL reduziu suas tarifas NMF ao mesmo tempo em que reduziu as tarifas preferenciais do comércio intra-bloco. Essa característica reflete a idéia do novo regionalismo de Ethier (1998), o qual reflete o sucesso do multilateralismo, e não sua falha. Segundo Moncarz e Vaillant (2006), entre 1985 e 1997, a média das tarifas NMF nos países do MERCOSUL caíram de 37,2% para 12,3%. E a média das tarifas NMF mundial caíram de 35,2% para 4,2%.

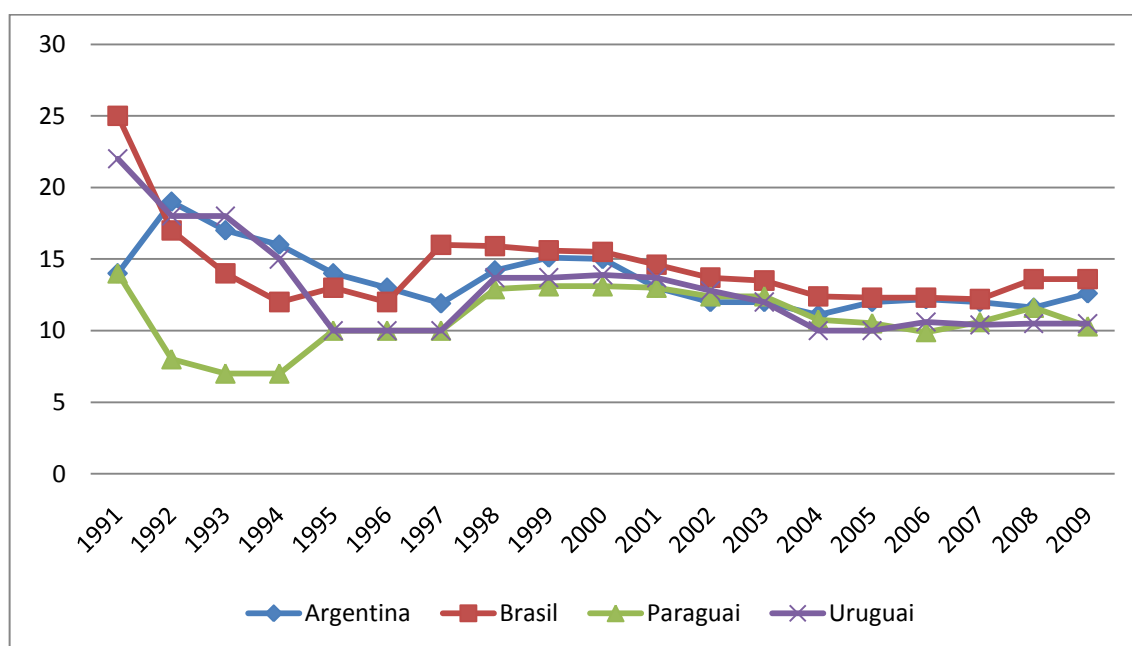


Figura 31. Média anual da tarifa NMF nos países do MERCOSUL (1991-2009).

Fonte: Moncarz e Vaillant (2006). Elaborado pelo autor.

O gráfico acima, feito pelo autor com dados de Moncarz e Vaillant (2006) e da OMC, mostra a evolução da média das tarifas NMF dos países do MERCOSUL. De acordo com

Moncarz e Vaillant (2006), através do MERCOSUL os quatro países-membros seguiram uma automática, e relativamente rápida, redução de tarifas e de barreiras não-tarifárias dentro da zona do bloco. O período de 1991 a 2009 foi caracterizado como de redução e de convergência entre as tarifas NMF dos países-membros, ficando no ano de 2009 uma média de 11%.

5. REFERÊNCIAS FINAIS

O presente trabalho teve o intuito de discutir teoricamente a natureza da relação entre regionalismo e multilateralismo e avaliar empiricamente o caso do MERCOSUL buscando evidências de regionalismo aberto.

Após o fim da Segunda Guerra Mundial, houve uma mobilização de diversas nações para a criação de um órgão internacional que promovesse a liberalização comercial de modo multilateral, compatibilizando os interesses de estímulo ao comércio internacional e desenvolvimento. Esta instituição, a Organização Internacional de Comércio (OIC), concebida no âmbito do acordo de *Bretton Woods* não prosperou principalmente devido à oposição e não adesão dos EUA. Ao mesmo tempo em que se negociava a OIC, houve uma iniciativa de caráter mais operacional, em que 23 nações estabeleciam condições e procedimentos de comércio exterior. O Acordo Geral sobre Tarifas e Comércio (GATT) assinado em 1947, estabelecia como pilar o princípio de que o comércio deveria ser conduzido de forma não discriminatória. Com o esvaziamento da OIC, o GATT assume o papel de organismo coordenador das rodadas de negociações internacionais com a intenção de reduzir barreiras tarifárias e não tarifárias.

Após oito rodadas de negociações, é criada a Organização Mundial do Comércio (OMC) em 1994, que mantém as normas do GATT e amplia os objetivos do comércio internacional principalmente na direção de considerá-lo como política de desenvolvimento.

Ao longo deste processo de liberalização comercial, de caráter preponderantemente multilateral, e dirigido pelo GATT/OMC, é possível identificar-se pelo menos dois momentos históricos ou duas ondas de regionalismo (para alguns autores já há uma terceira). A primeira inicia logo após o GATT 1947 e se estendendo até meados da década de 1980, quando surgiu uma nova onda de regionalismo diferindo da primeira. Essa nova onda é marcada pela proliferação de acordos preferenciais de comércio envolvendo vários países do mundo, e foi motivada pela lentidão das negociações no âmbito multilateral e também pela adesão dos EUA às iniciativas de regionalismo.

Nesse contexto, em 1991, é assinado o MERCOSUL, com a ambiciosa intenção de se construir um mercado comum entre Argentina, Brasil, Paraguai e Uruguai. O acordo estabelecia como objetivos de curto prazo (1995) a adoção de uma Tarifa Externa Comum

(TEC) e a livre circulação de bens, serviços e fatores de produção entre os países-membro por intermédio da eliminação gradual das barreiras alfandegárias. A hipótese central deste estudo foi avaliar o grau de complementaridade do regionalismo em relação ao multilateralismo, do ponto de vista teórico e para o caso do MERCOSUL. Ou seja, em que medida o regionalismo pode ser uma etapa para se alcançar o multilateralismo, de forma mais rápida e eficiente, uma vez que negociações entre poucos países, geograficamente próximos e com regras bem definidas são mais viáveis do que amplas negociações multilaterais no âmbito da OMC.

Deste modo, com apoio na teoria de integração, e a partir da análise documental e da evidência empírica do caso do MERCOSUL, pode-se afirmar como resultados que apóiam o caso do MERCOSUL como uma iniciativa de regionalismo aberto, o seguinte:

- O aumento da participação das exportações do MERCOSUL no comércio mundial, passando de 1,33% em 1990, para 1,73% em 2009, o que evidencia ganhos de competitividade do bloco no cenário mundial;
- O aumento dos fluxos de exportação e importação do MERCOSUL, de acordo com a tendência mundial, o que comprova que o comércio do bloco segue movimentos comuns ao do comércio mundial (sem idiosincrasias regionais);
- As tarifas intra-bloco diminuíram concomitantemente às tarifas NMF dos quatro países. A média da tarifa NMF do bloco baixou de 37,2% em 1985 para 11,7% em 2009; logo, não restringindo os ganhos de preferência ao comércio regional, mas estendendo-os de modo significativo para o comércio multilateral.
- O aumento representativo de acordos do MERCOSUL com terceiros países e demais blocos. Este aspecto demonstra o caráter aberto do bloco, uma vez que amplia o impacto de liberalização comercial dado que em um acordo, quatro países (sem considerar ainda a Venezuela) são atingidos pela liberalização comercial.

Há também argumentos e evidências que são contrárias à hipótese do MERCOSUL como iniciativa de regionalismo aberto:

- Há um considerável incremento, tanto para Brasil como para Argentina, das exportações e importações intrabloco. Do lado das importações, o Brasil diminuiu sua dependência com o bloco e a Argentina aumentou significativamente, mostrando assim haver mais comércio direcionado para dentro do que para fora da região. Tal resultado pode indicar que tenha havido mais desvio do que criação de comércio. Contudo, a preferência ao comércio regional pode também ser explicada pelo efeito de distância (menos custos), por serem países com maior identidade cultural, lingüística e institucional, e também pela crise dos países mais desenvolvidos, oportunizando a preferência do comércio Sul-Sul.
- No referente à pauta de exportações, Brasil e Argentina exportam significativamente produtos industrializados para o MEROCOSUL. Já as exportações extra-bloco, para ambos os países, são constituídas principalmente de produtos básicos e semimanufaturados. Isso pode indicar desvio de comércio, pois aparentemente os dois países têm menores vantagens comparativas nesse setor em relação ao resto do mundo. Porém, deve-se atentar para o fato de que, neste sentido, o MERCOSUL pode ser encarado como uma opção de desenvolvimento, já que o bloco foi notificado no GATT/OMC pela Cláusula de Habilitação. Isso indica também a característica que o regionalismo tem de proteger certos setores garantindo a expansão do mercado dos países-membros.

Assim, com base neste balanço qualificado – isto é, considerando que as evidências de desvio de comércio podem ser justificadas com base em argumentos de desenvolvimento – o MERCOSUL pode ser considerado como uma iniciativa de regionalismo aberto. É evidente que o grau de perfuração do acordo, principalmente devido às exceções à TEC, e a ainda incipiente integração em movimento de capitais, pessoas, mão de obra e harmonização tributária, restringem os ganhos potenciais do acordo. A sobrevivência do MERCOSUL ao período de turbulência macroeconômica, iniciado em 1999 com a desvalorização do Real e seguido em 2002 pela crise da Argentina, indica a robustez do acordo. As perspectivas do MERCOSUL se colocam em duas frentes: a ampliação regional, pela adesão de mais países ao MERCOSUL, e a ampliação do acordo para áreas de movimentação de recursos de produção e política monetária e tributária. Em ambos os casos, há um fortalecimento do MERCOSUL e a ampliação da importância do bloco como um instrumento de desenvolvimento da região.

6. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALMEIDA, Paulo Roberto de. **Governança Democrática**: trajetória nacional e dimensão internacional. Revista eletrônica Espaço da Sophia, 2, 3, 1-9, 2008.

BALASSA, Bela. **Teoria da integração econômica**. 1 ed. Lisboa : Livraria Clássica. 1961, 157p.

BALASSA, Bela. **The Purchasing Power Parity Doctrine**: A Reappraisal. Journal of Political Economy. 72, 6, 584-596, 1964.

BALDWIN, Richard. Big-Think Regionalism: a critical survey. In: **Regional Rules in the Global Trading System**. World Trade organization, Geneva: Cambridge University Press. 2009, p.17.

BAUMANN, Renato. Mercosul: Origens, ganhos, desencontros e perspectivas. In: BAUMANN, Renato. **Mercosul**: Avanços e desafios da integração. 1 ed. Brasília: Ipea, 21-68, 2001.

BERGSTEN, C.F. **Open regionalism**. Institute International Economics, Working Paper 97-3. CEPAL. 1997. Transformación productiva con equidad. CEPAL, Santiago.

BERNAL-MEZA, Raúl. **América Latina em el mundo**: el pensamiento latino-americano y la teoria de las relaciones internacionales. Buenos Aires: Grupo Editor Latino Americano, 2005, 408p.

BHAGWATI, Jagdish. Regionalism and Multilateralism: an Overview. In: DE MELO, Jaime.; PANAGARIVA, Arvind. **New Dimensions in Regional Integration**. World Trade organization, Geneva: Cambridge University Press, 116-134, 1993.

BRASIL, Ministério das Relações Exteriores, MERCOSUL: **A zona de preferências tarifárias**, Disponível em: <http://www.mercosul.gov.br/textos/default.asp?Key=24>, Acesso em: 10 outubro 2010.

BRASIL, Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio exterior, <http://www.mdic.gov.br/sitio/interna/interna.php?area=5&menu=374>, Acesso em: 3 novembro 2010.

BUENO, Rodrigo de Losso da Silveira. **Econometria de Séries Temporais**. 1 ed. São Paulo: Thomson Learning, 2008, 320p.

BRAGA, Marcio Bobik; PINTO, Hugo Eeduardo Meza. A lógica do regionalismo na América Latina e a Comunidade Andina das Nações. Monografia. São Paulo. USP, 2006, p.25.

BROGINI, Gilvan. OMC: Discussões Introdutórias. In: CARVALHO, Leonardo Arquimino; HAGE, José Alexandre Altahyde. **OMC: Estudos Introdutórios**, São Paulo: IOB Thomson, 77-93, 2005.

CARPENTER, Theresa. A historical perspective on regionalism. In: **Multilateralizing Regionalism** – Challenges for the Global Trading System. World Trade organization, Geneva: Cambridge University Press, 2009, p.13.

CERVO, Amado Luiz (2008). **Inserção internacional**: formação dos conceitos brasileiros. São Paulo: Saraiva, 2008.

CEPAL (Comisión Económica para América Latina y el Caribe). **El Regionalismo abierto en América Latina y el Caribe**. La integración económica en servicio de la transformación productiva con equidad, 1994. Disponível em: <<http://www.eclac.org/cgi-bin/getProd.asp?xml=/publicaciones/xml/7/4377/P4377.xml&xsl=/tpl/p9f.xsl&base=/transporte/tpl/top-bottom.xslt>>. Acesso em: 09 out. 2010.

Comunidade Andina (CAN). **Quiénes Somos**. Disponível em: <<http://www.comunidadandina.org/>>. Acesso em: 23 set. 2010.

CORAZZA, Gentil. **O Mercosul e os desafios da integração Latino-Americana**. Redes (Santa Cruz do Sul), Unisc - Santa Cruz do Sul, 10, 2, 9-20, 2005.

ESTEVADEORDAL, Antoni; ROBERTSON, Raymond. **Gravity, Bilateral Agreements, and Trade Diversion in the Americas**. Cuadernos de Economía, 46, 3, 3-31, 2009.

ETHIER, Wilfred John. Regionalism in a Multilateral World. **Journal of Political Economy**, 106, 6, 1214-1245, 1998.

ETHIER, Wilfred John. The new regionalism in the Americas: a theoretical framework. **The North American Journal of Economics and Finance**. 12, 2, 159-172, 2001.

FIORENTINO, Roberto; CRAWFORD, Jo-Ann; TOQUEBOEUF, Christelle. The Landscape of regional trade agreements and WTO surveillance. In: **Multilateralizing Regionalism: Challenges for the Global Trading System**. World Trade organization, Geneva: Cambridge University Press. 2009, p.28.

HÄNGGI, H. **Interregionalism as a multifaceted phenomenon**. In: HÄNGGI, H. ROLOFF, R. RÜLAND, J. (Eds.) *Interregionalism and International Relations*. Oxon, Routledge, 2006, p. 17-62.

HETTNE, B. **The New Regionalism: a Prologue**. In: HETTNE, B. INOTAI, A. SUNKEL, O. (Orgs.). *Globalism and the New Regionalism*. London: Macmillan; New York: St. Martin's Press, 1999, p. xv-xxix. 2.

IBAÑEZ, Josep. El nuevo regionalismo latinoamericano en los años noventa. XVIII Jornadas de la Asociación Española de Profesores de Derecho Internacional y Relaciones Internacionales, dedicadas al tema Iberoamérica ante los procesos de integración, 1999. Madrid. **Anais XVIII Jornadas de la Asociación Española de Profesores de Derecho Internacional y Relaciones Internacionales, dedicadas al tema "Iberoamérica ante los procesos de integración**, p. 5.

JIMÉNEZ, E. M. (2003). Geografía Económica de la Comunidad Andina. **Regiones: Nuevos actores de la integración**. Secretaria General de la Comunidad Andina. Disponível em: <<http://www.comunidadandina.org>>. Acesso em: 22. Set. 2010.

KARKOTLI, Gilson. **Metodologia**: Construção de uma proposta científica. Curitiba: Camões, 2008, 67p.

KRUGMAN, Paul. **The conscience of a liberal**. 1 st ed. Nova York: WW Norton, 2007. 352p.

KRUGMAN, P. R. & OBSTEFELD, M. **Economia Internacional: Teoria e Política**. 5a edição. São Paulo: Makron Books, 2001.

LUPI, André Lipp Pinto Basto. **Soberania, OMC e Mercosul**. 1. ed. São Paulo: Aduaneiras, 2001. 369 p.

MEDEIROS, João Bosco. **Redação científica**: a prática de fichamentos, resumos, resenhas. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2007, 88p.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. **Pesquisa Social: teoria, método e criatividade**. 25. ed. São Paulo: Vozes, 2007, 108p.

MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO, DA INDÚSTRIA E DO COMÉRCIO. Disponível em: <<http://www.mdic.gov.br/sitio/interna/index.php?area=5>>. Acesso em 15 nov. 2010.

MINISTÉRIO DE RELAÇÕES EXTERIORES DO BRASIL. Disponível em: <<http://www.mre.gov.br>>. Acesso em: 05 out. 2010.

MINISTERIO DE RELACIONES EXTERIORES DE ARGENTINA. Disponível em: <<http://www.mrecic.gov.ar>>. Acesso em: 07 nov. 2010.

MONCARZ, Pedro; VAILLANT, Marcel. **Measuring the role of MERCOSUR on the Regional Pattern of Import of its Country Members**, 2006. Disponível em <<http://www.etsg.org/ETSG2006/papers/Moncarz.pdf>>. Acesso em: 20 nov. 2010.

NOGUÉS, Julio; GRANDES, Martin. **Country Risk: Economic Policy, Contagion or Political Noise?** Journal of Applied Economics, IV, 1, 125-162, 2001.

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DO COMÉRCIO (OMC). Disponível em: <<http://www.wto.org>>. Acesso em: 15 set. 2010.

Peterson Institute for International Economics. **Open Regionalism**, 1997. Disponível em: <<http://www.iie.com/publications/wp/wp.cfm?ResearchID=152>>. Acesso em: 17 set. 2010.

SEITENFUS, Ricardo. **Manual das organizações internacionais**. 5 ed. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2008, 386p.

SÍNTESE – Solução de Controvérsias, Projeto ORBIS. Disponível em: <<http://neccint.wordpress.com/direito-internacional/arena-de-ideias/mercosul/sintese-solucao-de-controversias/>>. Acesso em: 22 set. 2010.

THORSTENSEN, Vera Helena. OMC (Organização Mundial do Comércio). **Organização Mundial do Comércio e a rodada do milênio**, 1999. 1. ed. São Paulo: Edições Aduaneiras, 406p.

United Nations Conference on Trade and Development. **Multilateralism and Regionalism: The New Interface**, 2005. Disponível em:
<<http://www.unctad.org/templates/WebFlyer.asp?intItemID=3074&lang=1>>. Acesso em: 07 out. 2010.

Uruguay XXI - Tratados comerciales. Disponível em:<http://www.uruguayxxi.gub.uy/innovaportal/v/35/1/innova.front/tratados_comerciales>. Acesso em: 22 set. 2010.

VAILLANT, Marcel. Profundización del proceso de integración económica en bienes. In: CHUDNOSVKY, D.; FANELLI, J. M. **El desafío de integrarse para crecer, balances y perspectivas del MERCOSUR en su primera década**. RED MERCOSUR, Siglo XXI, BID, Madrid, 2002.

VINER, Jacob. **The customs union issue**. New York: Carnegie, Endowment for International Peace, 1950, 221p.

WINTER, Sidney. Coase, la competencia y la corporación. In: WILLIAMSON, Oliver; WINTER, Sidney. **La naturaleza de la empresa: orígenes, evolución y desarrollo**. México: Fondo de Cultura Económica, 1996. 248-269.

ANEXO A - LISTA DOS ACORDOS REGIONAIS EM VIGOR - 2010

RTA Name	Coverage	Type	Date of notification	Notification	Date of entry into force
Andean Community (CAN)	Goods	CU	01-Oct-1990	Enabling Clause	25-May-1988
Armenia - Kazakhstan	Goods	FTA	17/jun/04	GATT Art. XXIV	25-Dec-2001
Armenia - Moldova	Goods	FTA	17/jun/04	GATT Art. XXIV	21-Dec-1995
Armenia - Russian Federation	Goods	FTA	17/jun/04	GATT Art. XXIV	25/mar/93
Armenia - Turkmenistan	Goods	FTA	17/jun/04	GATT Art. XXIV	07/jul/96
Armenia - Ukraine	Goods	FTA	17/jun/04	GATT Art. XXIV	18-Dec-1996
ASEAN - Australia - New Zealand	Goods & Services	FTA & EIA	08-Apr-2010	GATT Art. XXIV & GATS V	01/jan/10
ASEAN - China	Goods & Services	PSA & EIA	21-Sep-2005(G) 26-Jun-2008(S)	Enabling Clause & GATS Art. V	01-Jan-2005(G) 01-Jul-2007(S)
ASEAN - India	Goods	FTA	19-Aug-2010	Enabling Clause	01/jan/10
ASEAN - Japan	Goods	FTA	23/nov/09	GATT Art. XXIV	01-Dec-2008
ASEAN - Korea, Republic of	Goods & Services	FTA & EIA	15/jun/10	GATT Art. XXIV & GATS V	01-Jan-2010(G) 01-May-2009(S)
ASEAN Free Trade Area (AFTA)	Goods	FTA	30-Oct-1992	Enabling Clause	28/jan/92
Asia Pacific Trade Agreement (APTA)	Goods	PSA	02/nov/76	Enabling Clause	17/jun/76
Asia Pacific Trade Agreement (APTA) - Accession of China	Goods	PSA	30-Apr-2004	Enabling Clause	01/jan/02
Australia - Chile	Goods & Services	FTA & EIA	03/mar/09	GATT Art. XXIV & GATS V	06/mar/09
Australia - New Zealand (ANZCERTA)	Goods & Services	FTA & EIA	14-Apr-1983(G) 22-Nov-1995(S)	GATT Art. XXIV & GATS V	01-Jan-1983(G) 01-Jan-1989(S)
Australia - Papua New Guinea (PATCRA)	Goods	FTA	20-Dec-1976	GATT Art. XXIV	01-Feb-1977
Brunei Darussalam - Japan	Goods & Services	FTA & EIA	31/jul/08	GATT Art. XXIV & GATS V	31/jul/08
Canada - Chile	Goods & Services	FTA & EIA	30/jul/97	GATT Art. XXIV & GATS V	05/jul/97
Canada - Costa Rica	Goods	FTA	13/jan/03	GATT Art. XXIV	01/nov/02
Canada - Israel	Goods	FTA	15/jan/97	GATT Art.	01/jan/97

				XXIV	
Canada - Peru	Goods & Services	FTA & EIA	31/jul/09	GATT Art. XXIV & GATS V	01-Aug-2009
Caribbean Community and Common Market (CARICOM)	Goods & Services	CU & EIA	14-Oct-1974(G) 19-Feb-2003(S)	GATT Art. XXIV & GATS V	01-Aug-1973(G) 01-Jul-1997(S)
Central American Common Market (CACM)	Goods	CU	24-Feb-1961	GATT Art. XXIV	04/jun/61
Central European Free Trade Agreement (CEFTA) - Accession of Croatia	Goods	FTA	23-Feb-2004	GATT Art. XXIV	01/mar/03
Central European Free Trade Agreement (CEFTA) 2006	Goods	FTA	26/jul/07	GATT Art. XXIV	01-May-2007
Chile - China	Goods	FTA	20/jun/07	GATT Art. XXIV	01-Oct-2006
Chile - Colombia	Goods & Services	FTA & EIA	14-Aug-2009	GATT Art. XXIV & GATS V	08-May-2009
Chile - Costa Rica (Chile - Central America)	Goods & Services	FTA & EIA	16-Apr-2002	GATT Art. XXIV & GATS V	15-Feb-2002
Chile - El Salvador (Chile - Central America)	Goods & Services	FTA & EIA	29-Jan-2004(G) 05-Feb-2004(S)	GATT Art. XXIV & GATS V	01/jun/02
Chile - India	Goods	PSA	13/jan/09	Enabling Clause	17-Aug-2007
Chile - Japan	Goods & Services	FTA & EIA	24-Aug-2007	GATT Art. XXIV & GATS V	03-Sep-2007
Chile - Mexico	Goods & Services	FTA & EIA	27-Feb-2001	GATT Art. XXIV & GATS V	01-Aug-1999
China - Hong Kong, China	Goods & Services	FTA & EIA	27-Dec-2003	GATT Art. XXIV & GATS V	01/jan/04
China - Macao, China	Goods & Services	FTA & EIA	27-Dec-2003	GATT Art. XXIV & GATS V	01/jan/04
China - New Zealand	Goods & Services	FTA & EIA	21-Apr-2009	GATT Art. XXIV & GATS V	01-Oct-2008
China - Singapore	Goods & Services	FTA & EIA	02/mar/09	GATT Art. XXIV & GATS V	01/jan/09
Colombia - Mexico	Goods & Services	FTA & EIA	13-Sep-2010	GATT Art. XXIV & GATS V	01/jan/95
Common Economic Zone (CEZ)	Goods	FTA	18-Aug-2008	GATT Art. XXIV	20-May-2004

Common Market for Eastern and Southern Africa (COMESA)	Goods	FTA	04-May-1995	Enabling Clause	08-Dec-1994
Commonwealth of Independent States (CIS)	Goods	FTA	29/jun/99	GATT Art. XXIV	30-Dec-1994
Costa Rica - Mexico	Goods & Services	FTA & EIA	17/jul/06	GATT Art. XXIV & GATS V	01/jan/95
Dominican Republic - Central America - United States Free Trade Agreement (CAFTA-DR)	Goods & Services	FTA & EIA	17/mar/06	GATT Art. XXIV & GATS V	01/mar/06
East African Community (EAC)	Goods	CU	09-Oct-2000	Enabling Clause	07/jul/00
EC - Albania	Goods & Services	FTA & EIA	07-Mar-2007(G) 07-Oct-2009(S)	GATT Art. XXIV & GATS V	01-Dec-2006(G) 01-Apr-2009(S)
EC - Algeria	Goods	FTA	24/jul/06	GATT Art. XXIV	01-Sep-2005
EC - Andorra	Goods	CU	23-Feb-1998	GATT Art. XXIV	01/jul/91
EC - Bosnia and Herzegovina	Goods	FTA	11/jul/08	GATT Art. XXIV	01/jul/08
EC - Cameroon	Goods	FTA	24-Sep-2009	GATT Art. XXIV	01-Oct-2009
EC - CARIFORUM States EPA	Goods & Services	FTA & EIA	16-Oct-2008	GATT Art. XXIV & GATS V	01/nov/08
EC - Chile	Goods & Services	FTA & EIA	03-Feb-2004(G) 28-Oct-2005(S)	GATT Art. XXIV & GATS V	01-Feb-2003(G) 01-Mar-2005(S)
EC - Côte d'Ivoire	Goods	FTA	11-Dec-2008	GATT Art. XXIV	01/jan/09
EC - Croatia	Goods & Services	FTA & EIA	17-Dec-2002(G) 12-Oct-2009(S)	GATT Art. XXIV & GATS V	01-Mar-2002(G) 01-Feb-2005(S)
EC - Egypt	Goods	FTA	03-Sep-2004	GATT Art. XXIV	01/jun/04
EC - Faroe Islands	Goods	FTA	17-Feb-1997	GATT Art. XXIV	01/jan/97
EC - Former Yugoslav Republic of Macedonia	Goods & Services	FTA & EIA	23-Oct-2001(G) 02-Oct-2009(S)	GATT Art. XXIV & GATS V	01-Jun-2001(G) 01-Apr-2004(S)
EC - Iceland	Goods	FTA	24/nov/72	GATT Art. XXIV	01-Apr-1973
EC - Israel	Goods	FTA	20-Sep-2000	GATT Art. XXIV	01/jun/00
EC - Jordan	Goods	FTA	17-Dec-2002	GATT Art. XXIV	01-May-2002
EC - Lebanon	Goods	FTA	26-May-2003	GATT Art. XXIV	01/mar/03

EC - Mexico	Goods & Services	FTA & EIA	25-Jul-2000(G) 21-Jun-2002(S)	GATT Art. XXIV & GATS V	01-Jul-2000(G) 01-Oct-2000(S)
EC - Montenegro	Goods & Services	FTA & EIA	16-Jan-2008(G) 18-Jun-2010(S)	GATT Art. XXIV & GATS V	01-Jan-2008(G) 01-May-2010(S)
EC - Morocco	Goods	FTA	13-Oct-2000	GATT Art. XXIV	01/mar/00
EC - Norway	Goods	FTA	13/jul/73	GATT Art. XXIV	01/jul/73
EC – Overseas Countries and Territories (OCT)	Goods	FTA	14-Dec-1970	GATT Art. XXIV	01/jan/71
EC - Palestinian Authority	Goods	FTA	29-May-1997	GATT Art. XXIV	01/jul/97
EC - South Africa	Goods	FTA	02/nov/00	GATT Art. XXIV	01/jan/00
EC - Switzerland - Liechtenstein	Goods	FTA	27-Oct-1972	GATT Art. XXIV	01/jan/73
EC - Syria	Goods	FTA	15/jul/77	GATT Art. XXIV	01/jul/77
EC - Tunisia	Goods	FTA	15/jan/99	GATT Art. XXIV	01/mar/98
EC - Turkey	Goods	CU	22-Dec-1995	GATT Art. XXIV	01/jan/96
EC (10) Enlargement	Goods	CU	24-Oct-1979	GATT Art. XXIV	01/jan/81
EC (12) Enlargement	Goods	CU	11-Dec-1985	GATT Art. XXIV	01/jan/86
EC (15) Enlargement	Goods & Services	CU & EIA	15-Dec-1994(G) 22-Dec-1994(S)	GATT Art. XXIV & GATS V	01/jan/95
EC (25) Enlargement	Goods & Services	CU & EIA	26-Apr-2004	GATT Art. XXIV & GATS V	01-May-2004
EC (27) Enlargement	Goods & Services	CU & EIA	27-Sep-2006(G) 26-Jun-2007(S)	GATT Art. XXIV & GATS V	01/jan/07
EC (9) Enlargement	Goods	CU	07/mar/72	GATT Art. XXIV	01/jan/73
EC Treaty	Goods & Services	CU & EIA	24-Apr-1957(G) 10-Nov-1995(S)	GATT Art. XXIV & GATS V	01/jan/58
Economic and Monetary Community of Central Africa (CEMAC)	Goods	CU	21/jul/99	Enabling Clause	24/jun/99
Economic Community of West African States (ECOWAS)	Goods	CU	06/jul/05	Enabling Clause	24/jul/93

Economic Cooperation Organization (ECO)	Goods	PSA	10/jul/92	Enabling Clause	17-Feb-1992
EFTA - Canada	Goods	FTA	04-Aug-2009	GATT Art. XXIV	01/jul/09
EFTA - Chile	Goods & Services	FTA & EIA	03-Dec-2004	GATT Art. XXIV & GATS V	01-Dec-2004
EFTA - Croatia	Goods	FTA	14/jan/02	GATT Art. XXIV	01/jan/02
EFTA - Egypt	Goods	FTA	17/jul/07	GATT Art. XXIV	01-Aug-2007
EFTA - Former Yugoslav Republic of Macedonia	Goods	FTA	11-Dec-2000	GATT Art. XXIV	01/jan/01
EFTA - Israel	Goods	FTA	30/nov/92	GATT Art. XXIV	01/jan/93
EFTA - Jordan	Goods	FTA	17/jan/02	GATT Art. XXIV	01/jan/02
EFTA - Korea, Republic of	Goods & Services	FTA & EIA	23-Aug-2006	GATT Art. XXIV & GATS V	01-Sep-2006
EFTA - Lebanon	Goods	FTA	22-Dec-2006	GATT Art. XXIV	01/jan/07
EFTA - Mexico	Goods & Services	FTA & EIA	25/jul/01	GATT Art. XXIV & GATS V	01/jul/01
EFTA - Morocco	Goods	FTA	20/jan/00	GATT Art. XXIV	01-Dec-1999
EFTA - Palestinian Authority	Goods	FTA	23/jul/99	GATT Art. XXIV	01/jul/99
EFTA - SACU	Goods	FTA	29-Oct-2008	GATT Art. XXIV	01-May-2008
EFTA - Singapore	Goods & Services	FTA & EIA	14/jan/03	GATT Art. XXIV & GATS V	01/jan/03
EFTA - Tunisia	Goods	FTA	03/jun/05	GATT Art. XXIV	01/jun/05
EFTA - Turkey	Goods	FTA	06/mar/92	GATT Art. XXIV	01-Apr-1992
EFTA accession of Iceland	Goods	FTA	30/jan/70	GATT Art. XXIV	01/mar/70
Egypt - Turkey	Goods	FTA	05-Oct-2007	Enabling Clause	01/mar/07
EU - San Marino	Goods	CU	24-Feb-2010	GATT Art. XXIV	01-Apr-2002
EU - Serbia	Goods	FTA	31-May-2010	GATT Art. XXIV	01-Feb-2010
Eurasian Economic Community (EAEC)	Goods	CU	21-Apr-1999	GATT Art. XXIV	08-Oct-1997
European Economic Area (EEA)	Services	EIA	13-Sep-1996	GATS Art. V	01/jan/94
European Free Trade Association (EFTA)	Goods & Services	FTA & EIA	14-Nov-1959(G) 15-Jul-2002(S)	GATT Art. XXIV & GATS V	03-May-1960(G) 01-Jun-2002(S)

Faroe Islands - Norway	Goods	FTA	12-Feb-1996	GATT Art. XXIV	01/jul/93
Faroe Islands - Switzerland	Goods	FTA	12-Feb-1996	GATT Art. XXIV	01/mar/95
Georgia - Armenia	Goods	FTA	08-Feb-2001	GATT Art. XXIV	11/nov/98
Georgia - Azerbaijan	Goods	FTA	08-Feb-2001	GATT Art. XXIV	10/jul/96
Georgia - Kazakhstan	Goods	FTA	08-Feb-2001	GATT Art. XXIV	16/jul/99
Georgia - Russian Federation	Goods	FTA	08-Feb-2001	GATT Art. XXIV	10-May-1994
Georgia - Turkmenistan	Goods	FTA	08-Feb-2001	GATT Art. XXIV	01/jan/00
Georgia - Ukraine	Goods	FTA	08-Feb-2001	GATT Art. XXIV	04/jun/96
Global System of Trade Preferences among Developing Countries (GSTP)	Goods	PSA	25-Sep-1989	Enabling Clause	19-Apr-1989
Gulf Cooperation Council (GCC)	Goods	CU	06-Oct-2009	GATT Art. XXIV	01/jan/03
Honduras - El Salvador and the Separate Customs Territory of Taiwan, Penghu, Kinmen and Matsu	Goods & Services	FTA & EIA	06-Apr-2010	GATT Art. XXIV & GATS V	01/mar/08
Iceland - Faroe Islands	Goods & Services	FTA & EIA	10/jul/08	GATT Art. XXIV & GATS V	01/nov/06
India - Afghanistan	Goods	PSA	08/mar/10	Enabling Clause	13-May-2003
India - Bhutan	Goods	FTA	30/jun/08	Enabling Clause	29/jul/06
India - Nepal	Goods	PSA	02-Aug-2010	Enabling Clause	27-Oct-2009
India - Singapore	Goods & Services	FTA & EIA	03-May-2007	GATT Art. XXIV & GATS V	01-Aug-2005
India - Sri Lanka	Goods	FTA	17/jun/02	Enabling Clause	15-Dec-2001
Israel - Mexico	Goods	FTA	22-Feb-2001	GATT Art. XXIV	01/jul/00
Japan - Indonesia	Goods & Services	FTA & EIA	27/jun/08	GATT Art. XXIV & GATS V	01/jul/08
Japan - Malaysia	Goods & Services	FTA & EIA	12/jul/06	GATT Art. XXIV & GATS V	13/jul/06
Japan - Mexico	Goods & Services	FTA & EIA	31/mar/05	GATT Art. XXIV & GATS V	01-Apr-2005
Japan - Philippines	Goods & Services	FTA & EIA	11-Dec-2008	GATT Art. XXIV & GATS V	11-Dec-2008
Japan - Singapore	Goods & Services	FTA & EIA	08/nov/02	GATT Art. XXIV & GATS V	30/nov/02

Japan - Switzerland	Goods & Services	FTA & EIA	01-Sep-2009	GATT Art. XXIV & GATS V	01-Sep-2009
Japan - Thailand	Goods & Services	FTA & EIA	25-Oct-2007	GATT Art. XXIV & GATS V	01/nov/07
Japan - Viet Nam	Goods & Services	FTA & EIA	01-Oct-2009	GATT Art. XXIV & GATS V	01-Oct-2009
Jordan - Singapore	Goods & Services	FTA & EIA	07/jul/06	GATT Art. XXIV & GATS V	22-Aug-2005
Korea, Republic of - Chile	Goods & Services	FTA & EIA	08-Apr-2004	GATT Art. XXIV & GATS V	01-Apr-2004
Korea, Republic of - India	Goods & Services	FTA & EIA	23/jun/10	GATT Art. XXIV & GATS V	01/jan/10
Korea, Republic of - Singapore	Goods & Services	FTA & EIA	21-Feb-2006	GATT Art. XXIV & GATS V	02/mar/06
Kyrgyz Republic - Armenia	Goods	FTA	12-Dec-2000	GATT Art. XXIV	27-Oct-1995
Kyrgyz Republic - Kazakhstan	Goods	FTA	29/jun/99	GATT Art. XXIV	11/nov/95
Kyrgyz Republic - Moldova	Goods	FTA	15/jun/99	GATT Art. XXIV	21/nov/96
Kyrgyz Republic - Russian Federation	Goods	FTA	15/jun/99	GATT Art. XXIV	24-Apr-1993
Kyrgyz Republic - Ukraine	Goods	FTA	15/jun/99	GATT Art. XXIV	19/jan/98
Kyrgyz Republic - Uzbekistan	Goods	FTA	15/jun/99	GATT Art. XXIV	20/mar/98
Lao People's Democratic Republic - Thailand	Goods	PSA	26/nov/91	Enabling Clause	20/jun/91
Latin American Integration Association (LAIA)	Goods	PSA	01/jul/82	Enabling Clause	18/mar/81
Melanesian Spearhead Group (MSG)	Goods	PSA	03-Aug-1999	Enabling Clause	01/jan/94
MERCOSUR - India	Goods	PSA	23-Feb-2010	Enabling Clause	01/jun/09
Mexico - El Salvador (Mexico - Northern Triangle)	Goods & Services	FTA & EIA	23-May-2006	GATT Art. XXIV & GATS V	15/mar/01
Mexico - Guatemala (Mexico - Northern Triangle)	Goods & Services	FTA & EIA	03/jul/06	GATT Art. XXIV & GATS V	15/mar/01
Mexico - Honduras (Mexico - Northern Triangle)	Goods & Services	FTA & EIA	10-Jul-2006(G) 20-Jun-2006(S)	GATT Art. XXIV & GATS V	01/jun/01
Mexico - Nicaragua	Goods & Services	FTA & EIA	17-Oct-2005	GATT Art. XXIV & GATS V	01/jul/98

New Zealand - Singapore	Goods & Services	FTA & EIA	04-Sep-2001	GATT Art. XXIV & GATS V	01/jan/01
Nicaragua and the Separate Customs Territory of Taiwan, Penghu, Kinmen and Matsu	Goods & Services	FTA & EIA	09/jul/09	GATT Art. XXIV & GATS V	01/jan/08
North American Free Trade Agreement (NAFTA)	Goods & Services	FTA & EIA	29-Jan-1993(G) 01-Mar-1995(S)	GATT Art. XXIV & GATS V	01/jan/94
Pacific Island Countries Trade Agreement (PICTA)	Goods	FTA	28-Aug-2008	Enabling Clause	13-Apr-2003
Pakistan - China	Goods & Services	FTA & EIA	18-Jan-2008(G) 20-May-2010(S)	GATT Art. XXIV & GATS V	01-Jul-2007(G) 10-Oct-2009(S)
Pakistan - Malaysia	Goods & Services	FTA & EIA	19-Feb-2008	Enabling Clause & GATS Art. V	01/jan/08
Pakistan - Sri Lanka	Goods	FTA	11/jun/08	Enabling Clause	12/jun/05
Panama - Chile	Goods & Services	FTA & EIA	17-Apr-2008	GATT Art. XXIV & GATS V	07/mar/08
Panama - Costa Rica (Panama - Central America)	Goods & Services	FTA & EIA	07-Apr-2009	GATT Art. XXIV & GATS V	23/nov/08
Panama - El Salvador (Panama - Central America)	Goods & Services	FTA & EIA	24-Feb-2005	GATT Art. XXIV & GATS V	11-Apr-2003
Panama - Honduras (Panama - Central America)	Goods & Services	FTA & EIA	16-Dec-2009	GATT Art. XXIV & GATS V	09/jan/09
Panama - Singapore	Goods & Services	FTA & EIA	04-Apr-2007	GATT Art. XXIV & GATS V	24/jul/06
Panama and the Separate Customs Territory of Taiwan, Penghu, Kinmen and Matsu	Goods & Services	FTA & EIA	28/jul/09	GATT Art. XXIV & GATS V	01/jan/04
Pan-Arab Free Trade Area (PAFTA)	Goods	FTA	03-Oct-2006	GATT Art. XXIV	01/jan/98
Peru - China	Goods & Services	FTA & EIA	03/mar/10	GATT Art. XXIV & GATS V	01/mar/10
Peru - Singapore	Goods & Services	FTA & EIA	30/jul/09	GATT Art. XXIV & GATS V	01-Aug-2009
Protocol on Trade Negotiations (PTN)	Goods	PSA	09/nov/71	Enabling Clause	11-Feb-1973
Singapore - Australia	Goods & Services	FTA & EIA	25-Sep-2003	GATT Art. XXIV & GATS V	28/jul/03
South Asian Free Trade Agreement (SAFTA)	Goods	FTA	21-Apr-2008	Enabling Clause	01/jan/06

South Asian Preferential Trade Arrangement (SAPTA)	Goods	PSA	21-Apr-1997	Enabling Clause	07-Dec-1995
South Pacific Regional Trade and Economic Cooperation Agreement (SPARTECA)	Goods	PSA	07/jan/81	Enabling Clause	01/jan/81
Southern African Customs Union (SACU)	Goods	CU	25/jun/07	GATT Art. XXIV	15/jul/04
Southern African Development Community (SADC)	Goods	FTA	02-Aug-2004	GATT Art. XXIV	01-Sep-2000
Southern Common Market (MERCOSUR)	Goods & Services	CU & EIA	17-Feb-1991(G) 05-Dec-2006(S)	Enabling Clause & GATS Art. V	29-Nov-1991(G) 07-Dec-2005(S)
Thailand - Australia	Goods & Services	FTA & EIA	27-Dec-2004	GATT Art. XXIV & GATS V	01/jan/05
Thailand - New Zealand	Goods & Services	FTA & EIA	01-Dec-2005	GATT Art. XXIV & GATS V	01/jul/05
Trans-Pacific Strategic Economic Partnership	Goods & Services	FTA & EIA	18-May-2007	GATT Art. XXIV & GATS V	28-May-2006
Turkey - Albania	Goods	FTA	09-May-2008	GATT Art. XXIV	01-May-2008
Turkey - Bosnia and Herzegovina	Goods	FTA	29-Aug-2003	GATT Art. XXIV	01/jul/03
Turkey - Croatia	Goods	FTA	02-Sep-2003	GATT Art. XXIV	01/jul/03
Turkey - Former Yugoslav Republic of Macedonia	Goods	FTA	05/jan/01	GATT Art. XXIV	01-Sep-2000
Turkey - Georgia	Goods	FTA	18-Feb-2009	GATT Art. XXIV	01/nov/08
Turkey - Israel	Goods	FTA	16-Apr-1998	GATT Art. XXIV	01-May-1997
Turkey - Montenegro	Goods	FTA	12/mar/10	GATT Art. XXIV	01/mar/10
Turkey - Morocco	Goods	FTA	10-Feb-2006	GATT Art. XXIV	01/jan/06
Turkey - Palestinian Authority	Goods	FTA	01-Sep-2005	GATT Art. XXIV	01/jun/05
Turkey - Serbia	Goods	FTA	10-Aug-2010	GATT Art. XXIV	01-Sep-2010
Turkey - Syria	Goods	FTA	15-Feb-2007	GATT Art. XXIV	01/jan/07
Turkey - Tunisia	Goods	FTA	01-Sep-2005	GATT Art. XXIV	01/jul/05
Ukraine - Azerbaijan	Goods	FTA	18-Aug-2008	GATT Art. XXIV	02-Sep-1996
Ukraine - Belarus	Goods	FTA	18-Aug-2008	GATT Art. XXIV	11/nov/06

Ukraine - Former Yugoslav Republic of Macedonia	Goods	FTA	18-Aug-2008	GATT Art. XXIV	05/jul/01
Ukraine - Kazakhstan	Goods	FTA	18-Aug-2008	GATT Art. XXIV	19-Oct-1998
Ukraine - Moldova	Goods	FTA	18-Aug-2008	GATT Art. XXIV	19-May-2005
Ukraine - Russian Federation	Goods	FTA	18-Aug-2008	GATT Art. XXIV	21-Feb-1994
Ukraine - Tajikistan	Goods	FTA	18-Aug-2008	GATT Art. XXIV	11/jul/02
Ukraine - Uzbekistan	Goods	FTA	18-Aug-2008	GATT Art. XXIV	01/jan/96
Ukraine -Turkmenistan	Goods	FTA	18-Aug-2008	GATT Art. XXIV	04/nov/95
US - Australia	Goods & Services	FTA & EIA	22-Dec-2004	GATT Art. XXIV & GATS V	01/jan/05
US - Bahrain	Goods & Services	FTA & EIA	08-Sep-2006	GATT Art. XXIV & GATS V	01-Aug-2006
US - Chile	Goods & Services	FTA & EIA	16-Dec-2003	GATT Art. XXIV & GATS V	01/jan/04
US - Israel	Goods	FTA	13-Sep-1985	GATT Art. XXIV	19-Aug-1985
US - Jordan	Goods & Services	FTA & EIA	15/jan/02	GATT Art. XXIV & GATS V	17-Dec-2001
US - Morocco	Goods & Services	FTA & EIA	30-Dec-2005	GATT Art. XXIV & GATS V	01/jan/06
US - Oman	Goods & Services	FTA & EIA	30/jan/09	GATT Art. XXIV & GATS V	01/jan/09
US - Peru	Goods & Services	FTA & EIA	03-Feb-2009	GATT Art. XXIV & GATS V	01-Feb-2009
US - Singapore	Goods & Services	FTA & EIA	17-Dec-2003	GATT Art. XXIV & GATS V	01/jan/04
West African Economic and Monetary Union (WAEMU)	Goods	CU	27-Oct-1999	Enabling Clause	01/jan/00

Fonte: WTO Disponível em: <http://www.wto.org/english/tratop_e/region_e/eif_e.xls>. Acesso em 15 nov. 2010